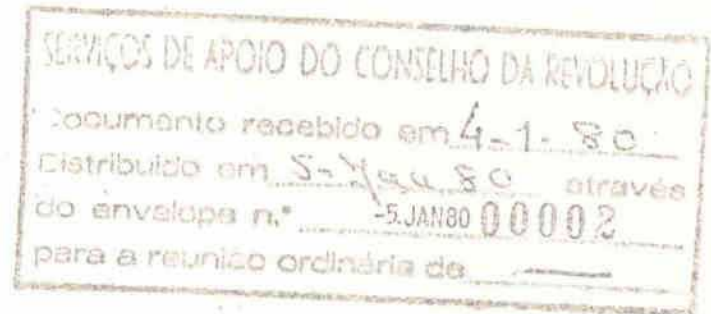


Handwritten signature

Jornais de 18 DEZ ⁷⁹
a 4 JANEIRO 1980

IMPrensa NACIONAL

O período abrangido pela análise do presente boletim é o que antecede o anúncio oficial da composição do novo governo, e durante ele surgiram, como habitualmente, tentativas de previsão dos nomes que preencheriam os vários ministérios. De notar, porém, que as previsões foram muito menos abundantes do que em anteriores períodos de formação de governo. A imprensa afecta à AD remeteu-se a uma expectativa discreta, verberando até, com alguma frequência, as especulações surgidas noutros órgãos de informação. Alguns jornais referiram a existência de directivas nesse sentido da direcção da AD aos seus aderentes na Informação. Directivas semelhantes àquelas da direcção do PSD, talvez aconselhado um "abrandamento" das hostilidades ao Presidente da República, o que, de facto, se verificou.

O conjunto da Imprensa não reflecte a existência de grandes divergências em torno da distribuição das pastas governamentais. Em foco, apenas a escolha do ministro da Defesa, mas sómente por se tratar de um civil, e do secretário de Estado (ou director-geral) da Comunicação Social, cargo que teria sido recusado por Mário Mesquita (segundo o "Tempo") e por João Padrão. Outras Secretarias de Estado estariam ainda a ser objecto de disputa.

Tema menos pacífico é o da candidatura à Presidência da AR e, a ele ligado, o do papel dos "reformadores". Embora os partidos integrantes da AD pareçam ter atingido um consenso em torno da figura de Leonardo de Almeida, as últimas posições desse grupo, e, especificamente, de Medeiros Ferreira - insistentemente apontado como candidato ao cargo - permitem prever desde já a possibilidade de uma descolagem no respeitante a essa eleição. Naturalmente, esse tema e outros que possam apontar para divergências no seio da AD, são atentamente seguidos na Imprensa de oposição.

Facto saliente na Imprensa deste período é o de vários jornais que apoiaram muito activamente a campanha da AD se estarem a demarcar do novo executivo. Em causa, a própria estrutura do governo (particularmente nos jornais

do grupo "Tempo"-"Correio da Manhã"-"A Tarde"), e ainda o "ritmo" que irá ser imprimido à "mudança" prometida. Sob este último aspecto, é o deputado Lucas Feres que relança o debate num artigo em "O Dia" cuja argumentação é retomada por vários jornais do mesmo sector. Alguns dias depois, é José Manuel Casqueiro que aparece a discutir a questão do "ritmo" em "A Tarde".

Frequentemente referida foi também a formação de um "intergrupo parlamentar" da maioria AD, questão que tem merecido maior atenção por parte do CDS.

Embora se fosse esbatendo ao longo do período em análise, prosseguiram as críticas à morosidade da publicação oficial do resultado das eleições - de um lado - e à impaciência manifestada pelos vencedores - do outro.

A promulgação dos mais recentes diplomas governamentais pelo P.R. tem sido insistentemente comparada com a atitude, diversa, adoptada no último período de governação do executivo Neta Pinto.

Outros temas geradores de opiniões desencontradas foram o julgamento do "cartoonista" Cid e o preenchimento pelo anterior governo, de vários cargos na Secretaria de Estado da Cultura.

No derradeiro dia do período em análise (4 de Jan.) as atenções de toda a Imprensa convergiram sobre os discursos do Presidente da República e do Primeiro-ministro no acto de posse do VI governo. "Advertência" ou "sinalização de caminho" para os jornais de oposição, "discurso irrealista" ou "confuso" para a Imprensa afecta à AD, as palavras de Ramalho Eanes são vivamente comentadas, em flagrante contraste com a quase total indiferença que acolheu a sua mensagem de Ano Novo, em que a mesma linha de pensamento já estava expressa.

SACR 18 Jan. 80



Novo Gabinete tem 11 Ministros

DIÁRIO DE NOTÍCIAS 31-12-1979

Primeiro-ministro
Francisco Sá Carneiro

Presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro nasceu em São Carlos, tendo-se licenciado em Direito em 1956 pela Universidade de Lisboa.

Deputado à Assembleia Nacional em 1969, de imediato se impôs como opositor à política então vigente, encabeçando a ala liberal. Pediu a demissão daquela câmara em 2 de Fevereiro de 1973 por impossibilidade de exercício do mandato.

Regressado à advocacia privada, Sá Carneiro fundaria após o 25 de Abril, o Partido Popular Democrático. Desempenhou, entretanto, as funções de ministro sem pasta do gabinete de Palma Carlos. De Janeiro a Agosto de 1975 retirou-se, por motivos de saúde da actividade política. Mais tarde é eleito presidente do PSD, cargo de que se afastou em Janeiro de 1978 mas soude regressaria em Julho do mesmo ano.

Vice-primeiro ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Freitas do Amaral

Fundador e presidente do CDS. Diogo Freitas do Amaral, de 38 anos, nasceu na Póvoa do Varzim. Doutorou em Direito com 18 valores tornou-se professor de Direito Administrativo na Universidade Católica depois de ter sido consultor jurídico de diversos departamentos oficiais.

Foi presidente da Assembleia Geral da Associação de Estudantes de Direito e desempenhou funções directivas na Acção Académica.

Membro do Conselho de Estado de Melo de 1974 e Março de 1975, Freitas do Amaral foi eleito pelo círculo de Lisboa para as assembleias Constituintes e da República.

Ministro-adjunto do primeiro-ministro
Pinto Balsemão

Director e fundador, em 1973, do semanário «Expresso», Fran-

cisco Pinto Balsemão, de 41 anos, jornalista e advogado, pertenceu, com Sá Carneiro, à ala liberal da Assembleia Nacional que se opôs a Marcelo Caetano.

Cofundador do PSD, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República nas eleições de 2 de Dezembro de 1976, pelo círculo do Porto.

Anteriormente chefiou a redacção da revista «Mais Alto», e exerceu as funções de secretário da direcção do «Diário Popular», jornal de que se tornou administrador até 1971.

Preside à Comissão de Relações Internacionais do PSD.

Ministro da Defesa Nacional
Amaro da Costa

Deputado à Assembleia Constituinte, por Braga, e à Assembleia da República, pelo Porto, António Amaro da Costa tem 36 anos e é um dos fundadores do CDS onde exerce as funções de presidente da Comissão Política.

Nascido em Lisboa, licenciou-se em engenharia civil tendo trabalhado como assistente no Instituto Superior Técnico e como director no gabinete de estudos

e planeamento do Ministério da Educação, antes do 25 de Abril.

Editor do jornal universitário «Tempo», Amaro da Costa colaborou igualmente em vários órgãos de informação como o diário espanhol «Madrid» e de que foi correspondente em Portugal.

Ministro do Comércio e Turismo

Basílio Horta

Titular da mesma pasta no II Governo Constitucional, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca tem 36 anos e é licenciado em Direito.

Exerceu funções docentes no Instituto Superior do Serviço Social, após o que foi magistrado do Ministério Público. Ainda antes do 25 de Abril, tornou-se secretário-geral da Corporação da Indústria e director-geral da Confederação da Indústria Portuguesa.

Até ao último congresso do

CDS desempenhou o cargo de secretário-geral daquele partido.

Ministro das Finanças
Cavaco Silva

Director dos serviços de estatística e estudos económicos do Banco de Portugal, Aníbal António Cavaco Silva é licenciado em Economia pelo antigo ISCEF (actual Instituto Superior de Economia) e graduado pela universidade inglesa de York.

Actualmente é professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Foi também na universidade de Lisboa e integrou a delegação portuguesa às negociações com o Fundo Monetário Internacional.

É militante do Partido Social Democrata.

Ministro das Obras Públicas
João Porto

Secretário de Estado das Obras Públicas do II Governo Constitucional, em 1978, João Lopes Porto é natural de Coimbra, tem 38 anos e é licenciado em Engenharia Civil, cadeira de que é professor na Faculdade de Engenharia do Porto.

Em 1969, colaborou em trabalhos do gabinete de estudo e planeamento de transportes terrestres e elaborou um estudo sobre habitação relativo à região metropolitana daquela cidade.

Fundou, em 1974, o CDS, tendo sido eleito este mês deputado pelo círculo do Porto.

Ministro da Justiça
Mário Raposo

Titular da mesma pasta no III Governo Constitucional (de Nobre da Costa), Mário Ferreira Raposo nasceu em Coimbra em 15 de Janeiro de 1929, onde se licenciou em Direito. Nos anos 50, foi subinspector da Assistência Social e secretário do ministro das Finanças.

Até 1977, exerceu o cargo de bastonário da Ordem dos Advogados, tendo sido o primeiro residente da secção portuguesa da Comissão Internacional de Juristas. Actualmente é membro do Conselho Superior do Magistério Público e vice-presidente da União Internacional dos Advogados.

Ministro da Educação
Pereira Crespo

Membro da Comissão Nacional do PSD e director do gabinete nacional de estudos do partido, Vítor Pereira Crespo tem 46 anos e é doutorado em Química pelas universidades de Berkeley (Estados Unidos) e Coimbra. Ensinou na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, após o que

exerceu as funções de director-geral do Ensino Superior, de presidente do Instituto de Alta Cultura, e de reitor da Universidade de Lourenço Marques.

Ministro da Administração Interna

Eurico de Melo

Vogal da Comissão Política Nacional do PSD, Eurico de Melo nasceu em Santo Tirso a 24 de Setembro de 1926, tendo-se licenciado em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia do Porto.

Especializado no sector têxtil, exerceu actividades profissionais em diversas empresas. Durante cinco anos foi assistente de Engenharia Têxtil na Faculdade de Engenharia do Porto.

Depois de aderir ao PSD, tornou-se, até à posse do primeiro Governo Constitucional, governador civil de Braga.

Ministro dos Transportes
José Viana Baptista

Recebeu até ao momento as funções de presidente do conselho de gerência da Empresa Pública de Aeroportos e Navegação Aérea, sendo membro do gabinete sombra do PSD com a responsabilidade do sector de transportes e comunicações.

Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, possui estágios de especialização profissional no domínio da engenharia aeronáutica, tirados em Inglaterra. Ingressou nos quadros da TAP em 1958, onde foi director dos serviços de manutenção e engenharia e de planeamento e organização.

Viana Baptista nasceu no Seixal e tem 46 anos de idade.

Ministro da Agricultura
António Cardoso e Cunha

Foi secretário de Estado das Indústrias Transformadoras no IV Governo Constitucional e do Comércio Externo no Executivo de Nobre da Costa. Nas últimas eleições, recebeu mandato para o Parlamento em representação do PSD.

Dosde 1977, dedicou-se à actividade empresarial nos sectores do comércio externo e da agricultura.

António Cardoso e Cunha é licenciado em Engenharia Químico-Industrial pelo Instituto Superior Técnico.

Trabalhou no campo da petroquímica ligado ao grupo CUF até 1966, altura em que foi para Angola, onde se ocupou até 1976, da administração de empresas privadas. Foi presidente da As-



sociação Comercial da Huila e integrou diversas representações económicas de Angola a nível internacional.

Nasceu em Leiria e tem 46 anos de idade.

Ministro do Trabalho
Eusébio Marques de Carvalho

Foi titular do Trabalho no IV Governo constitucional. É licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e frequentou, nos Estados Unidos, vários seminários sobre Economia e Sociologia.

Eusébio Marques de Carvalho, que conta 45 anos, foi director dos Serviços de Pessoal da Olivetti Portuguesa e responsável a nível directivo pela gestão do pessoal no Banco Boreas e Irnia.

Também exerceu o cargo de director dos Serviços de Pessoal da Sociedade Central de Cervejas, empresa onde se tornou membro do conselho de gerência, em 1977. Foi ainda administrador de empresas associadas da ex-Sociedade Central de Cervejas.

Ministro da Indústria
Alvaro Barreto

Actual presidente do Conselho de Gerência da TAP, foi ministro da Indústria no IV Governo constitucional.

Em Abril do ano passado, demitiu-se de administrador-delegado na Lisnave por discordância política governamental para o sector.

Também em 1978, acompanhou Ramalho Eanes como consultor na viagem ao Brasil.

Alvaro Barreto é licenciado em Engenharia e tem 43 anos. Participou, entre vários projectos no da marçom nos dois estaleiros da Lisnave.

Iniciaria a sua carreira profissional na empresa de projectos Profabril.

Ministro dos Assuntos Sociais
Morais Leitão

Advogado, natural da Covilhã, Morais Leitão era presidente da Federação Portuguesa de Futebol.

Exerceu actividades no âmbito da Sedes, organização parapoltica que agrupou alguns intelectuais e quadros na década de 70.

Pertenceu, como representante da opinião pública, ao Conselho de Imprensa. Participou ainda no conselho fiscal do «Diário de Lisboa» e no conselho editorial do semanário «Expresso».

Pela primeira vez, depois do 25

de Abril,

o Governo não inclui militares

Primeiro problema: a CAP e o MAP

Primeiro andamento: um nome que não vem da CAP

A ESCOLHA do ministro da Agricultura e Pescas do VI Governo Constitucional não foi das mais fáceis.

Vaz Portugal, antes mesmo das eleições intercalares, teria manifestado a sua disponibilidade política relativamente à Aliança Democrática.

A CAP batia-se, de forma militante pelo nome de João Goulão, que exerceu o cargo de secretário de Estado no Governo presidido por Mota Pinto.

A certa altura, foi aventado Henrique Granadeiro, actual

embaixador português junto da OCDE e que se deslocou a Lisboa, onde teve uma conversa informal com Francisco Sá Carneiro e Diogo Freitas do Amaral, conversa esta em que ficou claro o seu desejo de não aceitar qualquer posto governativo até ao termo do mandato do Presidente da República, general Ramalho Eanes.

Francisco Sá Carneiro inclinar-se-ia, ao fim e ao cabo, para um gestor, que já exerceu o lugar de secretário de Estado das Indústrias Transformadoras, o eng. António José Baptista Cardoso e Cunha.

Embora a sua anterior passagem pelo Governo se tenha verificado no departamento da Indústria e Tecnologia, Cardoso e Cunha, teve actividades ligadas à Agricultura em África, e recentemente encontrava-se empenhado num projecto agroindustrial.

A CAP, e mais especificamente José Manuel Casqueiro, não reagiram muito bem a esta escolha de Francisco Sá Carneiro, considerada marginal relativamente àquela Confederação, e recuando sobre personalidade pouco inserido, nos problemas do Ministério da Agricultura e Pescas.

O primeiro andamento deste problema foi portanto assinalado pela reacção negativa da CAP relativamente ao indigitado ministro da Agricultura e Pescas do Governo da Aliança Democrática.

Francisco Sá Carneiro defendeu abertamente isto mesmo no Conselho Nacional do PSD, que lhe conferiu plenos poderes para formar o VI Governo Constitucional.

Na sequência desta ideia, António Barreto foi convidado para o Governo, tendo declinado, após um período de reflexão.

As diligências da constituição do Executivo revelariam que outro reformador, ou aparentado — Mário Mesquita — sondado para a Comunicação Social, também não aceitou.

Ou seja, os reformadores acabaram por não aceitar entrar no Governo, o que representava a contrapartida da atribuição que lhes era feita do lugar de Presidente da Assembleia da República.

Simplemente, José Medeiros Ferreira, decidiu, muito no seu íntimo, a pensar que eram grandes as probabilidades de ser eleito Presidente da Assembleia da República por proposta da Aliança Democrática.

E, aparentemente, as conversas com Francisco Sá Carneiro não eram de molde a desconvençê-lo de que o futuro primeiro-ministro entendia

hierarquia do Estado português — o lugar de Presidente da Assembleia da República, que até pode ser Presidente da República interino durante as ausências no estrangeiro do Presidente Ramalho Eanes.

Depois, porque traz à superfície certas contradições existentes no seio da Aliança Democrática e que tanto podem funcionar em termos de tensão dentro da unidade, como constituir factores de divisão futura.

Tudo começou quando, nos contactos havidos entre Francisco Sá Carneiro e os reformadores, representados por José Medeiros Ferreira, constou que teria sido aventada a hipótese de aqueles poderem vir a desempenhar cargos governativos, bem como a ocupar o cargo de Presidente da Assembleia da República.

mantivera sempre estreitas relações com um importante sector do PSD.

Este silêncio viria a ser interpretado depois, como uma tentativa de sacrificar a personalidade política fogosa e sobretudo mais radical de Lucas Pires, na formação de um Governo que era considerado de perfil essencialmente moderado e avesso a rupturas.

Segundo andamento: Lucas Pires aparece em força

Quando o Governo já começava a funcionar e muitos espíritos se tinham esquecido do papel político de Lucas Pires, eis que o vice-presidente centrista aparece em força na cena, através de um artigo polémico num matutino lisboeta, a que se seguiram notícias e análises que lhe eram manifestamente favoráveis em

oportuna a presença de Medeiros Ferreira à frente da Assembleia da República.

Segundo andamento: o CDS diz que não

Sucedendo, no entanto, que dentro do CDS se manifesta uma corrente de opinião, numericamente representativa, que se opõe à candidatura de Medeiros Ferreira à Presidência da Assembleia da República.

Tudo bem somado, em votação secreta, poderá suceder que uma dúzia de deputados centristas não vote em Medeiros Ferreira.

E chega mesmo a falar-se no facto de o próprio Lucas Pires se manifestar nesta linha de actuação.

As conversas havidas entre PSD e CDS têm corrido de tal forma que a direcção centrista deixou bem claro que não se responsabiliza pela eleição de Medeiros Ferreira, não havendo condições dentro do CDS para impor a unidade de voto num caso destes.

Mais, são apresentados vários argumentos contrários à candidatura de Medeiros Ferreira:

— ele representaria apenas um grupo formado por cinco deputados, que nem sequer constituíram ainda um partido ou associação política;

— a sua posição no seio da Aliança Democrática estaria longe de corresponder à linha dominante da AD, não só porque os reformadores se situam numa das pontas da Aliança, como também apenas celebraram um acordo bilateral com o PSD.

Portanto, as hipóteses de Medeiros Ferreira ser eleito parecem muito reduzidas, tanto mais que é exigível a maioria absoluta dos deputados à Assembleia da República — ou seja 126 deputados.

Segundo problema: os reformadores ou o dilema de Medeiros Ferreira

Primeiro andamento: Medeiros Ferreira Presidente da AR

O segundo problema que tem sido equacionado durante este período de arranque do Governo da Aliança Democrática é muito mais "bucido" do que o primeiro.

Antes do mais porque respeita ao segundo lugar na

apostas da Aliança Democrática.

Por um lado, Lucas Pires vinha chamar a atenção dos mais distraídos para o seu papel político na génese da Aliança Democrática, e, implicitamente, para a necessidade de lhe ser reconhecida uma tarefa essencial da nova fase em que se lança a AD no poder.

Por outro lado, fazia-o no plano político-ideológico e estratégico, acentuando a necessidade da mudança política contra a moderação e a conciliação, que, em seu entender, pareciam ser as características dominantes do elenco do VI Governo Constitucional.

Lucas Pires assumia assim a liderança do sector para muitos mais virado para a mudança dentro da AD, e portanto renovadamente mais apoiado pela direita da Aliança.

Terceiro problema: o lugar para Lucas Pires

Primeiro andamento: pouco se falava dele

O terceiro problema que tem provocado interessantes debates no seio da AD é o da posição política de Lucas Pires dentro da Aliança.

A medida que o Governo ia sendo formado, e se falava nos nomes dos ministros, era frequente dar-se por seguro o ingresso de Freitas do Amaral, de Amaro da Costa e até de Basílio Horta. Mas, pouco ou quase nada se falava de Lucas Pires, um dos vice-presidentes

EXEMPLO
29 - DEZEMBRO - 1979



Mesmo sem apoiar recandidatura**Relações cordiais da AD com o Presidente Eanes**

— salientou Ribeiro de Almeida em entrevista a um jornal madrileno

Leonardo Ribeiro de Almeida que poderá, em breve, vir a ser o presidente da Assembleia da República, se vierem a confirmar-se os rumores, segundo os quais, seria, o candidato apoiado pela Aliança Democrática no Parlamento declarou em entrevista a um jornal espanhol que o facto de o seu partido — o PSD — ter anunciado que Ramalho Eanes não será o seu candidato às próximas eleições presidenciais não impede que o Executivo chefiado por Sá Carneiro, mantenha com o Presidente, relações cordiais.

O actual presidente do Conselho Nacional e da Comissão Política do Partido Social-Democrata, falando para o diário madrileno, «Pueblo», disse, nomeadamente, que «Portugal precisa duma grande mudança e, para isso, dispomos do voto de confiança que o povo nos deu e que respeitaremos».

Referindo-se, depois, às relações do novo Executivo com o Presidente da República, tendo em conta as posições críticas assumidas em relação a Ramalho Eanes quer no quadro da coligação, quer na perspectiva partidária, Leonardo Ribeiro de Almeida adiantou que o seu partido já anunciara «muito claramente que o general Ramalho Eanes não será o nosso candidato para as próximas eleições presidenciais, mas isso não impede que o Governo da AD mantenha com o Presidente, relações cordiais».

Outro aspecto focado na entrevista foi o da revisão Constitucional e, nesse campo, Leonardo Ribeiro de Almeida salientou que existe da parte de todos, um sentimento unânime de que é necessário uma revisão constitucional, lembrando, inclusivamente, que existe um projecto de Sá Carneiro que a seu tempo, deverá ser discutido, num debate profundo e demorado».

Desinteligências na AD são «manobras do especulacão»

O referido dirigente político, tal como outras individualidades, dos vários sectores da

Aliança Democrática, comentaram, em declarações à Anop, as recentes notícias vindas a público segundo as quais, existiriam desinteligências no seio da coligação.

E enquanto Leonardo Ribeiro de Almeida considerou o facto, como «manobras de especulacão», para o reformador Medeiros, Ferreira, «os possíveis problemas internos são naturais numa coligação que tem diferenças acrescentando, contudo, que eles têm sido resolvidos, até agora, «num sentido positivo». Por sua vez, o líder popular monárquico, Gonçalo Ribeiro Telles disse, não saber quanto à existência de tais tensões na AD uma vez que, não se têm verificado reuniões da sua comissão coordenadora — à qual pertence Sá Carneiro, ausente na Madeira durante a quadra do Natal. Aquele dirigente político negou que o seu partido esteja a ser marginalizado, no quadro da coligação, manifestando, embora, o seu desconhecimento, quanto ao programa do novo Executivo que, pensa estar próximo daquele que serviu de base à campanha eleitoral da Aliança Democrática.

Governo não fará desnacionalizações

Outra figura social-democrata Angelo Correia, habitual porta-voz da comissão política do seu partido, afirmou, no Funchal, que as nacionalizações, tal como estão, são um «luxo» que a sociedade portuguesa não pode permitir já que apresentarão elevados défices. Garantiu, no entanto, que o Governo de Sá Carneiro não irá proceder a desnacionalizações embora venha a proceder, aquilo a que chamou «transferências de propriedade das empresas nacionalizadas indirectamente».

Segundo Angelo Correia, a mudança proposta pela Alian-

ça Democrática, a executar pelo VI Governo Constitucional, terá como limites a Constituição, a conjuntura económica e financeira e a própria máquina do Estado. As principais modificações a introduzir pelo Executivo, incidirão, fundamentalmente, no modelo económico e na preparação de uma vivência democrática.

Outro tema focado pelo dirigente social-democrata foi o da reforma agrária, sector onde o Governo irá repor a «racionalidade económica e social» no Alentejo, com um mínimo de custos sociais. Para isso, procederá a uma dimensão fundiária adequada, evitando aquilo que apelidou de «latifúndios criados após o 25 e Abril». Na sua perspectiva, não irão verificar-se perturbações sociais no Alentejo, quer porque «o PCP não vai criar problemas», quer porque «o Governo não consentirá revanchismos».

Mudança não será vingança

Frisando que se enganaram todos aqueles que votaram na Aliança Democrática pensando que mudança seria vingança Angelo Correia diria, a seguir, que «o Governo não consentirá qualquer espécie de caça às «bruxas» nem defenderá «o capitalismo selvagem ou o colectivismo de Estado, pelo que não permitirá qualquer violação da lei, nem excessos de qualquer dos lados».

O perigo de uma dinâmica de direita no seio da Aliança Democrática foi igualmente rejeitado por Angelo Correia para quem o sector de extrema-direita que apoiou a coligação, não tem peso eleitoral nem está representado nas suas cúpulas.

Substituição de deputados que integram Executivo

O número de deputados de cada um dos partidos da Aliança Democrática não será alterado pela chamada a funções governativas de parlamentares da AD, segundo informa a Anop «de acordo com uma fonte partidária».

Segundo a mesma fonte, foi estabelecido um acordo no seio da Aliança Democrática que permitirá a substituição de um deputado por outro do mesmo partido sem alterar a fisionomia partidária saída das eleições de 2 de Dezembro.

A questão foi posta, nomeadamente, quanto a substituição do social-democrata Pinto Balsemão — que virá a integrar o futuro Governo — por um deputado centrista, havendo ainda outros casos semelhantes.

A lei eleitoral determina que as vagas ocorridas na Assembleia da República são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito na respectiva precedência da lista a que pertencia o titular do mandato vago. A AD interpreta, no entanto, este artigo no sentido de a lista citada no articulado ser a do partido integrante da AD e não a da Aliança propriamente dita».



Rocha Vieira e Granadeiro

declinam convites da AD

(-) Por outro lado, a Aliança Democrática está a encontrar dificuldades para preencher as pastas da Administração Interna e da Agricultura e Pescas, depois da recusa das personalidades indigitadas para aqueles ministérios, respectivamente Rocha Vieira e Henrique Granadeiro. Em face do sucedido, Sá Carneiro encara a possibilidade de também um civil vir a ocupar a Administração Interna, inclinándose para o nome de João Goulão para o MAP.

Esta decisão prende-se com os problemas de ordem (interna) partidária decorrentes da participação dos dirigentes centristas no Governo. Segundo Correia Leite, «não será fácil, para esses dirigentes, manter a sua actividade nos órgãos do partido», pelo que se trata de «obter soluções que obviem a esse efeito».

CINCO OBJECTIVOS

O Conselho Nacional do CDS decidiu ainda adoptar um conjunto de cinco «objectivos de trabalho político prioritário para os próximos meses», entre os quais consta a determinação de «contribuir permanentemente para a unidade, coesão e desenvolvimento da Aliança Democrática no Governo e na Assembleia da República».

Neste âmbito, o CDS anunciou ainda que vai orientar toda a sua acção organizativa e de intervenção política e partidária no sentido de contribuir para a repetição, em 1980, da vitória eleitoral da Aliança Democrática.



A formação de um «intergrupo parlamentar» que abranja os deputados dos três partidos da Aliança Democrática é um dos objectivos do CDS ao propor a institucionalização da Aliança Democrática.

Segundo revelou ao «Correio da Manhã» o dirigente centrista Correia Leite, o CDS pretende que a Aliança Democrática «não se limite à expressão dum programa comum de Governo». Os centristas julgam necessário, designadamente, «que a acção dos deputados dos diversos partidos tenha um sentido comum».

Na reunião do Conselho Nacional que se prolongou pela madrugada de ontem foi decidido apoiar a «institucionalização da Aliança Democrática através da formação de uma coligação permanente entre o PSD, o CDS e o PPM». Esta coligação será de «duração até 1984 e com efeitos parlamentares e governamentais».

A Coligação eleitoral Aliança Democrática, registada pelos três partidos antes das eleições, termina formalmente com a publicação dos resultados das eleições. Cada partido vai assim ter o respectivo grupo parlamentar, embora esteja comprometido no apoio a um Governo comum.

«Não se compreenderia que os três partidos não tenham um instrumento que os possa representar em conjunto», afirmou a propósito o referido dirigente centrista. Desta forma, a palavra «institucionalização» relaciona-se «sobretudo à criação de um instrumento parlamentar — um possível intergrupo parlamentar — dispondo de porta-voz, que dê corpo à representação conjunta da Aliança Democrática», explicou Correia Leite.

FREITAS DO AMARAL
VAI NEGOCIAR

Freitas do Amaral ficou autorizado a negociar e subscrever os documentos «que nesse sentido vierem a ser elaborados, ouvida a Comissão Directiva» decidiu o Conselho Nacional. Além disso, este órgão dirigente do CDS delegou no presidente do partido «todas as negociações respeitantes à formação do Governo».

Por outro lado, das decisões ontem tomadas pela direcção do CDS consta aquela que «recomenda à Comissão Directiva a adopção de medidas organizativas para, dentro dos estatutos em vigor, adequar as estruturas centrais e locais do partido às exigências decorrentes da participação do CDS no Governo».

Campanhas que não se interrompem
na reunião do Parlamento

20.12.79 CM

Sexta-feira, 21 de Dezembro de 1979 / PortugalHOJE

Sigilo controlado

A política de sigilo controlado «imposta» pelo estado-maior da AD aos órgãos de informação em geral, e aos que domina e controla em particular, pode constituir um sintoma revelador da fraqueza e debilidade do projecto democrático que prometeu ao povo português, e pelo qual foi eleito.

No sábado passado, o «Expresso» noticiava a várias colunas as intenções que o PSD tinha dado aos seus jornalistas-militantes espalhados pelos mais variados órgãos de informação. Rigoroso controlo nas notícias e «em especial nas referências ao PR», constituíam a ordem número um.

Se for feita uma consulta e rastreio à grande maioria dos matutinos de Lisboa e Porto, uma semana após as eleições autárquicas, verifica-se com facilidade, que as informações que se prendem com as negociações para a formação do Governo AD, são diariamente objecto de uma falta de referência crítica significativa e aproximam-se de um conteúdo de informação quase formal e protocolar.

O que leva o estado-maior da AD, tricéfalo, a «impor» um tão clamoroso «contrôle» informativo? Necessidade de dominar as especulações crescentes que se prendem com dificuldades imprevisíveis no curso das negociações para a formação do gabinete Sá Carneiro? Ou muito simplesmente, fim do ensaio geral e consolidação de um estilo de «mudança», que intencionalmente se quer dirigir para um modelo renovado de censura à informação em geral, de tristíssima memória? — F.A.R.

PortugalHOJE / Sexta-feira, 21 de Dezembro de 1979

CR aceitará
civil na Defesa

«Em termos pessoais, não vejo que o Conselho da Revolução ache inconveniente em que a pasta da Defesa Nacional seja confiada a um civil» — afirmou o major Vasco Lourenço ontem, aos jornalistas, que convocou para dar a conhecer alguns dos assuntos abordados na última reunião daquele órgão de soberania.

Vasco Lourenço substituiu o tenente-coronel Vitor Alves, actual porta-voz do Conselho da Revolução e que se encontra ausente em Nova Iorque, em viagem relacionada com as comemorações do 10 de Junho.

Referindo-se especificamente à última reunião, que decorreu no edifício do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, ao Restelo, Vasco Lourenço declarou

que o Presidente da República ouviu o CR nos termos dos artigos 147 e 190 alínea A, da Constituição, sobre a exoneração e nomeação do primeiro-ministro. O porta-voz do CR recordou que os resultados oficiais das eleições não foram publicados e que o Conselho não efectuou qualquer análise sobre os dados de que se dispõe. Colocação de um civil no Ministério da Defesa, o major Vasco Lourenço declarou que o assunto, para o Conselho da Revolução, «não existe», porque é da competência do primeiro-ministro e do Presidente da República. Poderá acontecer — acrescentou Vasco Lourenço — que o Presidente da República queira ouvir o CR sobre essa questão, mas tudo o que tem vindo a público «são meras especulações».

Um "engano" do EXPRESSO

Jornalistas sociais-democratas repõem a verdade

Relativamente à notícia publicada no jornal "Expresso", a pág. 16, sob o título "Jornalistas do PSD advertidos — Não devem afrontar Eanes", o Secretariado do Núcleo socio-profissional da Comunicação Social do PSD decidiu dar público conhecimento do seguinte:

1 — Repudia veementemente as falsas afirmações contidas na notícia.

2 — Entende pouco ético o comportamento do "Expresso" ao tornar do domínio público uma reunião de trabalho de jornalistas sociais-democratas, desenvolvida no âmbito de mera rotina de reuniões semanais, afirmando como verdadeiro o que é falso e

destituído de fundamento sem ter o cuidado de se assegurar, previamente, da sua veracidade.

3 — O comportamento do Expresso não se enquadra na prática jornalística sadia a que nos habituou e desprestigia os profissionais da informação.

4 — Os propósitos manifestos de criar clivagens são francamente lamentáveis e a eles este Secretariado não pode ficar alheio, dadas as suas preocupações de luta no sentido de uma informação correcta, objectiva e no respeito pelo jornalista — e sua deontologia profissional, pela qual, aliás, tanto tem combatido — e pela salvaguarda da opinião pública.

COMENTÁRIO

Sintoma preocupante

NÃO fora a informação a que se refere a notícia veiculada por um semanário que procura reger-se por normas de objectividade e estaríamos em crer que se tratava de um boato sem fundamento. Ou, talvez melhor, de uma atoarda do género das que com intenções amiúde pouco lisas procuram comprometer pessoas ou instituições e têm fácil guarida nas colunas «diz-se, diz-se», «confidenciais» e quejandas, processo pouco dignificante com que certos órgãos de Imprensa fogem a responsabilidades, esvurmam ódios e dão de livre curso a intuítos mesquinhos.

Mas não. A notícia era, efectivamente, autêntica. Narrara que um grupo de jornalistas, reunido com um político em evidência, fôra advertido para não hostilizar o general Ramalho Eanes e se empenhara em debater o «saneamento» de outros jornalistas que prestam serviço na RDP e na RTP, ao mesmo tempo que se ocupava em discutir quem devia ou não ocupar lugar cimeiro no departamento oficial que terá a seu cargo a Comunicação Social no próximo governo.

Hesitamos entre o que mais lamentar: se o acatamento, pelos jornalistas presentes na reunião, de instruções («não afrontar o presidente Ramalho Eanes») que lhes cerciam a independência que deve caracterizar o exercício da sua missão; se o facto de aventarem e mesmo proporem a substituição ou demissão de

colegas de ofício (operação que pode ser necessária e legítima mas mais indicada para políticos, por hábito com vocação para Torquemada); ou, ainda, se o arrojo de pontificar acerca de problema — a indignação de individualidade para cargo público — que escapa ao foro da sua acção.

Estaremos possivelmente mais próximos, em opção ideológica, dos jornalistas a que aludimos do que daqueles visados pela sua hostilidade. Isto não nos impede, contudo — antes: mais nos autoriza — de lamentar a posição de que nos fazemos eco.

Será curial que acrescentemos uma observação: desta feita não quanto aos jornalistas em causa mas sim ao partido político onde militam e que terá promovido a reunião. O pensamento que enformou a iniciativa não anda longe, ao fim e ao cabo, da quele que inspirou grupos políticos por essência antidemocráticos na sanha «saneadora» observada no País em 1974/75, com as consequências danosas que bem conhecemos. Será admissível tal atitude por parte de um partido da AD? Iremos assistir, nele e noutros da mesma linha política, à concretização de um espírito de retaliação que condenam nos seus opositores? Não constituirá o infeliz facto, um precedente perigoso? São interrogações que nos inquietam e para as quais só o futuro nos trará uma resposta — que aspiramos seja negativa.

Fundação Cuidar o Futuro

Tempo 27 DEZ. 79



AVENTINO TEIXEIRA, que nos últimos tempos tem tido uma intervenção discreta, embora atenta, vai mover um processo ao matutino afecto ao PS, acusando-o de ofender a

sua honra. Aquela oficial, que continua a ser um dos militares mais bem informados e esclarecidos sobre a evolução dos acontecimentos nos bastidores da política e da vida castrense, foi referenciado no dito jornal em termos que o atingido considera pouco ortodoxos, além de os factos noticiados serem destituídos de qualquer fundamento. Segundo o diário em causa, AT teria sido expulso, na madrugada das eleições, do «quartel-general» da

Aliança Democrática, por se «encontrar embriagado» e «estar a ser inconveniente». Além da falsidade da afirmação, o ofendido pensa que a notícia foi uma manobra com duplo objectivo: embaraçar as suas relações com o general Ramalho Eanes, de quem é amigo e com quem tem colaborado, e tentar um diferendo com os dirigentes da coligação do centro, em especial Francisco Sá Carneiro. Um processo que vai dar muito que falar!



Maria de Lurdes Pintasilgo: queixas na hora da despedida

«Sim, eu sei. Não escondo porque é que funcionam assim. Há centrais de informação e de comando bem organizadas. Lamento que homens tão simpáticos, se deixem subjugar dessa maneira. Espero que venha o dia em que gritem a sua própria libertação.» Lurdes Pintasilgo tem nos lábios o sorriso que quase nunca abandonou na centena e meia de dias em que esteve à frente do V Governo Constitucional cujo exercício atingiu o seu termo. Corajosamente, enfrenta os órgãos de comunicação social e diz que muitos deles (não todos) construíram, canalizaram e fomentaram mentiras.

«Mentiras? Quais?» Lurdes Pintasilgo, com a segurança e um estilo muito directo de dizer as coisas, faz um inventário breve. Na sala das bicas do Palácio de Belém duas horas de expectativa deixavam antever que o último encontro com Raimundo Eanes fora talvez mais longo do que todos pensavam. Lurdes Pintasilgo, de acordo com a praxe constitucional, solicitara a exoneração do cargo, na sequência da publicação oficial do resultado das

eleições legislativas intercalares, cuja realização constituía o objectivo principal do actual Governo. De harmonia com o art.º 189.º, n.º 4 da Constituição, os membros do Governo cessante permanecem em funções até à posse do novo governo.

Rotulagem

Numa sala fria, com duas bicas que só gotejam em dias de pompa diplomática, Lurdes Pintasilgo despede-se também dos jornalistas. Não era a conferência de imprensa prometida, mas um contacto breve em que pelo ar vão ficando muitas dúvidas sem resposta.

Uma conferência de imprensa não é uma simples roda de jornalistas numa sala desconfortável em que quase tudo se improvisa. «Mentiras de certa imprensa? E as mais graves? Em primeiro lugar, a atribuição a este governo desde o princípio do labéu de que ele não seria um Governo isento. E mais: que iria contribuir para o abstencionismo. Ficou provado, de forma clara, que este Governo não fez isso. Antes pelo contrário. Como recordarão, foi um motivo constante em certa imprensa e na Radiodifusão Portuguesa, em Agosto e Setembro. A segunda mentira — mais grave e facilmente urdida — foi o conjunto de acusações quanto às minhas ideias políticas propriamente ditas e à rotulagem imediata feita e propagandeada, através do país, vinculando-me a uma corrente política que nem sequer é a que exprime de forma adequada a minha maneira de ver a sociedade e de conceber a sua construção. Depois, naturalmente, houve, ao longo de todo este processo, uma constante tentativa de minimizar a acção do Governo, em particular, construindo várias fábulas relativamente a divisões e diferenças de atitude e comportamento dos vários minis-

tros. Isto aparece-me entre as coisas mais graves. Depois, registo uma série infindável de frases escritas em pseudoportuguês, na grande maioria dos jornais, essas enfim ficam com quem as assinou.»

«Certos clérigos»

Como se comportou a Igreja em relação ao Governo de Lurdes Pin-

tasilgo? «Atitude neutral?», pergunta o jornalista. «A Igreja representada no Conselho Episcopal, de modo algum. Não teve uma atitude neutra. Posso dizer, até, que teve uma atitude positiva e que exprimiu claramente nos meses já passados a sua isenção, relativamente ao processo político. Não escondo (eu própria fui testemunha desse facto) a atitude de alguns clérigos da Igreja portuguesa devido sobretudo a sua idade e à sua não compreensão da evolução dos problemas internacionais. Já agora quero dizer também que uma das fábulas mais divulgadas foi a possível contradição que existiria entre a teoria política de alguém que defende uma nova ordem económica internacional — e mais do que isso, uma nova ordem internacional de relações entre os povos — e a vida quotidiana e política o que realmente constituiu uma afirmação sem reboço do desejo de voltar ao «orgulhosamente sós» dos tempos de Salazar. Naturalmente que essa não era a minha postura política — e continua a não ser.»

Os que a combatiam receavam-na?

Lurdes Pintasilgo queixa-se amargamente do tratamento de certa imprensa. «A maior decepção que tive durante este período diz, infelizmente, respeito a certos órgãos de informação», repete. Não sabe se os que a combateram durante todo este tempo receavam afinal o seu carisma, e um certo jeito de lidar com o povo. «Não sei fazer a psicanálise da mentira e da calúnia» — diz. E acrescenta: «Tenho dificuldade em vê-las ao nível dos órgãos de informação na medida em que, para mim, a liberdade de expressão de que os órgãos de informação gozam vai de par com a responsabilidade que é a de traduzir a

verdade e traçar um retrato adequado das circunstâncias. Por isso, se houve receios que se exprimiram depois não só pelo esconder da verdade como pela deturpação da verdade, já me ultrapassa e apenas posso remeter para o não cumprimento da ética profissional e para a flagrante contradição da deontologia profissional da maioria dos nossos órgãos de informação.»

Voltar à UNESCO é uma proposta não adiada

«O Jornal» pergunta-lhe: «A sua proposta política está portanto adiada? Considera-se de facto uma reserva para um futuro próximo ou distante?» Uma resposta que apenas esgota a primeira parte: «A minha proposta política não está adiada porque o seu propósito é realizar-se a todos os níveis da população. Ser primeiro-ministro ou realizar uma tarefa, qualquer que

ela seja, desde que continue na mesma perspectiva de serviço do povo. Recordo ter estado, em Alfarelos, a discutir o problema dos americanos no Irão e a ligar com esse acto o local concreto, muito simples, ao internacional planetário. A minha proposta pode ser realizada em qualquer função e até fora de qualquer função. Não tem nada a ver com ser primeiro-ministro — ou simplesmente não ser primeiro-ministro.»

As suas últimas palavras são ainda de mágoa e de acusação. Se tivesse de voltar a tomar posse, o discurso poderia não ser o mesmo que fez há cinco meses, mas o espírito, esse — disse — permaneceria.

A vitória eleitoral da AD como derrota da sua proposta política? «Não, de maneira nenhuma, interpreto-a neste momento como expressão da maioria do povo. A minha proposta política não foi necessariamente uma proposta muito transparente na medida em que o tempo de governo foi muito curto. Mas não só. É que estes senhores que aqui estão são muito simpáticos pessoalmente mas contribuíram de forma bem clara para a derrota da minha proposta. Contribuíram inventando, de forma inequívoca, mentiras que propagaram, que continuam a construir e a manter até ao fim. Isso relativamente a mim, pessoalmente, não me entristece. Entristece-me relativamente ao povo português que foi terrivelmente enganado durante estes quinze meses, quer pela maioria da nossa imprensa quer pela rádio quer muitas vezes por um dos canais de televisão.»

Lurdes Pintasilgo não vai ficar em Portugal. Ela própria o disse aos jornalistas. «Volto à UNESCO e cada um dos membros do Governo regressa às funções que ocupava e realizava antes de assumirem funções — que de facto eram funções para cem dias.»

FA

Eanes promulga legislação Pintasilgo

O Presidente da República promulgou na passada segunda-feira uma série de diplomas elaborados pelo Governo cessante na sua fase final e com os quais a equipa da eng^a. Lurdes Pintasilgo visou criar condicionamentos à acção do novo Executivo resultante da vontade expressa nas urnas.

Entre os decretos-lei agora promulgados pelo general Ramalho Eanes contam-se alguns que têm suscitado grande polémica em vários sectores democráticos, sobretudo por se considerar que o Gabinete Pintasilgo, ao elaborá-los, ultrapassou os limites de gestão que deveriam caracterizar a sua acção como Governo de transição destinado a assegurar unicamente os assuntos correntes do Estado.

Um dos diplomas que maior controvérsia provocou, por se tratar da recuperação de um projecto que vinha dos tempos da dominação «gongalvista», foi o que determina a fusão de companhias de seguros estatizadas a seguir ao «11 de Março». Esta medida tem, aliás, merecido a mais forte contestação dos trabalhadores do sector, que consideram ficarem, inclusivamente, em risco, benefícios

há muito conquistados. Segundo informações obtidas junto de fonte bem colocada, a legislação Pintasilgo, agora promulgada pelo Chefe do Estado, seria bastante extensa, abarcando quase todos os diplomas que o Governo cessante resolveu aprovar em autêntica maratona já depois de realizadas as eleições gerais e de nas urnas haver sido derrotada a «proposta política» que, Pintasilgo queria ver triunfante, como a própria acabou por reconhecer publicamente.

Conforme «Tempo» conseguiu apurar, em meios autorizados, cerca

de trinta diplomas promulgados pelo general Eanes no dia 31 de Dezembro foram já ontem remetidos pela PR para a Presidência do Conselho de Ministros, a fim de serem referendados pela ex-primeiro-ministro e publicados no jornal oficial da República. Não conseguimos, porém, confirmar se ficou na mesma altura promulgada a restante legislação que a eng^a. Pintasilgo quis legar ao Governo democrático que neste preciso momento sobe ao poder, a qual faz parte do «pacote» de meia centena de decretos-lei.

Círculos políticos e jurídicos con-

sideram que a promulgação é um acto praticado contra toda a ética, uma vez que as medidas foram tomadas já quando se sabia que, em consequência da recente consulta popular, o Governo ia ser exercido por uma força que discorda abertamente de parte da legislação em causa, por os seus princípios ofenderem as regras de uma sociedade liberal e democrática. De registar que o Presidente não teve a mesma iniciativa em relação ao Governo Mota Pinto, cuja legitimidade não era inferior à do Gabinete agora demissionário.

O decreto-lei a impor a fusão de seguradoras tinha sido pela primeira vez projectado por Mário Murvindo a transitar para Manuel Aguiar quando esteve no Ministério das Finanças. Agora, ao recuar-se a iniciativa, o dr. S. Franco, em Conselho de Ministros manifestou-se claramente em oposição, como, de resto, sucedeu noutros casos, a muitas outras disposições que vieram a ser aprovadas. O diploma acabou por ser votado em virtude da vontade da eng^a. Pintasilgo, que, assim, mais uma vez, legislou contra a própria vontade nacional.

Fundação Cuidar o Futuro

A TRIBUNA — Quarta-feira, 19.12.79

A política ao retardador

MAS, com ou sem o atraso incompreensível a que fica feita alusão, o que se nos afigura é que, na sua globalidade, os resultados das eleições Intercares são já suficientemente conhecidos a todos os níveis para que comece a parecer estranha a passividade com que se aguarda o mero cumprimento de uma formalidade para se darem início a diligências que traduzam a disposição, franca, aberta e certamente

democrática, de dar acatamento e execução prática ao veredicto popular expresso nas urnas. Pode ser, no entanto, que a política ao retardador seja, verdadeiramente, um dos métodos pedagógicos de que o Poder se reclama e que em algumas outras ocasiões já exercitou — e sempre sem proveito demonstrado.

Lembramo-nos, por exemplo, das diligências que intervalaram a recusa à moção de confiança proposta ao parlamento pelo I Governo Constitucional (a 8 de Dezembro de 1977) e a posse do II Executivo, a 30 de Janeiro seguinte; e da demora havida desde a reprovação parlamentar do programa e com-

posição do III Governo, o de Nobre da Costa (12 de Setembro), até ao empossamento do IV, o de Mota Pinto, que só veio a verificar-se a 22 de Novembro... E não esqueceu a ninguém, igualmente, a lentidão dos procedimentos que se entreteíram, ainda no Verão passado, entre o anúncio presidencial de que iria dissolver a Assembleia e a efectivação dessa medida — nada mais do que dois meses, durante os quais foi, mesmo, constituído um novo Executivo que acabou por ter de esperar mais de 40 dias para poder começar a desempenhar o objectivo que lhe fora assinalado como primordial e era o de preparar as eleições...





Governo Pintassilgo entrega a Cultura ao Partido Comunista



Desesperado com a vitória eleitoral da Aliança Democrática, o Governo Pintassilgo, coerente com a sua política de servir os interesses do PC e outras forças marxistas, acaba de proceder a diversas nomeações com intuito de colocar elementos comunistas em sectores-chave da governação.

Na Secretaria de Estado da Cultura, por exemplo, o secretário de Estado procedeu a mais duas nomeações de indivíduos afectos à APU, o eng.º Luís Elias Casanova, antigo secretário dos Desportos do

Governo Vasco Gonçalves, foi nomeado gestor do Conservatório Nacional. Isto enquanto Manuel Dias de Oliveira, activista da APU, foi premiado com o cargo de secretário-geral da SEC. Por outro lado, foi montada toda uma engrenagem para substituir os actuais directores do Teatro de S. Carlos, Teatro Popular de S. Luís e Teatro Nacional. Mas o "sapatinho de Natal" para o PC não ficou por aqui. Mais dois comunistas, Henrique Espírito Santo e Júlio Sacadura foram nomeados, por sua vez, para a comis-

são administrativa do Instituto Português de Cinema.

Prosseguindo a mesma linha, o secretário de Estado da Cultura, através da Comissão de Subsídios ao Teatro, toda ela constituída por comunistas, deu ordens para que hoje fossem atribuídos os subsídios, mas com uma alteração capciosa: de anuais, passam a bienais, o que equivale a dizer que até 1981 o teatro português fica dominado pelos comunistas.

Por outro lado, a reestruturação e ampliação dos

serviços da Secretaria de Estado da Cultura está a permitir a passagem ao quadro efectivo de novos funcionários e a nomeação de outros. Ao criar há dias o Gabinete de Relações Culturais Internacionais, o secretário de Estado nomeou para a direcção um funcionário da carreira diplomática, suspenso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e afecto também ao PC. Paralelamente, a criação de 6 delegações da SEC, na província corresponde a outras tantas nomeações de agentes comunistas.

SEC põe pontos nos ii o diário contra «política desinformadora»

22 de Dezembro de 1979

A Secretaria de Estado da Cultura divulgou um comunicado através do qual contesta a "política desinformadora" de "alguns órgãos de Comunicação Social" que, segundo se lê no mesmo comunicado, "vêm ultimamente desenvolvendo uma campanha malévola contra esta Secretaria de Estado, procurando fazer acreditar que o seu titular está a proceder, apressadamente, a nomeações para lugares de chefia e de comando deste sector do aparelho de Estado".

A SEC denuncia tais actos que "chegam ao ponto de inventarem ou deturparem factos" e, por isso, esclarece, em seis pontos, o que a seguir se transcreve:

"1. Como se verá adiante, não esteve dentro das preocupações desta Secretaria de Estado a substituição ou nomeação de quadros, especialmente de chefia.

"O propósito dominante, esse sim, foi o de procurar dotar os serviços das estruturas

fundamentais de que carece, sem as quais, de resto, serão falazes todas as tentativas para o desenvolvimento planificado de uma verdadeira acção cultural.

"Dai, porém, não resulta que se não houvesse de proceder às nomeações indispensáveis que o desenvolvimento de uma política cultural aconselhasse, o que se fez sempre em termos da mais estrita objectividade e parcimónia.

"2. As únicas nomeações para

cargos de chefia operadas dentro desta Secretaria de Estado foram, em devido tempo, as da senhora dra. Natália Correia Guedes, para a Direcção-Geral do Património Cultural, e do eng. Luís Casanovas como secretário-geral.

"Mais recentemente, exonerado este último a seu pedido, houve de assegurar o funcionamento do respectivo cargo, destacando-se para o efeito o dr. António Nunes de Oliveira. Mas é óbvio que este destacamento não tem nem podia ter efeitos definitivos, sendo de mera natureza provisória.

"Por sua vez, o eng. Casanovas foi, entretanto, colocado como gestor do Conservatório Nacional, mas esta nomeação, que não cabe dentro da competência da Secretaria de Estado da Cultura, não se acha, naturalmente e por isso mesmo, em causa.

"3. O preenchimento de mais dois lugares de vogais da Comissão Administrativa do Instituto Português de Cinema destina-se a reforçar a equipa dirigente daquele importante Instituto e a reconstituir integralmente a comissão que, de cinco elementos, passara a estar reduzida a três.

"4. No campo teatral procedeu-se à elaboração de um projecto de lançamento das suas estruturas cuja importância para o futuro dessas actividades parece indiscutível.

"Mas, ao contrário do que se propalou, não se procedeu a qualquer nomeação, isto apesar de, quanto ao Teatro D. Maria II, ter findado em 14 deste mês o regime de instalação a que tem estado sujeito e se poder considerar extinta, na mesma data, a respectiva comissão.

Nataníel Costa para assegurar uma coordenação efectiva dos Serviços Culturais Internacionais, no âmbito desta Secretaria de Estado.

"Este destacamento foi determinado por razões de operacionalidade e de maior eficácia dos serviços e previamente autorizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao qual o funcionário em questão se mantém vinculado e a que, portanto, continua a pertencer e donde recebe as respectivas remunerações - situação de

"cedência" esta frequente entre os departamentos governamentais e que possibilita tantas vezes uma melhor utilização dos recursos humanos.

"Os factos sucintamente expostos, dão bem a medida, na sua clara simplicidade, da contrafacção sistemática em que os citados órgãos de Informação se têm empenhado contra esta Secretaria de Estado da Cultura."

"5. Não é verdade que tenha sido nomeada uma só pessoa que fosse para ocupar a chefia de qualquer das seis delegações regionais da SEC ultimamente criadas. A única delegação em funcionamento, a do Porto, mantém à testa o elemento que já lá se encontrava antes da posse do actual governo.

"6. Por último, resta aludir ao destacamento - pois mais uma vez disso se trata - do Embaixador

LURDES PINTASILGO E SOUSA FRANCO FAZEM CONTAS AO V GOVERNO

LURDES PINTASILGO e SOUSA FRANCO — este quebrando um certo silêncio — concederam duas entrevistas à imprensa portuguesa, ontem publicadas respectivamente no «Diário de Lisboa» e em «O Jornal». Vejamos o pensamento sobre algumas áreas daquelas duas figuras — dois católicos — da cena política, ambos prestes a deixar a vida governativa.

— O novo Governo da AD?

LURDES PINTASILGO — Esta vitória é um sobressalto, embora já a esperasse. Tenho dificuldades em prever qual vai ser a política da AD no Governo e por isso até gostaria de fazer o que a AD não me fez — dar-lhe o benefício da dúvida da continuidade em relação ao 25 de Abril.

SOUSA FRANCO — O que fundamentalmente interessa é o seu programa, e não as pessoas que o constituem. Aparentemente, trata-se de um conjunto de forças extremamente heterogénea e relativamente instável do ponto de vista político, embora estável do ponto de vista social. Depois de ver o Governo e o seu Programa e a maneira como começa a governar é que será possível julgar melhor. Mas até pela maneira como votei, em relação a este governo, considero-me em oposição social-democrata...

— Irá haver mudanças, de facto?

LURDES PINTASILGO — A curto prazo não me parece que possa haver uma grande inflexão na orientação da sociedade portuguesa, na medida em que a sociedade está regida por uma Constituição que foi aprovada pelos representantes do povo.

SOUSA FRANCO — Penso que os resultados eleitorais podem incentivar o investimento privado.

mas importante para o efeito seja a estabilidade política e social que o próximo governo conseguir garantir.

— E Sá Carneiro?

LURDES PINTASILGO — Eu vejo cada pessoa na sequência dos seus actos praticados na sua vida. Recordo-me que o sr. dr. Sá Carneiro, que possivelmente será o primeiro-ministro do próximo Governo, quando através da lista da União Nacional esteve na Assembleia Nacional como deputado, foi, na verdade um grande defensor das liberdades individuais e apresentou aliás vários projectos referentes às liberdades. Tenho por isso, hoje, dificuldade em admitir que ele se prestasse a um jogo que por ser justamente revanchista, seria um atentado à manutenção dessas liberdades individuais.

SOUSA FRANCO — O melhor é ver. Em vez de fazer previsões, o melhor será observar...

— E a Igreja e o seu comportamento?

LURDES PINTASILGO — Como chefe do Governo com a responsabilidade fundamental de preparar as eleições num clima de «independência e isenção» devo dizer-lhe que, na verdade, foi um problema muito sério e que considero de previsíveis consequências graves para o

futuro de Portugal o que referiu como interferência de certos sectores da Igreja Católica na campanha eleitoral. É certo que não foi a Igreja Católica, nem a hierarquia como um todo. Os documentos oficiais são documentos em relação aos quais o Governo nada tem a dizer em termos de isenção. O mesmo já não pode dizer em relação às declarações públicas feitas por alguns bispos que se situaram nitidamente no apelo ao voto qualificado num sector político e isso já me parece muito grave. Foi ainda mais preocupante a atitude de alguns sacerdotes a isso levanta o problema dos dois poderes: onde

é que está o poder temporal, político, e o poder espiritual. Eu julgo que a imunidade para um sacerdote que no exercício do cargo, e nunca sacerdotal, faz intervir um elemento claramente político, põe problemas a qualquer executivo, na medida em que para fazer comícios é naturalmente preciso uma autorização do Governo Civil.

[...]

SOUSA FRANCO — Penso que, no seu conjunto, as tomadas de posição do Episcopado (que são as da Conferência Episcopal) foram correctas. Mas lamento muito as tomadas de posição de alguns bispos, que até não exercem, neste momento, responsabilidades pastorais em Portugal, além de uma atitude muito generalizada do clero, no sentido de influenciar a opção do voto, o que foi uma constante do período pré-ele-

toral. Creio que foi um erro histórico, não da Igreja, pois a Igreja são todos os cristãos, mas de uma parte dela. É um pecado grave de quem incorreu nesse erro, utilizando mal uma responsabilidade de serviço da Igreja, para influenciar erradamente opções de voto com base em argumentos que não têm o menor fundamento e estão desautorizados pelas próprias posições do Episcopado. Receio muito que, se essa acção continuar a repetir-se, seja a origem de algo que eu não desejaria, mas que poderia estar na lógica histórica deste comportamento profundamente errado. Isto é, uma crise muito profunda na Igreja. Como cristão lamento e tenho vergonha.

— E o V Governo?

LURDES PINTASILGO — Dizer que considero uma governação muito positiva, vai parecer muito pretensioso, mas o que é facto é que lhe posso dizer com toda a sinceridade, que não esperava, no ponto de partida, quer eu considere o ponto de partida a tomada de posse, quer considere o termo da discussão na AR, não esperava que em 4 meses fosse possível tocar em tanta coisa e realizar tanto. Ao mesmo tempo tenho que lhe dizer que estou muito insatisfeita porque ficou muita coisa por fazer, por reorganizar.

SOUSA FRANCO — [...] Há um aspecto que ninguém contesta: a situação da economia portuguesa, em termos de balança de pagamentos, recuperou espectacularmente em 1978 e 1979. É admissível que o défice total final deste ano ronde os 380 milhões de dólares, o que é significativo, se nos lembramos de que, em 1977, se elevou a um bilião e meio... A evolução positiva da balança de pagamentos levou a que as reservas de ouro (sublinho ouro não revalorizado, porque, caso contrário o seu valor subiria muito) e de divisas cobrem, agora, cerca de 18 meses de importações, o que não acontecia desde 1973, e correspondem a uma vez e meia a dívida externa pública de Portugal. Posso mesmo dizer que a situação da balança de pagamentos, bem como a situação cambial e de reservas, em confronto com a dívida externa de Portugal, é das mais favoráveis que há no Mundo.

Das opiniões quase coincidentes. Para reter...



Comunicação Social**Alterações em órgãos estatizados**

O sector da comunicação social vai sofrer, inevitavelmente, em consequência da entrada em funções do novo Governo, algumas alterações há muito consideradas indispensáveis e que atingirão unicamente, como é natural, órgãos controlados pelo Estado, por forma a conferir-lhes total isenção e apartidarismo. De assinalar, a propósito, que tudo indica poder vingar a tese, há muito defendida no seio dos partidos da

Aliança Democrática, de se extinguir o lugar de secretário de Estado da Comunicação Social, pois num regime democrático não se admite a existência de um departamento com características de propaganda, mas unicamente uma repartição para se ocupar de assuntos burocráticos, quando muito com o nível de Direcção-Geral.

Entretanto, sabe-se que os mais polémicos conselhos de administra-

ção serão imediatamente substituídos, como os da Radiodifusão e da empresa do «Diário de Notícias» e de «A Capital», que assim irão ter novas equipas, admitindo-se ainda a possibilidade de se verificarem substituições no conselho de gerência do «Diário Popular». Na Radiotelevisão deve permanecer como presidente Soares Louro, destacado membro do PS e próximo de Belém, apenas se preenchendo uma vaga existente. O

mesmo se verificará em relação à ANOP, de onde não deverá sair o capitão António Ramos, homem de confiança do general Eanes e que recentemente declarou a um jornal situar-se na «ala esquerda» da AD. Os jornais em poder do Estado poderão, entretanto, passar para a tutela do IPE, não sendo de considerar a hipótese de se lhes continuar a atribuir subsídios avultados, como tem acontecido, para poderem sobreviver.

Tempo

3. Janeiro. 1980

«A Capital».

Quanto a este jornal desconhece-se o seu futuro, faltando saber se o novo Governo deseja mantê-lo em publicação. Segundo alguns peritos, o Governo tem que actuar rapidamente no interior da empresa pública Notícias-Capital demitindo o dr. Da-

niel Amaral que se revelou totalmente incompetente para desempenhar tal cargo. O Governo deverá separar as várias empresas que formam aquele grupo editorial ficando o «Diário de Notícias» como empresa autónoma e devendo «A Capital» desaparecer sendo o seu pessoal integrado em outros órgãos de Comunicação Social do Estado, como o próprio «Diário de Notícias», a RDP, o «Diário Popular» ou a RTP. Ao que sabemos, vão ser dadas instruções a estas empresas públicas para não admitirem nem mais uma pessoa, qualquer que seja o departamento ou secção para que sejam porpostas.

Sabe-se que a empresa pública Notícias-Capital continua a perder cerca de 1.000 contos por dia.

Quanto à «A Tarde» sabemos que vão ser várias as modificações a introduzir preparando-se o jornal para disputar o lugar do «Diário Popular» isto é, «a Tarde» está concebida para ser o maior jornal vespertino de Lisboa e um dos mais influentes do País.

Para os seus quadros técnicos, foi também convidado o sr. Almiro Soares, o qual também se demitiu de «A Capital» para ingressar naquele jornal.

o diário

20 de Dezembro de 1979

Associações patronais «fabricam» vespertino para o Porto

PORTO (da nossa delegação) - Realizou-se, na passada sexta-feira, na Associação Industrial Portuense, uma reunião de empresários destinada a «alargar o círculo dos actuais apoiantes de «alguns jornais privados que apoiam a iniciativa privada» e estudar a hipótese de lançamento de um vespertino no Porto, «a horas que pudessem interessar o público do Norte».

Na versão de um porta-voz da Associação Industrial Portuense (AIP), as conclusões não terão sido «as mais vantajosas para os dinamizadores da iniciativa», mas foi ventilada a hipótese de «ressurgimento» de um vespertino no Porto, ficando as associações competentes encarregadas «de aprofundar estudos e emitir pareceres para uma posterior decisão».

Entre os impulsionadores do movimento de apoio à imprensa reaccionária anunciava-se a presença, na reunião da passada sexta-feira, de Bernardo Mendes de Almeida (conde de Caria), Afonso Gouveia, João Vaz

Guedes, Jaime Lacerda, Jorge Amorim e Sérgio Teixeira de Queiroz, além dos empresários nortenhos convidados.

No dia 11 de Outubro último, houve uma primeira reunião nesta cidade, na Associação Comercial do Porto (ACP) «por amável deferência do seu presidente», à qual compareceram o conde de Caria e Afonso Patrício. Desencontros de datas e uma outra «reunião financeira» realizada nesta cidade no mesmo dia provocaram o fracasso daquele encontro.

Fizeram-se representar, no entanto, a AIP e ACP, que manifestaram incondicional apoio à iniciativa de constituição de um fundo de maneio capaz de «revigorar e tornar eventualmente rentável alguma imprensa, nomeadamente «O Dia» e «A Tarde» e, eventualmente, através da economia de escalas, que beneficiasse outros como o «Correio da Manhã», «O Primeiro de Janeiro» e o «Comércio do Porto».

As importâncias destinadas ao fundo que permitirá fazer contratos de gestão «com os

jornais que interessam» são canalizadas para «uma sociedade do grupo - a Sosedie». O dinheiro está a ser canalizado para João Morais Leitão, Rua Castilho, 75, 1.º - Lisboa.

Segundo uma circular da AIP, quem não quiser participar daquele modo poderá assinar contratos de publicidade, que, «por enquanto, serão utilizados nos jornais «A Tarde» e «O Dia».

«Nesta forma - diz a circular - já se receberam, de mais de 20 entidades, verbas desde 50 contos e até 400, representativas de um terço do total da comparticipação. «Há contratos de publicidade já oferecidos de 200 contos e até 500 contos por semestre».

É com injeções deste tipo e desta origem que os jornais reaccionários continuam a surgir nas bancas, carregados de ódio à democracia e insultos aos principais órgãos de soberania. Tudo é feito «na defesa de uma economia não marxista nem demasiado planificada», que, no dizer da Associação Industrial Portuense, será a única capaz «de recuperar o nosso País». O apoio aos pasquins garantirá a possibilidade de contestar os ataques a que estará sujeita a política da AIP e, bem assim, da CIP e quejandos, «por parte dos órgãos dominados directa ou indirectamente pela má política».



Polícia Judiciária faz busca a «O Diário»

Uma inspectora da Polícia Judiciária — a dr.^a Leontina Trigo Fernandes — avalizou uma busca no arquivo de originais do nosso colega «O Diário», a qual se concretizou na passada terça-feira. A busca, que visava a apreensão do original de uma notícia publicada a 28 de Novembro, foi efectuada *sem mandato judicial* e está a causar grande indignação na classe jornalística.

O subinspector que se apresentou nas instalações daquele nosso colega, sitas na Venda Nova, efectuou a busca «em cumprimento e nos precisos termos do que foi ordenado pelo representante do Ministério Público junto do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Famalicão».

O artigo que esteve na origem desta ingerência policial na redacção de um jornal referia-se à ac-

tuação de uma sociedade *holding* com a designação de «Mello-Deutsche-Morgan» e não se encontrava assinado. Para o delegado do Ministério Público de Vila Nova de Famalicão a solução para o problema foi simples: mandou efectuar uma busca ao arquivo do jornal.

Esta acção policial constitui uma clara violação da Lei de Imprensa, que garante o «sigilo profissional» do jornalista, cujo âmbito foi definido pelo Conselho de Imprensa como abrangendo também os arquivos: «As empresas jornalísticas não podem ser forçadas a fornecer elementos documentais que lhes sejam solicitados pelas autoridades».

Não pensou assim a Polícia Judiciária, que justificou a sua «visita» à Venda Nova da seguinte forma: «Tratando-se de

uma busca não domiciliária, e que não visava a apreensão de publicações, mas sim de um original do escrito publicado, não pôs esta Polícia em causa a legalidade que lhe compete cumprir, nos termos da legislação processual em vigor».

A arrogância policial em relação aos jornalistas tem vindo a crescer nos últimos meses, sendo ilustrada por vários «pequenos» casos, que fundamentam a apreensão da classe. Ainda este mês, um repórter fotográfico do «Diário de Lisboa» foi julgado (e absolvido) por alegado desrespeito à PSP no interior da esquadra do Teatro Nacional. As testemunhas de acusação eram, naturalmente, polícias: tudo se passaria «em família». Mas o juiz não se mostrou convencido e absolveu aquele nosso colega.

21.12.79 O SIGILO PROFISSIONAL

Questão de princípio

Na sequência de uma notícia publicada pelo jornal «O Diário», um elemento da Polícia Judiciária de Lisboa efectuou, no passado dia 18, uma busca ao arquivo daquela publicação com o objectivo de consultar o original da referida notícia e de identificar o seu autor, a qual, por se tratar exactamente de uma notícia, não se encontrava assinada.

Consultada a PJ, fomos informados da legalidade deste procedimento. Existe, porém, quem assim não pense. Contudo, não vamos abordar o incidente de uma maneira casuística.

Igualmente, não nos interessa a maior ou menor veracidade da notícia. As diferentes concepções de jornalismo que existem entre os trabalhadores do «Correio da Manhã» e de «O Diário» são por demais conhecidas para serem lembradas. Por isso, nós e os nossos leitores

(já que, e logicamente, os nossos leitores se identificam connosco) conservamos *a priori*, as necessárias reservas a qualquer notícia publicada pelo «Diário».

Porém, e acima de todos estes pormenores, para algo queremos chamar a atenção: reportamo-nos a uma resolução do Conselho de Imprensa, que por sua vez se baseou na análise da alínea c) do número 5 do artigo 17 da Lei de Imprensa, «o sigilo profissional abrange os arquivos das empresas jornalísticas, pelo que as autoridades não têm o direito de ordenar a apreensão de documentos de qualquer tipo neles guardados».

Assim, e por maioria de razão, «não poderão os redactores serem obrigados a entregar documentos em seu poder ou a revelar os autores dos documentos que se encontram arquivados nas empresas onde trabalham, nem

de identificar pessoas fotografadas, quer a fotografia tenha sido publicada ou não».

Consequentemente, «as empresas jornalísticas não podem ser forçadas a fornecer elementos documentais que lhes sejam solicitados pelas autoridades» o que não quer dizer que «o não possam fazer quando, através da Direcção e do Conselho da Redacção, decidam que o interesse público o justifica».

A Lei tem sempre muitas leituras, conforme as conveniências. Contudo, para nós, jornalistas, tal questão é em princípio, um ponto de honra... um procedimento que é inerente à própria profissão, já que, sem ela, dificilmente poderemos trabalhar.

Pelo que, divergências de mentalidades à parte, não nos resta outra posição do que lamentarmos publicamente o incidente ocorrido com o matutino «O Diário».

o diário

Dirigido por Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • Preço 400\$ • Nº 1979 • Publicação da Fundação Cultural e de Publicações

Ofensa às liberdades

Das liberdades conquistadas com o 25 de Abril, a de Imprensa foi uma daquelas cuja defesa maior atenção mereceu dos legisladores da Revolução e, naturalmente, dos jornalistas. Sem ela não existe democracia.

Por assim o entender, a reacção tem desenvolvido um grande esforço para colocar sob o seu controlo os principais meios de comunicação social. Paralelamente, tenta amedrontar ou calar órgãos independentes cuja razão de vida é inseparável da defesa e consolidação das conquistas históricas do Povo português. O próprio aparelho da Justiça foi utilizado para esse fim. Enquanto certos tribunais absolviam criminosos da PIDE em ritmo acelerado, «o diário» teve de responder de uma só vez a quase uma dúzia de processos que lhe haviam sido instaurados a pedido do famoso juiz Hugo Pereira do Amaral Barata.

Faltava-nos, porém, viver uma experiência que configura um novo tipo de perseguição, claramente ilegal, e que contou desta vez com a cumplicidade do Ministério Público e de um elemento responsável da Polícia Judiciária. Na terça-feira, dia 18, a mando da inspectora Maria Leontina Trigo Fernandes, foi realizada uma busca no arquivo de originais de «o diário» em diligência que visava a identificação do autor de um texto não assinado.

Cabe recordar que nos termos do n.º 1 do Art.º 7 do Estatuto do Jornalista, aprovado pela Lei 62/79, de 20 de Setembro, o acesso às fontes de informação é condição essencial ao exercício da actividade do jornalista». Daí resulta a necessidade de se acautelar ao máximo a utilização e conservação dessas fontes. Em defesa do sigilo, o n.º 1 do Art.º 8.º do mesmo Estatuto preceitua que «os jornalistas têm o direito de recusar a revelação das suas fontes de informação, não podendo o seu silêncio sofrer qualquer sanção directa ou indirecta». Além disso, o n.º 2 do mesmo preceito legal proíbe os directores dos órgãos de comunicação social de revelar essas fontes, salvo com assentimento expresso do interessado. É certo que o Art.º 26 da Lei de Imprensa (Dec.-Lei 85-C, de 26 de Fevereiro de 75) responsabiliza criminalmente o autor do escrito e o director do jornal, mas este, segundo o n.º 3 do Art.º 26, «responderá como autor do crime se não se exonerar das suas responsabilidades». Da contradição entre o Estatuto e a Lei de Imprensa resulta que se impõe uma harmonização dos dois diplomas para que a actividade da direcção não corra em certos jornais o risco de se desdignificar através da denúncia de fontes de informação confiadas ao sentido deontológico do máximo responsável no periódico.

Em qualquer hipótese, porém, a violação oficial do sigilo das fontes de informação somente pode ser efectuada por mandado judicial, como expressamente determina a alínea b) do n.º 3 do Art.º 7 da Lei 62/79. Contra a lei agiu, portanto, o delegado do Procurador da República em Famalicão ao incumbir a PJ de realizar uma busca nas instalações de «o diário». Em ofício precatório exigiu daquela polícia a identificação do autor de uma notícia publicada na edição de 28 de Novembro e relacionada com manobras do holding da Mello-Deutsche-Morgan.

Ora, mandado judicial, em regime democrático, é o mandado do juiz. Só com mandado de juiz podem ser realizadas buscas. Nos tempos do fascismo é que era aplicado o Dec.-Lei 35 007, de 13 de Outubro de 1945, feito pelo sr. Cavaleiro Ferreira, ministro da Justiça de Salazar.

A Revolução de Abril acabou com a ignomínia de entregar aos delegados do Ministério Público as funções de juizes de instrução. O MP é o advogado do Estado, não é juiz.

Mas, por decisão indecorosa e ilegalíssima de uma inspectora da PJ foi realizada uma busca no nosso jornal sem que fosse exibido mandado judicial. A funcionária responsável da PJ, ao ser advertida da ilegalidade deveria ter compreendido que ofícios precatórios só podem ser cumpridos quando aquilo que neles se depreca é legal.

Há aspectos inquietantes e pormenores de farsa no desafio à lei que nos atingiu. Em primeiro lugar, decorreram muitos meses desde que o delegado do MP em Famalicão requereu em 26 de Abril deste ano a busca. Serão os ventos do próximo governo da Aliança Reaccionária que estimularam o zelo ilegal da inspectora Leontina Fernandes, da PJ? Em segundo lugar, a PJ deveria saber que os originais de textos publicados são destruídos duas ou três semanas depois. Ao caracterizar o acto de violência ilegal, a direcção de «o diário» advertiu o subinspector que dirigiu a busca de que nos termos do Art.º 35 da Lei de Imprensa «quem violar qualquer dos direitos, liberdades ou garantias da Imprensa consagrados na presente lei incide na pena de multa até 500 000 escudos». O riso daquele funcionário foi uma confirmação do desprezo pela lei.

Nada temos contra a PJ como instituição. Em mais de uma oportunidade, «o diário» tomou a sua defesa quando agentes seus foram vítimas de actos de banditismo ou quando juizes como Barata os insultaram em tribunal por haverem cumprido o seu dever. Mas não aceitamos atitudes prepotentes, de desafio à lei, como a da inspectora que ordenou a busca. A direcção de «o diário» não se exonera das suas responsabilidades. Nunca revelará a autoria de textos não assinados. «o diário», trincheira das liberdades, não se submete a práticas próprias dos tempos do fascismo.

Sindicato dos Jornalistas condena violência policial contra

«o diário»

28 de Dezembro de



O comunicado assinala que "no dia 18 deste mês, na tentativa de identificação do autor de um texto não assinado, foram devassados os arquivos de originais do jornal "o diário", apresentando-se os autores da devassa com um mandado assinado pela inspectora dra. Maria Leonor Trigo Fernandes".

"Significa isto", prossegue o documento, "que o número um do artigo 8.º do Estatuto do Jornalista foi clara e gravemente violado, tanto mais que o número 2 do mesmo artigo proíbe os directores dos órgãos de comunicação social de revelarem essas fontes, ressalvando apenas os casos em que o jornalista dê o seu assentimento".

"Esta actuação, que, no mínimo, terá de se considerar como antidemocrática, teve origem no delegado do Ministério Público de Vila Nova de Famalicão e a pronta colaboração da Polícia Judiciária vem no seguimento do desrespeito pelas leis evidenciado por alguns magistrados e só tem paralelo com situações ocorridas no regime fascista" — salienta o comunicado.

A direcção do Sindicato dos Jornalistas "considera de forma positiva a determinação do Procurador Geral da República em mandar proceder ao apuramento dos factos e congratula-se pela condenação expressa em muitos órgãos de Informação".

O Sindicato dos Jornalistas declara que "desencadeará as acções que entender necessárias contra intimidações desta natureza que visam, sobretudo, coarctar o direito à informação".

à TARDE

Nota do dia

Sucedem-se os processos por alegado abuso da liberdade de Imprensa. É verdade que a maior parte deles não ultrapassa a fase de instrução, por logo ai se ver que não existe matéria que justifique o julgamento em tribunal. E, dos acusados que se sentam no banco dos réus, a maioria é absolvida e mandada em paz, pela mesma razão.

As consequências, no entanto, não deixam de fazer-se sentir. Por um lado, são as perdas de tempo e de dinheiro, num país que precisa de trabalhar e produzir obra útil. Somem-se as horas que, com o mais mesquinho processo, gastam polícias e tribunais, jornalistas, advogados e artistas, e veja-se quanto se gastou para nada.

Por outro lado, atente-se nos perniciosos efeitos de auto-censura que tal estado de coisas inevitavelmente acarreta, em prejuízo da livre expressão do pensamento e da legítima crítica às instituições e órgãos de soberania, direitos que se encontram constitucionalmente assegurados.

No anterior regime, um dos atestados de menoridade mental que os políticos habitualmente passavam ao País era o de não estar preparado para a democracia. Repetidas vezes nos foi dado ouvir isso na Assembleia Nacional, quando ali fazíamos serviço de reportagem. A inconsistência da acusação acaba de ser comprovada de novo nas eleições de 2 e 16 deste mês.

Agora, parece que quem não está, em Portugal, preparado para a democracia é o Poder, o qual, tomado de absurda hipersensibilidade se considera imune à crítica.

Pior ainda: o Poder em Portugal não tem sentido de humor. Repare-se, por exemplo, no caso do «cartonista» Cid, a quem esta tarde será lida a sentença do tribunal pelo «crime» de ter publicado um livro de caricaturas do Presidente da República. Parece-nos, seja qual for o veredicto, que, se alguma coisa prejudicou a imagem de Eanes, foi este absurdo julgamento (onde nem o delegado do Procurador da República ousou pedir a condenação do «réu...»), e não o livro.

Não será mais que tempo de os políticos e detentores do Poder em Portugal abandonarem a pose ridícula de «primas donas»?

o diário

Trabalhadores da RTP e RDP continuam a aguardar aplicação da «lei da amnistia»

Arrasta-se, inexplicavelmente, a situação dos 36 trabalhadores da RTP e RDP cujos despedimentos foram extintos pela Lei da Amnistia, promulgada no dia 23 de Novembro último. Passadas três semanas sobre a data em que se apresentaram ao serviço e em que receberam instruções para aguardarem em casa um contacto posterior, aqueles trabalhadores não receberam ainda qualquer garantia segura de que serão recolocados nos seus antigos postos de trabalho.

Neste momento, podem já registar-se procedimentos distintos por parte de cada uma das Comissões Administrativas envolvidas: enquanto a da RDP marcou já uma audiência com os amnistiados na próxima quinta-feira e afirmou a uma delegação do Sindicato dos Jornalistas que "a legalidade será escrupulosamente cumprida", a CA da RTP remeteu para um silêncio total, não respondendo sequer ao pedido de audiência feito por alguns trabalhadores.

No que diz respeito à RTP, o caso assume, aliás, aspectos ainda mais intrigantes, uma vez que funcionários superiores daquela empresa pública dizem ignorar, eles próprios, as intenções da Comissão Administrativa.

A informação foi transmitida, por mais de uma vez durante a tarde

de ontem, aos trabalhadores que se dirigiram à Tesouraria da RTP, na Rua de S. Domingos à Lapa, a fim de receberem os ordenados que, legalmente, estão a vencer desde o dia em que se apresentaram ao serviço. Depois de algum tempo de espera, puderam falar com o dr. Hugo Vieira, responsável por aquele serviço, que lhes afirmou "não saber nada" e os enviou para o Director de Pessoal. Na ausência deste, foram recebidos nas instalações da Av.ª 5 de Outubro pelo sub-director de pessoal, dr. Marinho de Castro, segundo o qual "o processo está nas mãos da Administração".

Os trabalhadores, que eram acompanhados por dois delegados sindicais, pediram um documento comprovativo de que se haviam apresentado nos serviços respectivos para receberem os ordenados e de que estes não lhes tinham sido pagos.

CUMPRIR A LEI

Tanto num caso como no outro, os trabalhadores não encontram explicação para esta aparente relutância em cumprir a Lei. Na opinião dos seis sindicatos que mais de perto têm acompanhado a evolução dos acontecimentos, "o atraso por parte da RTP e da RDP

em cumprirem uma lei aprovada pela Assembleia da República e promulgada pelo Presidente da República constitui um factor de preocupação e insegurança para todos os trabalhadores, no que diz respeito à defesa dos seus postos de trabalho".

Num comunicado dirigido aos trabalhadores das duas empresas, os Sindicatos das Telecomunicações, dos Jornalistas, das Actividades Cinematográficas, dos Transportes Rodoviários, dos Metalúrgicos e dos Músicos consideram que "independentemente das circunstâncias que deram origem ao despedimento dos trabalhadores agora amnistiados e das conhecidas irregularidades existentes nos respectivos processos disciplinares (...), a pronta recondução desses trabalhadores nos seus postos de trabalho será um importante factor de estabilização e de restauração da normalidade democrática no interior das duas empresas".

Em entrevista dada a um vespertino, um dos trabalhadores amnistiados acentua não ser legítimo sequer invocar a mudança de Governo, uma vez que, por um lado, se trata de cumprir a Lei, e, por outro, estão em causa empresas cuja independência face aos governos e à Administração Pública é exigida pela Constituição da República.

20. Dezembro. 1979

Tempo

LEI DE IMPRENSA SERÁ MODIFICADA

O Governo da Aliança Democrática modificará a Lei de Imprensa — sobre o «Tempo» de fontes afectas àquela coligação centrista eleita maioritária em 2 de Dezembro. Os directores de jornais deixarão de ser perseguidos, como até aqui, e a Procuradoria da República deixará de ter poderes para incriminar, por sua iniciativa, os jornalistas. A futura lei consagrará, de forma definitiva, a liberdade de Imprensa eliminando todas as restrições que a actual lei contém.



PS: 9 membros da C. Nacional pedem a demissão em carta colectiva

Expresso

29 - DEZEMBRO - 1979

O APARECIMENTO de uma tomada de posição colectiva por parte de 9 membros da Comissão do PS na reunião deste órgão realizada no passado fim-de-semana, constituiu o facto politicamente mais significativo dessa reunião.

Subscreviam uma carta colectiva de demissão dos seus cargos na Comissão Directiva do PS, Alberto Oliveira e Silva, Aquilino Ribeiro Machado, Edmundo Pedro, Eduardo Pereira, Fernando Barroso, Maria Rosa Gomes, Mário Cal Brandão, Mário Sottomayor Cardia e Torres Couto, todos eles pertencentes ao sector apelidado de "moderado" dentro do Partido. Esta carta encontrava-se fundamentada, ao contrário de que chegou a ser difundido por alguns órgãos de informação, no considerando político da necessidade da mudança nos órgãos dirigentes do Partido Socialista.

Mário Soares reagiria aliás mal à apresentação de um pedido de demissão colectiva, defendendo que tal atitude deveria ter sido tomada em cartas individuais de cada um dos subscritores da carta colectiva.

Aceitar ou não a bipolarização

Por assim dizer, o porta-voz deste grupo moderado foi Mário Sottomayor Cardia que numa estudada intervenção considerou que o problema crucial suscitado pelos resultados eleitorais do dia 2 e dia 16, era o problema da opção que o PS devia fazer entre aceitar a bipolarização do país ou lutar contra ela, através da formação de um bloco central o que pressuporia modificações de fundo na orgânica e na direcção política do partido que deveria ter a sua ala esquerda, mas também a sua ala direita social-democrática, que lhe permitisse ganhar votos na zona de charneira com a Aliança Democrática.

A intervenção de Sottomayor Cardia levantou um problema estratégico que não justificaria

qualquer crítica por parte dos restantes membros da Comissão Política Nacional.

Curto versus Gonelha

Para além da exposição de Cardia, um ponto significativo da Comissão Nacional do PS foi o debate verificado sobre a política sindical do Partido.

Marcelo Curto atacou esta política, tal como o fez Manuel Alegre.

Maldonado Gonelha, numa intervenção particularmente moderada, recordou vários diplomas aprovados por Marcelo Curto quando ministro do Trabalho, e sobretudo tentou separar o tom político emocional que parecia exigir agora dos sindicalistas uma radicalização à esquerda, da estratégia sindical propriamente dita.

Já Torres Couto teve uma intervenção apaixonada, que deu origem a um minidiferendo com Manuel Tito de Morais.

No seu todo, a posição de fundo aprovada em Congresso não foi questionada, e apareceu mesmo uma moção de apoio à UGT, subscrita por cerca de 30 membros da Comissão Nacional nos quais não se incluíam os próprios dirigentes da UGT, moção esta que não seria lida pela mesa e que Mário Soares, de passagem, consideraria colocada fora da Ordem de Trabalhos.

De resto, Maldonado Gonelha parece ter visto a sua posição reforçada, na sequência de uma reunião ontem realizada, de militantes sindicais socialistas e em que foi debatida a política do PS no domínio sindical.

Joaquim Mestre: propostas de reestruturação

Outra intervenção significativa foi a de Joaquim Mestre, que apresentou várias propostas de começo da reestruturação orgânica do PS, tendo em vista o ano eleitoral de 1980 depois de ter efectuado um exaustivo diagnóstico do

significado político dos resultados eleitorais do dia 2 e do dia 16.

Também José Manuel Galvão Teles que com António Arnault conduziu o trabalho da Comissão Nacional, sugeriria que fosse formado um grupo de trabalho encarregado de avaliar a capacidade política das federações distritais, podendo vir a substituir os seus órgãos dirigentes no caso de sobre eles recair um juízo negativo.

As propostas dos ex-IS, apesar de as suas intervenções terem sido atentamente ouvidas e até apreciadas, não lograram obter vencimento na Comissão Nacional.

Fundação Cuidar o Futuro



A CRISE NO PS

Cardia pretende aliança com PSD

O projecto de Sottomayor Cardia de uma aliança entre o PS e o PSD, em 1980, face a uma possível degradação da AD, foi ontem confirmado ao «Tempo» por duas fontes bem colocadas no Partido Socialista, as quais nos acrescentaram que tal pretensão não tem o apoio da maioria dos dirigentes do partido.

No entanto, o projecto de Cardia não invalidou que, no seio do PS, se instalasse uma crise da qual se esperam consequências a nível de uma maior clarificação estratégica e programática do partido e da possível cisão do grupo que o ex-ministro da Educação socialista liderou na última Comissão Nacional, formado por Alberto Oliveira e Silva, Aquilino Ribeiro Machado, Edmundo Pedro, Eduardo Pereira, Fernando Barroso, Maria Rosa Gomes, Mário Cal Brandão e Torres Couto.

O pedido de demissão, em bloco, deste grupo «rebelde» é visto por uma das nossas fontes como uma tentativa de pôr em causa o actual Secretariado Nacional, o qual, apesar de tudo, foi ratificado, na Comissão Nacional, por um «voto de confiança».

SOARES «AGLUTINADOR» E «CONCILIADOR»

Tal voto recebeu o apoio dos «históricos», dos «tecnocratas», liderados por Vitor Constâncio, e pelos ex-GIS, liderados por Jorge Sampaio, mas, se as três «sensibilidades» congregaram esforços no sentido de derrotarem a proposta política de Sottomayor Cardia, o mesmo já não se pode dizer de Mário Soares que aparece, no seio da crise, como o «aglutinador» de «grupos» e «tendências», estando, neste momento, a «segurar» Cardia, não só porque o acha um elemento importante, mas

também porque é seu amigo pessoal.

É assim que o problema Cardia está longe de ser resolvido, ao mesmo tempo que, para a próxima Comissão Nacional, a realizar no Porto, nos próximos dias 19 e 20, haverá, segundo nos revelam, três ou quatro posições distintas para serem sujeitas a debate interno, sendo abreviado o plano de actividades do partido e a sua constituição.

PROJECTO CARDIA PODE FICAR «ADIADO»

Alguns membros do PS são da opinião de que Cardia ainda poderá repetir o pedido de demissão. «Cardia é que se definiu e levantou o problema» — justificam. No entanto, é natural que o projecto do ex-ministro da Educação fique «adiado», já que Mário Soares e os seus camaradas pensam, neste momento, que o PS

não tem possibilidades de ascender ao Poder em 1980, mas sim em 84.

Por outro lado, a maioria dos dirigentes do partido aposta, também, numa desagregação da Aliança Democrática, não para que o PS se possa aliar ao PSD, mas para que o «bloco de direita manifeste publicamente a sua incompetência».

Cardia manifesta o receio que o PS seja «comido» pelo PCP. Tem medo da bipolarização. No entanto, os seus opositores dizem-nos que esse receio não justifica uma aliança com o PSD, já que a sobrevivência «ideal» do Partido Socialista depende da estratégia a estudar para os próximos meses, como partido de oposição, sem «obstrução» ao Governo AD e sem compromissos com o PCP.

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO SERÁ SOLUÇÃO EXTREMA

Por outro lado, Soares está convencido que Sá Carneiro se demite antes de 1980, em virtude das limitações do Presidente da República à acção do Executivo, não obstante tudo se possa jogar em 1980 com a eleição de um novo Presidente da República que, segundo nos informam, pode ser proposto pelo PS.

Se na próxima Comissão Nacional o Secretariado do partido não vir bem encaminhados os planos que vai apresentar e se o fantasma da cisão — que a dar-se seria muito importante — persistir, revelam-nos no Partido

Socialista que a solução será a realização de um Congresso Extraordinário, que traz consigo alguns riscos, tendo em conta o que aconteceu com o PSOE e verificando-se que no PS ainda não houve um debate interno suficiente.

CONGRESSO DAS FEDERAÇÕES EM FEVEREIRO OU MARÇO

Ao mesmo tempo, as Federações do Partido Socialista estão, neste momento, a preparar a efectivação dos seus Congressos, os quais, segundo apurámos, podem ter lugar em Fevereiro ou Março próximos, consistindo estas assembleias uma importante prova da confiança que as bases ainda depositam nas diferentes cúpulas.

Registe-se que Sottomayor Cardia não está a ser bem visto entre a maioria dos militantes do PS, independentemente da sua proposta, que «despoletou» a crise interna.

De qualquer modo, os objectivos de Cardia convergem com os da maior parte dos sindicalistas socialistas da UGT, admitindo as nossas fontes do PS que, uma vez cindido o grupo do ex-ministro da Educação, ficaria em desequilíbrio a questão sindical a que Mário Soares tanta atenção tem dado. No fundo, é no próprio Mário Soares que reside grande parte do enunciado da solução desta crise do PS.

A.D.



Que mudança?

Portugal vai mudar e a mudança tem de ser proporcional à dupla vitória de 2 e 16 de Dezembro passados — proporcionalidade que deve ser aferida em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos, que não são de pura aritmética mas que incluem o sentimento, a esperança e a motivação que as eleições exprimiram.

Nos últimos tempos, a esperança de mudar alvoreceu já várias vezes no nosso País, quer a leste, quer a oeste, do horizonte político. Infelizmente, porém, sempre em vão. Seria imperdoável e porventura fatal, que pudesse ainda haver uma nova frustração. A explicação para tanta frustração anterior é, porventura, a de que todo o esforço de mudar acaba sempre por ser anexoado, na vigésima quinta hora, por um mesmo sistema, ou, apenas, por um bunker de poderosos que estaria para "cá" de todas as ideologias e de todos os partidos, mas que estaria, ao mesmo tempo, suficientemente dentro de todas essas ideologias e partidos. Tal e qual como uma aranha, se encarregaria de fazer a cama a toda a fé despertada nas ruas, nas urnas e nos jornais. É um "bunker" contido por uma casta de imoderadamente "moderados" que só inventaram a moderação mas andam atrás de todos os cortejos, senão debaixo do seu pé, para pôr cera, verniz e estuque nas construções que os "imoderados" inventaram ou construíram. São es-

por Francisco Lucas Pires

ses os únicos que podem dizer sempre que "ganhamos os nossos" e para quem a vitória é em princípio quase indiferente e fungível.

A vitória não é uma festa apenas. Tem de ser o começo de um projecto. É preciso estar prevenido, sobretudo porque, em Portugal, chegar ao poder muitas vezes tem significado apenas o mudar o suficiente para que tudo possa ficar na mesma. Isto é mudar as etiquetas e os nomes para que o mesmo "bunker" continue na propriedade do essencial.

Há aqui vícios de poder que são tomados por normas e viciados que são tomados por insubstituíveis. Outras vezes há uma súbita enorme e incontida admiração dos vencedores pelos vencidos e com os seus métodos, co-

mo se o resultado de umas eleições pudesse ser apenas uma espécie de rendição pelo cansaço. Às vezes o resultado eleitoral constubstancia-se apenas na promoção de outras pessoas, mas não de outros planos, tal e qual como num carrocel, ou como se a política fosse apenas um jogo e não uma vontade consciente e orientada.

A Aliança Democrática está prevenida. Tem consciência de que ganhou as eleições com os mais fortes e onde era mais difícil. Tem consciência que ganhou as eleições onde melhor soube interpretar o descontentamento e contra verdadeiras fronteiras ou barricadas. Tem consciência de ter já ganho o governo mas ainda não o poder, no sentido mais amplo desta expressão. Não pode, pois, tendo ganho o governo deixar-se cair nas mãos do establishment e da sua enorme teia. Tem de recuperar o sistema e não se deixar recuperar por ele.

Normalmente o poder está na posição patronal e a oposição na posição sindical. A verdade é que a AD está, ainda, apesar da vitória, em grande parte na posição sindical. Não chagou ao governo como o patrão à empresa. Tem, ainda, muito a reivindicar e conseguir num longo processo de que as eleições de 1980 serão uma etapa decisiva.

A mudança não se fará através da ruptura. Far-se-á na estabilidade. Além disso, em 1980 não se pode fazer tudo. Mas se a mudança não se faz por ruptura far-se-á, porém, pela Reforma. Além de que tudo isto não pode nunca ser uma desculpa nem o pretexto para influenciar a composição dos novos órgãos, ao introduzindo maciçamente os mais imoderados homens da moderação. É preciso que a moderação não seja apenas a forma civilizada da desconfiança sobre o próprio sucesso ou sobre a legitimidade do próprio poder. Não basta conseguir um empate ao contrário. Quando se joga em casa o empate é ainda pior, do que quando é um empate a jogar fora. O acelerador não se pode, sem mais transformar no travão e é preciso ter em conta que a vitória de 2 e 16 de Dezembro é, na sua essência, a vitória contra o medo, a vitória da confiança e dum espírito de descoberta e cabeça levantada. Há nessa vitória uma recusa clara por um lado, e uma vontade nova não menos clara, por outro lado. Seria perigoso que alguém quisesse apenas esgotar-se no quadro de um regime que provou, antes de mais, estar esgotado.

Quando se gera um movimento é perigoso esvaziá-lo, e, também, por isso mesmo, é preciso não limitar a Aliança à função de constituir apenas um novo Governo, ocupando com novos inquilinos os palácios de onde se ordena. No germe da Aliança havia mais do que isso,

e é preciso pois evitar as manobras abortivas. A vitória tem de se desenvolver, por isso, em dois planos distintos: o do governo e o da Aliança ela mesma.

No plano do governo julgo que a Aliança se deve desenvolver de acordo com três objectivos principais: resolver os problemas concretos dos portugueses ou dar início à sua resolução (habitação, custo de vida e emprego nomeadamente)(1); criar uma sociedade mais aberta e um Estado menos pesado, concretizando assim a vitória da sociedade sobre o Estado que, em grande parte, é o significado desta vitória eleitoral (o que passa pela diminuição dos impostos, por um maior alívio burocrático, pela maior abertura do mercado e pelo fim de sua compartimentação em sectores estanques fechados e por vezes contraditórios (2); começar a de-

finir um modelo alternativo de Estado, de Administração, de Sociedade e das relações entre eles (o que passa, na prática e na teoria, pela realização e concepção de outro projecto e outra prática constitucional) (3).

No plano da Aliança Democrática propriamente dita, o seu desenvolvimento no futuro julgo que deve fazer-se de acordo com os seguintes três objectivos principais: organizar a Aliança no Parlamento e fora dele como uma organização coordenada ou até federada, com carácter de princípios da unidade, do equilíbrio e do dinamismo que a podem tornar mais coesa, mais harmoniosa e mais ágil(1); preparar as eleições legislativas e presidenciais de 1980 e, em geral, preparar melhores condições de luta para as batalhas futuras(2); melhorar e organizar as infra-estruturas de estudo e planeamento técnico da Aliança, capazes de sustentar o seu desenvolvimento, preparar as suas iniciativas e compensar a relativa hostilidade que possa encontrar, neste domínio, em certas zonas do aparelho do Estado(3).

Questões como a da organização, suporte e finalidade ou doutrina da Aliança são mais importantes do que as questões pessoais. O carro não deve ir adiante dos bois. A Aliança não é um fenómeno artificial ou conjuntural e isso foi provado nas eleições que passaram. É um fenómeno natural mas é necessário, para a desenvolver, continuar a pensá-la e a construí-la, apontando objectivos e perfilando estruturas. Só assim poderá continuar a ser alargada e aprofundada. Se foi um facto e uma ideia populares, não se pode agora resumir aos equilíbrios de força entre entendidos e respectivos máximos do poder. Há-de querer ter um corpo e um espírito, crescendo e multiplicando-se, porque para mudar o país também ela própria se há-de consolidar e transformar no sentido dos objectivos que a levaram à vitória em 2 e 16 de Dezembro.





Lucas Pires já defendia em 76 e 78

24 DEZEMBRO 1979 O DIA

Um mesmo estatuto da Oposição para multiplicar força do CDS e PSD

Com um notável poder de antecipação e previsão políticas, já em Outubro de 76 Francisco Lucas Pires, ao comentar "o ciclo constitucional da vida portuguesa" então iniciado com a eleição do Presidente da República, escrevia a dado passo de uma sua análise publicada no primeiro número do boletim do IDL: "O PPD e o CDS não tiveram tricas durante a campanha e estiveram associados à primeira vitória eleitoral de ambos", constatando de imediato que "as maiores percentagens de Esões verificaram-se na zona de domínio eleitoral dos dois partidos: Guarda — onde o CDS vencerá nas eleições para a Assembleia — ficou à cabeça, seguida de Bragança e Viseu, vindo depois, logo a seguir, outras zonas de forte implantação do PPD e CDS".

viria a ser a Aliança Democrática, o actual vice-presidente centrista continuaria o seu artigo, escrevendo precisamente: "Os resultados e a associação vitoriosa podem descomplexar as relações entre os dois partidos — que são quase mais duas famílias rivais do que duas ideologias opostas — e facilitar uma aproximação, em vista, nomeadamente das eleições municipais e, "à la longue", em vista da utilização e enquadramento por um mesmo Estatuto da Oposição". Explicando os seus conceitos sobre "a nova geometria eleitoral", Lucas Pires acrescentaria mesmo: "A aproximação seria tanto mais prometedora, quanto é certo que a esquerda sofreu agora uma dupla derrota: perda de votos e perda de disciplina de voto!".

"De resto — continuava — suponho que qualquer aproximação deste tipo teria um efeito multiplicatório e não, apenas, somatório, pois poderia passar a incluir todos aqueles que só votaram no PS com a intenção do "voto útil" e do "voto da fronteira" pela Democracia e pelo pluralismo, ou, até, impelidos por uma residual mania das grandezas, nostalgia da grande unidade ou espírito de aposta vitoriosa... Há, ainda, muitos senões, é certo... e sobretudo um certo estilo situacionista adquirido pelo PPD, que a exclusão do (futuro) Governo ajudaria a limar, e os rescaldos de um namoro pré-PS da conta do CDS, sendo certo, também, que o sistema de representação proporcional adoptado para as eleições municipais não é o que mais impela aos "namoros" deste tipo..."

Mas também muito depois — no III Congresso do CDS, realizado no Porto nos finais de 78 e que havia de marcar a grande viragem centrista, com uma clara demarcação do PS, cuja aliança com o partido provocara grandes amargos de boca e alguns arrependimentos tardios —,

Lucas Pires falava de novo no embrião do que viria a ser a AD. A propósito da "segunda arrancada" do CDS, "agora iniciada", diria nessa altura o vice-presidente centrista que "será uma arrancada ofensiva, por que o CDS começa a jogar agora no seu próprio campo". Mais: "Porque o problema agora já não é o de sair o ovo, o problema agora é o de ser o galo da capoeira...".



No discurso que proferiu nesse fim de 78, Lucas Pires já se referia nos seguintes termos ao facto de se falar "bastante da constituição de uma maioria não socialista, e, do outro lado, de um programa comum socialista": "De um programa comum da esquerda e de uma maioria da direita, simplificando as coisas. É justamente neste quadro que se contrói a ideia de um afrancesamento da vida política portuguesa. De resto, é evidente que nós somos muito mais parecidos com a França do que com a Itália. Somos um Estado. Nação há muitos anos, não somos uma República da República como a Itália".

E concluiu: "O CDS irá ter pois uma política unitária, embora não unitarista, uma política de maioria com o PSD mas não uma política de bloco com o PSD. Uma política de maioria com todas as forças democráticas, mas não uma política de frente nacional contra uma frente popular da esquerda.

Isto por várias razões". Definindo então prioridades, prosseguia: "Em primeiro lugar, como já disse, para não gerar uma frente popular de esquerda. O PCP tem interesse neste momento em não desarmar, porque está numa guerra vital nomeadamente a nível do Alentejo".

Antes, quanto a um segundo plano da proposta estratégica do CDS apresentada — "da luta para estar temos de passar à luta para ser" —, Francisco Lucas Pires esclareceria que esta proposta considera que no campo político partidário, estamos na fase de unidade em 1o. lugar, na fase de alargamento em 2o. lugar, e na fase de clarificação em 3o. lugar". Em relação ao primeiro aspecto, as ideias do vice-presidente centrista eram realmente claras, e, num certo sentido, precursoras do movimento gerado em 79 e que culminaria na formação da Aliança Democrática.

Na sua lúcida análise, diria, assim: "Estamos na fase da unidade porque há duas tendências contraditórias que não servem ao nível do arranjo das forças partidárias, sobretudo das forças não socialistas. Por um lado — aduziria nessa altura — há um fenómeno de fragmentação dessas forças, fenómeno que nada tem a ver com o aparecimento, por exemplo, do PDC, do MIRN e de outros agrupamentos deste género". Verificava a seguir

que "há, por outro lado, um fenómeno de unificação que tem a ver com uma grande névoa que seria uma espécie de bloco democrático".

Entrando aqui numa antecipação do futuro próximo que viria a ser confirmada pelos factos, Lucas Pires começava por registar: "Há portanto duas tendências contraditórias: uma tendência divisora e uma tendência unificadora". E comentava: "Qualquer dessas tendências é, porém, à sua maneira, uma tendência ou uma expressão de direito em que não nos convém alinhar sem mais. É uma tendência de direita — prosseguia —, mas não de direita no sentido democrático da expressão, porque o direito pode não ser democrático, embora a direita seja democrática".

E explicava seguidamente: "São tendências de direita porque a fragmentação é uma expressão do espírito sectário e porque o unitarismo é uma expressão da tentativa de criar à volta do falso carisma uma unidade provisória e artificial". De forma inequívoca, afirmaria a este respeito "que é por isso que nós não queremos nem o sectarismo da fragmentação nem o carisma do unitarismo; nós queremos em Portugal construir uma realidade democrática nova e ampla".

Para tanto, Lucas Pires apontava, primeiro, que "essa realidade parte de duas constatações principais: a ideia de que existem duas realidades à partida e que existe uma grande aspiração à chegada". Na sua avisada opinião "as duas realidades à partida são: Freitas do Amaral por um lado e Sá Carneiro por outro; o CDS e os democratas-cristãos por um lado, o PSD e os social-democratas por outro", enquanto "a aspiração à chegada é a unidade da maioria das forças não socialistas para bater a maioria de esquerda em todas as frentes na Assembleia da República e fora dela".

Fundação Cuidar o Futuro

Esperança e poder político

por José Manuel Casqueiro

Portugal vai finalmente ter um Governo homogêneo, estável, e com apoio parlamentar maioritário: é a esperança que se coloca de novo aos portugueses.

O Governo que vai iniciar a sua actividade tem sobre si uma pesada herança e uma maior responsabilidade.

Se herda uma difícil situação económica e uma complexa realidade social fruto do intolerante totalitarismo comunista, da incapacidade e ambiguidade dos socialistas, tem, no entanto, uma maior e mais difícil responsabilidade — dar forma prática ao projecto de mudança, confirmando o verdadeiro espírito da Aliança Democrática.

Espírito da Aliança que se afirmou sempre pela subordinação dos interesses pessoais, dos interesses partidários, ao interesse nacional.

Foi esta uma das forças motivadoras da adesão e do apoio da maioria do povo português ao projecto de mudança da AD.

O Governo tem que ter uma prática política de mudança e não de continuidade; tem que ser reformista e não conservador; tem que ser por uma economia de mercado e não pelo «status quo» das formações económicas; tem que ser, não pelo «regresso ao 24 de Abril», mas sim pela evolução do regime, sem tibieza nem complexos de ter ganhado democraticamente as eleições.

Terá que haver mudança política e evolução do regime, sem pôr em causa o sistema institucional.

A evolução do regime democrático não é compatível com a conciliação com a oposição; isso significaria a manutenção, no essencial, da prática política dos governos socialistas, seria a vitória da continuidade.

A forma tímida e por vezes algo complexada com que se afluam alguns problemas naturais e normais de uma Aliança entre formações políticas com o mesmo ideal, com personalidades e sensibilidades diferentes, levam-me a recordar outros períodos historicamente recentes, de esperança e, mais tarde, de frustração, que vivemos.

Recordo hoje a nomeação do dr. Marcelo Caetano, a ilusão dos sectores moderados, liberais e democráticos da oposição, a esperança da transição pacífica do regime; mais tarde, pela incapacidade pela fidelidade e pela conciliação, tivemos não a transição pacífica do regime, mas a Revolução.

Marcelo Caetano teve medo de abrir o regime político, de se apoiar na oposição liberal, social democrática e moderada, preferindo rodear-se dos «fiéis» e marginalizar aqueles que tinham a coragem de justamente o criticar. A esperança foi frustração.

Também Mário Soares e o PS foram esperança e



tiveram o apoio democrático dos portugueses que lhes permitia escolher aliados, fazer opções claras, ter uma prática política que promovia as correctas e justas reformas económicas e sociais. Fazer a mudança e a evolução do regime.

Mário Soares não o fez, preferiu conciliar o inconciliável, flutuando entre o colectivismo e a economia de mercado. Incapaz de descentralizar o poder, foi centralizador; preferiu o apoio dos fiéis «históricos» e a ambição de certos tecnocratas à crítica honesta e frontal dos erros, da ambiguidade e do irrealismo da sua prática política, que com coragem lhe era feita por homens como A. Barreto, Cunha Rego, Sousa Tavares e outros. Mário Soares e o PS foram esperança hoje são desilusão.

Não deixa de ser curioso como dois homens com projectos políticos distintos, que se opunham, acabaram por cometer erros semelhantes; preferindo a

conciliação à evolução do sistema ou do regime; optando pela fidelidade e pelo corte à competência e à independência; mudando o aparente para que no essencial tudo se mantivesse.

Têm os dirigentes e nós, homens da AD, a obrigação de, com ponderação mas com frontalidade, impedir que a história do futuro assinala um facto em tudo semelhante aos do passado recente.

A Aliança Democrática, que é hoje esperança, não pode sacrificar a competência, em nome da fidelidade; não pode privilegiar a «corte», silenciando os que não vivem no palácio; não pode, em nome da «unidade», limitar o poder crítico. Não se pode ser incoerente, em nome da coerência; não se pode ser conciliador com medo da ruptura institucional.

Há que ser pela mudança política, fazendo evoluir o regime, antes que o regime se esgote e nos devore a nós.

É fundamental alargar e reforçar a Aliança Democrática, prestigiando e fortalecendo os partidos que a integram, aproximando outros sectores sociais e políticos, compatibilizando centristas e sociais-democratas, monárquicos e reformadores, conservadores e liberais, «duros» e «imoderadamente moderados». O que só é possível se existir sempre um forte poder crítico, que a todos liberte e a ninguém asfixie.



«A mudança não pode fazer-se com base na conciliação»

Defendendo a institucionalização da Aliança Democrática até 1984 e salientando que falta à AD concretizar um projecto de revisão constitucional e de apoiar um mesmo candidato à Presidência da República, o eng. Adelino Amaro da Costa, primeiro vice-presidente do CDS, em importante entrevista concedida ontem, ao fim da manhã, ao «Tempo» sublinhou que a fusão dos partidos e grupos que constituem a Aliança «está totalmente excluída da nossa actual capacidade de previsão».

Relativamente à política a seguir pela AD em relação ao Partido Socialista, Amaro da Costa lembrou que o eleitorado confiou na promessa feita pela Aliança durante a campanha eleitoral de que ia mudar o País. E acrescentou: «A mudança não pode fazer-se com base na conciliação», pois há que «praticar uma política firme de mudança, onde a moderação caracterize mais o estilo do que a substância da acção». Assim, a «AD não pode dar a ideia de que afinal de contas deseja a conciliação com o PS ou que este precisa essencialmente para levar por diante o seu programa». Quanto ao PCP, a «AD não tem medo de ninguém e muito menos da arrogância do PCP. Às vezes essa arrogância não ultrapassa sequer a de um tigre de papel. Adiantou: «É o PCP que está em guerra com o governo da AD. Esta não deixará de lhe responder adequadamente».

«TEMPO» — Agora que a AD alcançou o Poder, considera que estão satisfeitos todos os propósitos

para que a mesma foi criada?

ADELINO AMARO DA COSTA — Longe disso. Podemos dizer que, com as eleições de 2 e de 16 de Dezembro se deram os primeiros passos do projecto de mudança que a AD propôs aos portugueses e em nome do qual se constituiu. Lembro que o acordo constitutivo da AD afirma que os partidos que o subscreveram se comprometem a defender um projecto comum de revisão constitucional e a apoiar um mesmo candidato à Presidência da República. A AD alcançou os primeiros resultados positivos. Mas só depois de concretizados os dois outros objectivos que acabo de referir se poderá dizer que estão satisfeitos todos os propósitos formais que levaram à sua constituição. Pelo meio fica algo que só a prática poderá demonstrar: a capacidade efectiva de governo da AD e a organização da nova maioria em termos de maioria e não apenas como somatório de vários partidos e grupos.

«T» — O que quer dizer com organizar a nova maioria em termos

de maioria?

AAC — Quem votou na AD escolheu mais do que o PSD, mais do que o CDS, mais do que qualquer outro grupo ou individualidade integrante da Aliança. Por isso esta é porção em primeiro lugar dos próprios eleitores. Organizar a maioria que a AD detém significa dar carácter orgânico e estrutura àquilo que nasceu como expressão eleitoral de um movimento de fundo que se vinha detectando na sociedade civil portuguesa. Organizar a maioria é, assim, dar corpo cívico e político a um fenómeno sociológico e cultural que se exprimiu eleitoralmente no voto maciço na AD.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AD ATE 1984

«T» — Isto significa então que o CDS defende a continuidade da AD? E até quando? E onde fica a personalidade própria dos partidos que a constituem?

AAC — Somos favoráveis à institucionalização da AD como coligação governamental e parlamentar até 1984. Uma coligação é algo diferente de uma fusão entre partidos. Na coligação as formações políticas intervenientes conservam totalmente a sua individualidade. Só é de esperar que as naturais tensões que sempre não-de existir de forma criativa no interior dessa coligação se acabem

por traduzir em factores de enriquecimento e alargamento da maioria conquistada e não em elementos de cisão ou fractura dessa mesma maioria.

«T» — Essas tensões não se manifestaram já nesta fase de negociações da formação do Governo?

AAC — Não tenho conhecimento de nenhuma tensão especial, nomeadamente entre o PSD e o CDS, a propósito da formação do Governo. Os principais centros de Poder no interior da AD estão simbolizados em Sá Carneiro e Freitas do Amaral. As relações entre ambos — sou disso testemunha — tem-se processado com grande facilidade. É mesmo incorrecto dizer-se que entre os dois há um que comanda ou distribui poder ao outro, de tal forma tem sido evidente o bom entendimento existente entre ambos.

Admito, todavia, que no plano parlamentar possam vir a verificar-se, até por razões relacionadas com o maior número de intervenientes, um volume mais apreciável de tensões entre os elementos integrantes da AD.

COESÃO PARLAMENTAR DA AD

«T» — Vê nesse facto um risco à coesão parlamentar da AD?

AAC — A classe política da AD está condenada à unidade, se me é con-

sentida esta expressão. Assim a maioria parlamentar da AD não poderá deixar de, uma e outra vez, basear o seu comportamento no princípio da conciliação interna. A busca de largos consensos com base numa conciliação inteligente de pontos de vista é condição indispensável para assegurar a coesão interna da maioria parlamentar. Não será tarefa fácil, até porque em relação a terceiros essa mesma maioria não deverá praticar o princípio da conciliação, pois foi eleita em nome da mudança.

A AD TRATARÁ O PS COMO OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

«T» — Recusa portanto que a AD busque a conciliação com o PS?

AAC — A maioria foi eleita em nome da mudança. A mudança não pode fazer-se com base na conciliação. Diria que a classe política parlamentar da AD deve fugir da tentação «consensualista». Mas em campanha eleitoral a AD apresentou-se também como um projecto moderado e limitado, nos planos institucional e jurídico, respectivamente, por um Presidente da República que não deseja reeleger, por um Conselho da Revolução que irá ser dissolvido a seu tempo e por uma Constituição política cujo conteúdo em grande parte desaprova.

Por isso a AD não pode alimentar quaisquer veleidades de ruptura política. Cabe-lhe, portanto, na recusa simultânea da ruptura e da conciliação, praticar uma política firme de mudança, onde a moderação caracterize mais o estilo do que a substância da acção.

Se o Povo Português deu à AD a maioria parlamentar que ela lhe solicitou não foi decerto para que, apurados os resultados, a AD viesse dar a ideia de que afinal de contas deseja a conciliação com o PS ou que dele precisa essencialmente para levar por diante o seu Programa.

«T» — Isto significa que haverá uma guerra permanente entre a AD e o PS?

AAC — A questão deve ser posta ao PS. Foi ele que perdeu as eleições. A AD tratará o PS como oposição democrática e, estou certo disso, saberá demonstrar maior elevação no tratamento da oposição que o PS manifestou quando foi governo.

O governo da AD estará em guerra pela defesa do interesse nacional e pela melhor sorte dos mais desfavorecidos. À partida, portanto, o governo português não tem que declarar a guerra a ninguém em especial. E quanto ao PS apenas buscará activamente o consenso em questões de regime.

Editorial

O mais pequeno Governo, quanto ao número de ministros, organizado depois de 1974, toma posse ao fim da manhã de hoje, no Palácio da Ajuda, prosseguindo-se desta forma a primeira legislatura constitucional. O dr. Francisco Sá Carneiro, depois de duas reuniões muito cordiais — segundo informações colhidas em boa fonte — com o Presidente da República, deu como constituído o seu gabinete de 15 ministros que vai manter-se no poder até 15 de Outubro próximo. Dentro de dias serão também empossados 38 Secretários de Estado, o que dará a Portugal um Governo cuja nomenclatura, infelizmente, não difere muito das anteriores.

Não foi possível ainda efectivamente, criar um Governo que não precise de ter mais do que 15 ou 16 ministros mas que encontre uma articulação mais consentânea com as necessidades do País. Não se compreende que nos faltem ainda pequenos mas activos ministérios como o do Turismo, da Emigração, ou da Integração Europeia, da mesma forma que não se compreende que permaneça a ideia de se manter uma Secretaria de Estado para a Informação.

Se o turismo é a indústria prioritária nacional em termos de obtenção muito rápida de empregos e de captação de divisas; se vários milhões de compatriotas nossos vivem em países estrangeiros, alimentando a volumes invulgares as nossas reservas de divisas; se toda a política portuguesa vai decorrer nos próximos dez anos dependente da nossa desão ao Mercado Comum, não se compreende que estas actividades nacionais não tenham os seus ministérios próprios. Alega a Aliança Democrática que para um Governo de dez meses, não se justificavam tão grandes transformações com o que pode concordar-se. Mas é fora de dúvida que uma nomenclatura correcta deveria ter sido outra e que melhor se adaptasse às características nacionais. O Governo deveria ter uns 16 ministros ocupados de outra forma. Para além do Primeiro-Ministro poderia existir um Vice-Primeiro-Ministro, este encarregado das relações com o Parlamento. Seguir-se-iam os ministros dos Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Comércio, Turismo, Emigração, Integração Europeia, Obras Públicas, Transportes, Educação, Trabalho, Agricultura e Pescas, Administração Interna, Finanças e Plano, Indústria e Segurança Social.

Compreende-se que não tenha sido possível seguir este critério ou outro mais parecido. A natureza da Aliança obrigou à criação de duas grandes áreas, uma destinada ao dr. Sá Carneiro e, outra ao prof. Freitas do Amaral. Para solução de dez meses não se vê motivo para grandes reparos, tanto mais que o gabinete se apresenta com algumas vantagens notórias. Tem um número mínimo de ministros; não inclui qualquer militar; pela primeira vez a pasta da Defesa foi entregue a um civil; reúne-se numa mesma dependência (do prof. Freitas do Amaral) tudo quanto for política externa; no sector dos Secretários de Estado há também algumas modificações importantes. Pela primeira vez será nomeado um Secretário de Estado para a Integração Europeia (dr. Rui de Almeida Mendes) a Secretaria da Reforma Administrativa ascende até junto de um Vice-Primeiro-Ministro e cria-se a Secretaria de Estado da Família, destinada a cooperar no planeamento social e que pode ter grande influência na organização do cabaz de compras, no planeamento do abono de família e no sector da classificação de espectáculos (para não suceder o que acontece com o filme «A Mestra» classificado para 13 anos quando o deveria ser para adultos).

Uma análise das personalidades que hoje tomam posse mostradas em grupo de homens com currículo, técnicos concentrados alguns a par de outros menos conhecidos no sector político como o dr. Vasco Pulido Valente que se tornou notado, até agora, apenas pelos artigos muito bem escritos publicados no semanário «Expresso». De qualquer modo, o conjunto parece-nos homogêneo e nele se depositam as mais legítimas esperanças.

Sabe-se que, no seio da Aliança, continua a imperar o equilíbrio. A Comissão Coordenadora de 12 membros, reunida ontem de manhã na sede do PSD, chegou a consenso quanto a alguns problemas importantes como o da presidência da Assembleia da República que deverá ser afinal, entregue a um deputado do PSD, tudo indicando poder tratar-se do dr. Leonardo Ribeiro de Almeida. Os Reformadores, como se sabe, não fazem ainda parte da Aliança, beneficiando apenas de um estatuto de acordo com o PSD. Mesmo assim, tudo indica que lhes será dada a categoria de grupo parlamentar com direito a assento no âmbito da Aliança na qual haverá a ser assim, quatro «leaders»: Carlos Macedo pelo PSD, Rui Pena pelo CDS, Ferreira do Amaral pelo PPM e o dr. Medeiros Ferreira pelos Reformadores (se tudo correr como está previsto). É de admitir que seja nomeado um porta-voz da Aliança e, nesse caso, o nome do dr. Lucas Pires poderia ser su-

gerido. Como se sabe, a Comissão Coordenadora foi criada quando se constituiu a Aliança dela fazendo parte quatro personalidades de cada um dos partidos: Sá Carneiro, Carlos Macedo, António Capucho e Vasco Pulido Valente, pelo PSD; Freitas do Amaral, Amaro da Costa, Basílio Horta e Lucas Pires, pelo CDS; Ribeiro Telles, Ferreira do Amaral, Luis Coimbra e Borges de Carvalho, pelo PPM. E a estes homens que tem competido o trabalho de defesa da Aliança e a quem vai caber, também, a missão de a institucionalizar. Para já, será requerido no Supremo Tribunal de Justiça o registo da Aliança Democrática como Coligação Parlamentar e Coligação Governamental, planeando-se depois, as estruturas organizativas da sua institucionalização, que envolve a sua presença nas autarquias e nos Conselhos de Informação, assim como a criação da Comissão Coordenadora Parlamentar. Sabe-se, já, que os quatro «leaders» (se chegarem a bom termo as negociações com os reformadores) se sentarão ao centro do hemiciclo, na primeira fila e ao lado uns dos outros.

A análise destas informações não conduz à ideia de que a Aliança Democrática é um corpo coeso e liberado da inquietações futuras. Seria preciso não conhecer os homens nem a política para pensar que não haja problemas no seio da coligação do centro que venceu as últimas eleições em Portugal. É agradável saber que o Presidente da República recebeu cordialmente o dr. Sá Carneiro. A crise interna do PS poderá deixar a Aliança respirar um pouco mais. O PCP, sem o seu parceiro do lado coeso, sem interlocutor portanto à esquerda, sentir-se-á só e isolado, faltando-lhe uma iniciativa com poder. Por outro lado, a Aliança encontra um País a recuperar financeiramente graças aos resultados obtidos através das medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Não há risco de rupturas cambiais, mas o «déficit» orçamental está exagerado e consome as energias da Nação. Há pois, que actuar rapidamente nas empresas públicas, libertando-as do parasitismo e das incompetências que as asfixiam. A Aliança precisa de ganhar as eleições de Outubro próximo e recusar-se-á, definitivamente, a agravar quaisquer preços do consumo: nem transportes, nem alimentação serão aumentados e a inflação será contida em 18% quando foi de 25% em 1979. Quanto ao preço do petróleo é possível que tal não venha a ter influência no País, tanto mais que a perturbação causada pela invasão soviética no Afeganistão vai desencorajar durante algum tempo os países pro-

dutores de petróleo preocupados mais com a sua sobrevivência política do que com o aumento dos preços. A Aliança pouca, assim, enfrentar uma conjuntura favorável, da qual beneficiariam os portugueses.

Mas tal não se nos afigura suficiente para que o Governo da Aliança Democrática, ao tomar posse ao fim da manhã de hoje, se imagine inteiramente triunfador. A Oposição no Parlamento vai ser dura e difícil, para além de que a acção do Partido Comunista não lhe dará tréguas, tentando pôr todos os meios evitar a aplicação de medidas anti-inflacionárias que estão no programa da AD e no espírito dos que dela fazem parte.

Acontece ainda que, para além disto, a Aliança Democrática tem que contar consigo própria e tem que se manter imune aos seus próprios erros. Os ministros que hoje tomam posse e os Secretários de Estado que completarão o elenco governamental dentro de dias, não serão desculpados por ninguém: nem pela Oposição, nem pelos eleitores nem, também, pela imprensa independente, da qual orgulhosamente fazemos parte.

N.R.

Fundação Cuidar o Futuro



Interditos

JOÃO ROSA

Antecipado pelo reconhecimento da sr.^a Pintassilga (ela também queria ser chamada de Primeira-Ministra...) de que o seu projecto político fora derrotado — ela tinha mesmo, então, um projecto político oposto àquele a que os resultados das eleições dá lugar —, ei-lo já formado, o 12.^o Governo pós-«25 de Abril», que terá como chefe o líder do PSD e da «Aliança Democrática», dr. Francisco Sá Carneiro.

Cansados, revoltados ou indiferentes, pela sensação e até certeza de que os anteriores 11 Governos pouco mais fizeram, salvo excepções pontuais, do que salvaguardar interesses mais ou menos eleitoralistas e pessoais da classe política nacional e internacional, o que podem os portugueses esperar, ainda, deste novo Governo do mesmo regime?

Com efeito, sobrevivendo este regime — de falacioso compromisso entre Revolução e Democracia —, o que podem os portugueses esperar, de facto, deste Governo, que é formado por dois partidos que em 1975 assinaram o dito Pacto com o MFA? E que podem mesmo os portugueses esperar de um Governo baseado num acordo entre forças políticas que vão desde as raízes do MRRN às do PS, integrando gente que, ainda não há muito tempo, tanto se digladiou e caluniou, política e pessoalmente, como, por exemplo, o jovem sr. dr. Ribeiro e Castro contra o sr. dr. Sá Carneiro, que será, agora, o chefe (decerto incontestado...) do Executivo de que ele faz parte? E, a propósito, o que podem os portugueses esperar, aliás, de mais um Governo onde abundam tantos cargos daqueles que «está-se mesmo a ver» que foram arranjados só para nele dar lugar a figurantes que não podem deixar de ter um desses «tachos»? (Na cúpula política deste Governo, em postos de fachada, sem pasta, teremos, na verdade, nada mais nada menos do que 7-senhores-7, a saber: 1 Primeiro-Ministro + 1 ministro adjunto + 1 Vice-Primeiro-Ministro + 3 secretários de Estado adjuntos do Primeiro-Ministro + 1 secretário de Estado adjunto do Vice-Primeiro-Ministro = 7, só!).

O que podem os portugueses esperar, enfim, de um Governo que terá pouco mais de meio ano para, por um lado, tentar recompor a des governação dos seus 11 antecessores e, por outro lado, fazê-lo de modo aos seus partidos perderem o menor número de votos possível em Outubro?

Os portugueses não podem, naturalmente, esperar deste Governo mais do que aquilo que o regime propõe e a aparência de mudança ou mudança que seja, mas só de conjuntura, o que quer dizer, de imediato. Porque a estrutura, o definitivo, o fundamental, isso ainda não é a este Governo que será possível — está-lhe vedado, desde logo, pela Constituição, pelo CR/MFA, pelo PR/EMGFA, pela Revolução. Mas devem os portugueses exigir a este Governo, para já, que saiba ser o precursor de um irreversível processo de instauração, a partir de 1980, de uma Democracia radical, pela qual o Estado de Direito seja levado às suas últimas consequências. Aguardemos.

4 Cm. 4.1.80

Ora bem, isso, não.

Não foi para isso que os portugueses votaram. Não foi para que, suave e discretamente, tudo fique globalmente na mesma.

O voto foi no sentido da mudança; mais concretamente, no desejo de ver pôr termo a maleitas que têm vindo a corroer a carne deste país, e na esperança de ver instaurado um novo estilo e um novo clima.

Maleitas? O desaparecimento do sentido do bem público, engolido pela partidarização aberrante e o compadrio descarado; a falta de elegância de figuras ostentando cargos públicos, aos quais se agarram a todo o custo, até mesmo quando a eles já não têm jus; a burocracia asfixiante e tentacular, multiplicando-se indefinidamente, abrangendo os sectores vitais da vida económica e da vida social, desanimando quando não impedindo as iniciativas e empreendi-

mentos privados, indígenas ou estrangeiros, travando tudo, arrogante na sua incompetência e impante na sua irresponsabilidade; a gangrena das redes de facciosos cuja lealdade está a leste; a falta de consciência de que há que prestar contas pelos dinheiros públicos quando deles se vive, e dos actos e omissões no desempenho de um cargo que se exerce em nome da comunidade; a intolerável irresponsabilidade de brincar com este país, o seu destino e o viver das suas gentes, como se fôsse uma curiosa experiência a discutir depois, com os amigos, em Paris, num fumista cenáculo do «quinzième».

Novo estilo e novo clima? Seriedade. Austeridade. Dedicção ao bem comum. Na visão, largueza. Na acção, rigor. E um imenso respeito por esta Nação que tem mais nobreza no seu seio que a que podem conceber ou captar ou sentir estas sucessivas vagas de carreiristas que

têm visto no descalabro das regras civílicas e no laxismo em que caíram os hábitos públicos o campo ideal de manobras para fazerem umas amizades e encherem uns bolsos.

O país votou no sentido de uma limpeza dos costumes políticos. Votou no desejo de ver caras novas, alheias aos grupinhos de bons rapazes que têm a cor do camaleão, caras surgindo por mérito intrínseco e não pelos refogados dos almoços lisboetas. Dê-se bem atenção à lição das municipais, que mais que reforma as opções das parlamentares; o melhorado votou sangue novo e gente de carácter, mais que «aparatchik» partidário ou «tecnocrata» para todo o serviço. Tenha-se isto em mente ao considerar quem ocupa os quinhentos cargos principais do aparelho do poder. E onde houver substituições, atente-se no que sucede aos que partem: o quê, após a triste figura, quando não os males feitos, espera-os uma sinecura cómoda, à

custa do nosso dinheiro, numa unesco qualquer aconchegada e fofa? Mas por que se não reincorporam na sua profissão, doutores ou engenheiros ou lá o que forem, e vão trabalhar como qualquer português que se presa, cá dentro ou emigrado, e sabe ganhar o seu pão com o suor da sua competência profissional?

Os portugueses, que votaram, estão atentos.

Sabem que lhes vão ser pedidos sacrifícios. E lá os farão, se o vento de entusiasmo para a reconstrução do país, que deu as afirmações confiantes de 2 e 16 de Dezembro, soprar de alto a baixo como de baixo a alto soprou; todos ao Serviço do Povo, não uns tantos a servir-se dele.

Atenção, Senhores que ides ser Governo.

O país sabe o que quis quando votou.

Se os Senhores o esquecerem, o país se encarregará de vo-lo lembrar.



Rejeição de porta-voz

3.1.80 Cm

levanta polémica na AD

A Aliança Democrática não vai dispor dum porta-voz no Parlamento. Esta opção, conhecida na tarde de ontem entre os meios da maioria parlamentar, poderá vir a levantar polémica no seio da coligação governamental.

Segundo apurou «Correio da Manhã», as figuras políticas que se bateram pela nomeação dum porta-voz da maioria parlamentar pretendiam uma clarificação sobre a questão, a prazo muito breve. Nestes meios, onde se contam conhecidos dirigentes do CDS e do PSD — que não constituem a maioria — fala-se mesmo na existência de «equivocos» e situações «pouco claras».

A decisão, ainda não formalizada pelas instâncias competentes da AD, não impede que os deputados eleitos nas listas da coligação disponham de uma comissão coordenadora. Esta deverá ser integrada, em princípio por dois elementos do PSD, dois do CDS, um deputado do PPM e um do Manifesto Reformador.

Contactado por «Correio da Manhã» sobre a decisão a tomar pela AD relativamente à existência e escolha de um porta-voz parlamentar, o dirigente centrista Lucas Pires afirmou que «embora comece a ser tarde, parece-me ainda cedo especular sobre o assunto».

LUCAS PIRES PÔE CONDIÇÕES

Lucas Pires tem sido considerado o candidato que reunia as maiores probabilidades de vir a ser escolhido caso a AD optasse pela institucionalização dum porta-voz da maioria parlamentar. «Não aceitarei qualquer função desde que esteja convencido que não sou um factor de unidade da Aliança Democrática», afirmou a propósito ao «Correio da Manhã».

O vice-presidente do CDS, que tem contra a criação do posto de porta-voz algumas figuras conhecidas no seu próprio

partido, acrescentou que só aceitaria as funções que porventura lhe viessem a ser atribuídas desde que «haja o acordo tanto da maioria dos deputados como dos líderes da AD».

Reportando-se à definição da sua atitude, o vice-presidente centrista salientou que «desde o início» pusera «de lado, junto do presidente do partido, a hipótese de aceitar qualquer lugar ministerial, embora mantendo disponibilidade para qualquer outra função no âmbito parlamentar ou não». Por outro lado, Lucas Pires fez questão de afirmar que não considera «essencialmente relevantes as posições pessoais porque não tenho uma concepção romanesca ou dramática da política».

A finalizar, o dirigente democrata cristão sublinhou que «em qualquer caso e quaisquer que sejam as soluções, nunca estará em causa nem será por mim posta em causa a unidade da Aliança Democrática».

REFORMADORES NÃO TEM COMPROMISSOS

Entretanto, foi ontem afirmado pelo dirigente social democrata Carlos Macedo que o próximo presidente da Assembleia da República será um membro do seu partido. Esta declaração coincide com o conhecimento, obtido pelo «Correio da Manhã», de que a candidatura de Medeiros Ferreira a aquele cargo fora já retirada pelo próprio.

Contudo, a decisão formal só será tomada na manhã de sexta-feira, após uma reunião conjunta. Revelando mais uma zona de fricção na área da AD, esta posição dos sociais democratas e centristas é confrontada com a exigência ontem feita pelos reformadores para que o perfil do futuro presidente do Parlamento seja moldado por «provas dadas

na luta contra o regime derrubado no 25 de Abril».

Além disso, os cinco deputados reformadores, anunciaram ontem que a eleição do presidente da AR «não está contemplada no acordo de cooperação política assinado com o PSD», pelo que «não existem compromissos, de parte a parte, nesta matéria».

Opinião diferente emitiu na tarde de ontem o deputado e dirigente social democrata Carlos Macedo. Referindo que não estava «em causa o apoio dos reformadores» na votação do presidente da AR, aquele político afirmou que essa matéria faz parte de «uma das alíneas do ponto 6 do Acordo que firmaram com o PSD».

O voto dos reformadores é indispensável uma vez que o presidente da Assembleia da República só pode ser eleito pela maioria dos deputados.

Fundação Cuidar o Futuro

31 JANEIRO 1990 (1) DIA

MIRN-PDP profetiza insucesso da Aliança

O MIRN-PDP, Movimento Independente para a Reconstrução de Portugal-Partido da Direita Portuguesa, distribuiu um comunicado donde ressalta, mais uma vez, o seu convencimento de que, perante «as dificuldades extrínsecas e intrínsecas» que se depararão à Aliança Democrática no exercício do Poder, se encontraria na calha de «garantir nova derrota da esquerda marxista».

Num louvável serviço prestado à AD, o comunicado do MIRN-PDP objectiva duas «dificuldades intrínsecas»: — a natureza da Aliança Democrática essencialmente esquerdista, que não agradará ao País, e a sua reduzida coesão que poderá dar lugar a situações graves, profetiza o documento — e outras duas «dificuldades extrínsecas»: — a pouca simpatia que

naturalmente merece ao Presidente da República e a oposição também natural e muito virulenta do sector progressista do Conselho da Revolução e o reaccionarismo marxista, socialista e comunista, que poderá tomar formas fanáticas e violentas.

A conclusão do raciocínio do MIRN-PDP, partindo daquelas premissas, assegura que caso a AD ultrapasse as dificuldades são-lo-á «fatalmente com acentuado desgaste», ou, então, «virá a

sucumbir perante as mesmas dificuldades». Como consequência, diz o comunicado, está o partido «a promover activamente a sua consolidação e o seu desenvolvimento», integrando-se nessas acções «o aprontamento já terminado do projecto dos seus estatutos e das suas bases programáticas» e a «efectivação oportuna do I Congresso do partido», que aprovará «quaisquer documentos e elegera os seus corpos dirigentes «a nível nacional e a nível regional».





Tempo
20. Dezembro. 1979

**MELO
ANTUNES**

Após a reconfirmação das eleições autárquicas de domingo, sobre a tendência do voto popular para um projecto de sociedade distanciado do «documento dos nove» e de todos os esforços feitos desde há cinco anos e meio para certas elites militares governarem Portugal segundo um original modelo socialista da sua autoria, como se sentirá, hoje, o conhecido militar que sacrificou tudo a todos, que foi autor, dinamizador, motor e operador de todo o processo revolucionário iniciado em 1974?

Satisfeito, com a vontade popular expressa à boca das urnas por duas vezes no curto espaço de 15 dias, não estará com certeza a não ser que seja suficientemente flexível para compreender, finalmente, o que os portugueses não querem.

Democrata, como é, saberá, porém, acatar essa vontade popular.

O que não quer dizer que desista do seu projecto. Projecto que não está nem devidamente esclarecido nem divulgado, por culpa própria. As propostas para votar por Abril ou contra Abril não passam de soluções simplistas, com grandes riscos. Traduzem o recurso daqueles a quem faltam outros argumentos discutíveis de debate e de diálogo ao nível de carências das populações.

Os portugueses interrogam-se, todavia, sobre o rumo que o conhecido tenente-coronel (eminência parda do regime político-militar instituído em Portugal após o 25 de Novembro na antecipação errada, afinal, de que os cravos não murchavam) tomará após as duas vitórias eleitorais dos partidos que saberão travar o fatalístico predomínio dos militares na vida pública portuguesa. Especialmente, perante a certeza de que muito vai mudar.

Para quem sacrificou a carreira militar, nos quartéis, junto dos seus soldados, por uma vida eminentemente política, tornando-se ideólogo político de um órgão de soberania e paladino das classes desfavorecidas, não será difícil, seguramente, fazer a opção. O que está em causa é se o tenente-coronel Melo Antunes terá a coragem de abdicar dos seus privilégios militares para se dedicar inteiramente à política, conforme a sua vocação, sujeitando-se, como os que foram eleitos em 2 e 16 de Dezembro, à selecção do eleitorado. Essa, a grande lição que esperamos do seu carácter de homem político.

HUMBERTO FERREIRA

NETO PORTUGAL foi ao tribunal militar de- por em defesa do major Silva Pais, que está a ser julgado como último director-geral da PIDE/DGS e implicado no crime que vitimou o general Delgado. Contemporâneo do réu na Inspeção-Geral dos Abastecimentos (Serviços de Fiscalização), com quem tra-

balhou durante de- zassete anos, deu um exemplo de carácter e dignidade, afirmando que «fui, sou e sempre serei amigo» do arguido e que colocava a amizade acima de tudo. Classificando o assassinato de Delgado como uma «ba- gunçada» e o seu amigo réu como uma pessoa que «não era capaz de ordenar ou

participar na morte de alguém», disse ao tri- bunal que estava ali a contragosto de algu- mas pessoas e sem a aprovação da família, referindo, mesmo, que teria havido «for- tes pressões» desta para não testemu- nhar. No entanto, não pudera deixar de comparecer, pois «nunca deixei cair um amigo».

MUTISMO DO S.T. MILITAR ACERCA DO PROCESSO DE MONTEMOR

20. Dezembro. 1979

«Tempo» observou com satisfação a confirmação de que o processo relativo aos incidentes de Montemor se encontra há cerca de três semanas no Supremo Tribunal Militar.

Em contacto com este Tribunal especial, «Tempo» esbarrou com o tradicional segredo de justiça, que impede a opinião pública de tomar conhecimento de pormenores de tão intricado processo.

Recorde-se que foi afirmado pelo nosso jornal, em primeira mão, sem que tivesse sido posteriormente desmentido, de que a bala que vitimou um dos trabalhadores rurais, assim como a bala que feriu outro especta- dor da desocupação da reserva, não foi disparada por qualquer arma da GNR.

A justiça, em face deste enigmático mutismo, tem vindo a dar credibili- dade à afirmação aqui feita algumas semanas após o incidente. É de facto incompreensível que as entidades competentes não dêem andamento ao processo, o que é extremamente nocivo, dada a elevada carga política que este encerra.

Por outro lado, vem sendo aventada a hipótese de o S.T. Militar não se achar competente para o julgamento do processo, o que a confirmar-se, viria a protelar a passagem deste a julgamento.

Vasco Lourenço oferece indemnização paga pelo «Tempo»

A indemnização de 10 mil es- cudos paga por Manuel Portugal (cronista do semanário «O Tem- po») ao major Vasco Lourenço,

foi canalizada para a Associação de Protecção à Infância da Aju- da.

Manuel Portugal fora conde-

nado ao pagamento da referida quantia por ofensas à honra e dignidade do conselheiro da Re- volução.



FORÇAS ARMADAS

O conceito de Defesa Nacional

A hipótese de nomeação de um civil para o cargo de Ministro da Defesa do VI Governo Constitucional — veiculada pelos órgãos de Comunicação Social na perspectiva mais provável de um Governo da responsabilidade da Aliança Democrática, vencedora das eleições intercalares para a Assembleia da República — tem causado em muitos portugueses (e também em certos meios militares) uma certa expectativa e mesmo preocupação, até por representar uma situação rara em Portugal e totalmente inédita no pós-25 de Abril.

Tal facto leva-nos, por isso, a uma abordagem (se bem que muito breve) do conceito de defesa nacional tal como é actualmente entendido no Mundo em geral e do qual ressaltam, naturalmente, as adequadas ilações.

O ÚLTIMO ARGUMENTO

Há já alguns séculos, a máxima latina «ultima ratio regis» era gravada nos canhões dos exércitos de Carlos I, Rei de Espanha e Imperador da Alemanha, pelo que pode concluir-se que, já então, eram as FFAA consideradas como o último argumento para a resolução dos conflitos entre Estados.

De facto, quando — de acordo com a definição clássica — é necessário e inevitável continuar a política através de meios não pacíficos, é às FFAA que está cometida a responsabilidade de assegurar a permanência e a continuidade do Estado porque, ultrapassadas as guerras de cariz expansionista cujas consequências eram fundamentalmente territoriais, nos actuais conflitos (em que assu-

mem particular relevância os factores ideológicos) o que está efectivamente em jogo é a sobrevivência real dos Estados que neles se empenham.

Assim, se depois de concebida e planeada a guerra, não pode duvidar-se de que o empenhamento e responsabilidade das FFAA é fundamental, dificilmente se pode compreender que lhes seja atribuída a exclusividade de toda essa concepção e planeamento.

O ESFORÇO DE DEFESA

Efectivamente, o esforço de defesa afecta a totalidade de qualquer País, pois é este, na sua globalidade, que se encontra em jogo e não pode decidir-se (nem esperar-se) que as FFAA sejam eficazes no cumprimento da sua missão se lhe não forem proporcionados todos os meios (materiais, principalmente, mas não únicos) de que necessitam para cumpri-la. Mas esses meios não se improvisam e, se a sua obtenção não estiver devidamente prevista e organizada desde o tempo de paz, é impensável dispor deles no preciso momento em que o seu emprego se vier a tornar necessário.

A crescente tecnologia do armamento moderno obriga a que ao seu estudo, investigação, aperfeiçoamento, fabrico e manutenção haja que dedicar-se um apreciável e variado esforço, desde o tempo de paz. Acresce ainda que, para utilizar estes materiais, se torna necessário dispor de meios humanos moral e fisicamente capazes, e que a política internacional, com toda a complexidade dos seus pactos e alianças, quer com guerra (ainda que geograficamente limitada) quer sem ela, tem repercussões supranacionais e mesmo extranacionais com que é indispensável contar.

Por isso, a economia e as finanças, a indústria e as obras públicas, o comércio e a agricultura, as comunicações e os transportes, a educação e a cultura, a diplomacia e os negócios políticos, isto é, praticamente todos os ramos da administração do Estado têm a sua participação específica na política de defesa conjuntamente, como é natural, com os departamentos militares propriamente ditos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Natural, pois, que tenha sido há muito abandonada a designação de

«Ministério da Guerra» substituída pela de Ministério da Defesa, precisamente pela amplitude dos campos que abarca, e que poderia mesmo vir a ser um «superministério» se passasse a exercer, pelo menos em coordenação, todas as actividades que estão afectas à política de defesa.

De notar que, de certa maneira, apontará já neste sentido o facto de os antigos ministérios militares estarem a ser dirigidos, desde o 25 de Abril, pelos Chefes de Estado-Maior dos respectivos ramos.

UM MINISTRO CIVIL?

Seguindo, aliás, a tendência que actualmente se manifesta nos países mais desenvolvidos, parece que também em Portugal a DN adquire um verdadeiro sentido integrador do esforço civil e do esforço militar, orientados no sentido comum de garantir a segurança nacional, visando a estabilidade interna e a independência nacional contra todas as formas de ameaça (interna ou externa).

Um ministro militar? Porque não, se desde Firmino Miguel (do I Governo Provisório) até Loureiro dos

Santos (no V Governo Constitucional) a pasta da Defesa Nacional teve entregue a militares de alto gabarito, que terão conseguido o máximo possível face à agitada conjuntura político-militar em que tiveram de actuar e onde, não raras vezes terão mesmo assumido importantes missões de ligação e de negociação entre facções e interesses bem diversos de conciliar?

Mas porque não um ministro civil se o vector militar nem sequer é já mais importante nos tempos que vão correndo face à crescente relevância dos aspectos económico-financeiros e diplomáticos (pelo menos), dependendo das características capacidade, como gestor, da individualidade escolhida?

Tal situação, perfeitamente normal noutros países se bem que rara em Portugal (como já referimos), não sequer é inédita. E, se bem consultarmos os dados disponíveis que perspectiva temporal permita já considerar históricos, teremos de admitir que elas foram, quase sempre, frutuosas experiências, não só para o País (que terá de ser sempre o mais importante) mas também para as próprias FFAA!



FRANCO CHARAIS, eminente estadista e valeroso militar, à espera de ser promovido ao posto de general e, por certo, confiante em trasladar-se para o órgão que deverá substituir o actual e antidemocrático Conselho da Revolução, foi o único membro do órgão de fiscalização e vigilância da democracia a deslocar-se à Gulbenkian, para tomar conhecimento dos resultados das eleições, pois os demais dignitários do poder castrense, parecem não ter tido a coragem su-

ficiente para desta vez ali comparecerem. Concomitante, sereno, acabou por render-se à evidência, reconhecendo que se tem de respeitar a vontade do eleitorado, portanto o sentir do único soberano, que é o povo: realmente não se justificará o CR na próxima revisão constitucional e, para já, não haverá, obviamente, qualquer diferendo entre o mesmo órgão provisório e a nova maioria.

Costa Brás, o militar que foi colocado à frente do MAI para novamente orientar os processos eleitorais, pôdo assim ao serviço do País o cabedal de experiência adquirida em anteriores eleições, foi também um dos chamados militares - políticos que, fiéis à grande vocação democrática de que dotam instintivamente ao longo de

toda a sua vida, acelerarem convencidos o veredicto das urnas. Na véspera do acto eleitoral, usando a mesma técnica da comunicação do PR no passado dia 1, ao reafirmar a sua profissão de fé democrática queixou-se amargamente de «dificuldades desproporcionadas e algumas incompreensões». Por outro lado, depois de conhe-

cida a tendência do eleitorado, confessou que aguarda ansiosamente o momento de voltar para casa, portanto, a caserna, o que só não se concretizou ainda por a Primeiro - Ministro «não ter podido apresentar e exortação, porque desta feita o apuramento final dos resultados das eleições do dia 2 está demorado.

Centro de Documentação e de Publicações



FORÇAS ARMADAS

Sá Carneiro e os militares



normalmente, motivações corporativistas e de classe) duas ideias-base distintas mas, quanto a nós, convergentes nas suas finalidades.

A primeira, que assume variados cambiantes conforme o meio a que se dirige, parece consistir, fundamentalmente, na difusão de uma imagem de Sá Carneiro caracterizada por um anti-militarismo primário de que resultaria uma «aversão» aos militares quase «congénita», o que teria sido a principal razão das dificuldades havidas no passado a que nos referimos. Daí que (segundo a tese posta a circular) sejam reduzidas as esperanças de modificar tal atitude profundamente radicalizada e, por consequência, muito limitadas as hipóteses de os militares verem, se não resolvidos, pelo menos en-

carados com uma certa abertura e objectividade, os problemas concretos com que se debatem. Esta mesma ideia aparece também apresentada sob outra forma, que redundando no empolamento da importância do Conselho da Revolução como defensor dos legítimos anseios dos militares (como se fosse possível esquecer a forma como este órgão legislativo em matéria militar tem tratado desses problemas, como seja o caso, ainda recente, dos últimos aumentos de vencimentos) e das regalias que são consequência da especificidade da sua missão — ou seja, o C.R. apareceria como que um antidoto para o anti-militarismo de Sá Carneiro...

A outra ideia-base tem consistido fundamentalmente na tentativa de desmobilização dos militares relativamente à abordagem e discussão, mesmo informal, dos problemas que virão a resultar da futura extinção do C.R., prevista para o final do período de excepção que termina com a 1.ª Legislatura.

Ideias estas perfeitamente concertadas e que, muito habilmente, têm sido introduzidas mesmo nos

vel (e era até previsível) haver alterações sensíveis na correlação das forças políticas mais influentes no quadro institucional.

Esses «ataques» terão inicialmente assumido formas mais directas (como nos casos que já referimos) com influência, até, no seu afastamento da direcção do partido, passando, depois do seu regresso, a tornar-se mais subtils através de manobras de bastidores que visavam, fundamentalmente, reduzir o peso eleitoral do PPD, de que a cisão verificada no Congresso de Aveiro terá sido o ponto culminante.

A partir da transformação do PPD em PSD e perdidas as hipóteses de tomar o Movimento Social-Democrata (e a Ilha e a Círculo de Aveiro) a chameira de um projecto unificador, outros exemplos se poderão referir como tententes a desgastar o prestígio e a influência de Sá Carneiro — de que em convite a dois destacados dirigentes e deputados sociais-democratas concretizado num jantar no Palácio de Belém (sob os auspícios de um conhecido Conselho da Revolução) e a imediata exploração de uma nova ruptura havida no PSD por causa da discussão

do programa do governo Mota Pinto (com a consequente criação da ASD) e a hipótese de um novo projecto presidencialista susceptível de congregar uma maioria eleitoral) terão sido, talvez, dos mais evidentes.

O PRESENTE

Mas, dir-se-á, tudo aquilo que aqui foi dito é passado e, agora que a Aliança Democrática obteve duas indiscutíveis vitórias eleitorais, certamente que algo irá mudar. Também assim pensamos e aguardamos, esperançados, que as mudanças sejam para melhor.

Todavia, não temos também ilusões acerca das ideias e das premissas daqueles sectores militares que sempre hostilizaram o futuro primeiro-ministro e cujo antagonismo deixa prever dificuldades que estarão, qualitativa e quantitativamente, na razão directa da influência política e da capacidade de intervenção que continuarem a manter.

Por esse facto não estranhámos que estejam já a ser veiculadas para os quartéis, através dos mais diversos meios e processos (explorando,

dito...). Tudo isto apesar da muita simpatia que a A.D. disfruta no seio das FFAA e que, se traduzida em percentagem, seria talvez até superior à que resultou das últimas eleições.

Afigura-se-nos, por isso, que uma grande abertura aos problemas das FFAA (em grande parte dependentes da promulgação de uma lei de defesa nacional que, por isso se torna, a nosso ver, prioritária) uma capacidade de diálogo sempre presente, e

um perfeito reconhecimento da especificidade da função militar com os inerentes direitos e obrigações, serão de grande importância para a superação dessas dificuldades por parte do novo Governo.

Mas haverá, acima de tudo, que saber distinguir o fundamental do acessório; mostrar que, em Portugal, os militares deixaram já de ser uma classe «política» privilegiada pela força das armas; e que as FFAA te-

ocorrido logo em Junho de 1974, ainda durante a vigência do I Governo Provisório quando, na sua qualidade de Ministro sem Pasta foi, juntamente com Vasco Vieira de Almeida (Ministro das Finanças) expôr, a uma assembleia de militares reunida no cinema da Manutenção Militar, as preocupações do governo face à acelerada degradação da situação socio-económica, então ainda em condições de ser travada pela imediata adopção das medidas adequadas.

Pouco tempo depois, na chamada «crise Palma Carlos» que provocou a queda deste governo, foi também atribuída ao líder do recém-constituído PPD uma importante quota de responsabilidade que, aliás, o tal sector militar logo aproveitou para entrar em força para o II Governo Provisório (o primeiro presidido por Vasco Gonçalves) onde pontificavam diversos ministros militares, desde Melo Antunes a Costa Martins.

A partir daí, a figura política de Sá Carneiro tomou-se, muitas vezes, o alvo preferencial daqueles mesmos sectores militares, particularmente nas proximidades das consultas ao eleitorado em que se tornava possí-

maiores dificuldades, tantos e tão variados serão os problemas que se lhe apresentam noutros sectores, muitos deles de solução mais delicada.

Mas há que não esquecer o papel desempenhado pelos militares desde o 25 de Abril (a começar pela própria génese do movimento que derrubou o anterior regime) e toda a influência que ainda detêm, particularmente em certos sectores.

Daí que sejam de esperar, para o

próximo governo, sérias dificuldades, acerbas críticas (elas já começaram a surgir em face da provável nomeação de um Ministro da Defesa civil, tema que abordámos no último número) e todo um conjunto de acções tendentes a entravar a sua acção governativa, nas quais poderão mesmo vir a colaborar muitos dos que anteriormente se opunham aos mentores deste tipo de actuação (com a mesma «ingenuidade» de sempre, o que, aliás, não seria ené-

A próxima investidura do dr. Sá Carneiro como Primeiro-Ministro de um governo constitucional resultante de eleições, para além de todas as incidências de carácter político, social e económico que, naturalmente, terá e que estão já a ser objecto de apreciação pelos analistas especializados naquelas matérias, não pode deixar de provocar ao observador atento uma profunda reflexão no que respeita às relações futuras do Chefe do Governo com as FFAA.

Efectivamente, o manifesto antagonismo para com o líder social-democrata de que certos sectores militares deram constantes provas ao longo do processo político iniciado no 25 de Abril de 1974 — antagonismo esse que atingiu, em certas fases, as raias da intolerância e do sectarismo, não raras vezes, objectivamente centrado na sua figura política — parece ser razão suficiente de preocupação.

Creemos que a simples evocação de algumas significativas ocorrências passadas (entre muitas outras que, naturalmente, nos escapam) justificará o que atrás dissemos.

Julgamos que a primeira manifestação de pública hostilidade terá

teios militares considerados mais observadores (designadamente ao nível de Sargentos), onde a continuidade do C.R. para além de 1980 estaria já a aparecer como uma necessidade face a outras soluções ainda menos favoráveis.

FUTURO

Não será, certamente, nas suas relações com as FFAA que o VI Governo Constitucional irá encontrar as



Ano novo — vida nova

Se o início de cada novo ano é sempre o mesmo no Mundo.

pre motivo para uma análise do passado recente e para expressar os desejos de futuro imediato, o virar de uma década (como acontece agora) será, por maioria de razão, o momento apropriado para uma profunda reflexão sobre o que fomos e o que fizemos, no sentido de perspectivar as esperanças que acalentamos e pretendemos ver concretizadas.

Por isso — e embora correndo o risco de nos repetirmos através de ideias já aqui expressas — não nos eximimos à tentativa de fazer uma singela retrospectiva do que foram, para os militares, os anos 70 e do que se espera para as FFAA Portuguesas na década que ora se inicia, com especial incidência, naturalmente, para o ano que findou e para o que agora começa.

Num mundo em perenne convulsão (que parece bem longe de abrandar) Portugal foi, na década que passou, um País em fero.

No seu início era um quase minúsculo Estado que mantinha, há alguns anos, uma guerra em três frentes distintas e distantes e que, apesar dos «avisos» anteriores (o desastre da Índia e o episódio de S. João Baptista de Ajuda), o poder instituído decidiu prosseguir muito para além do limite das suas capacidades económicas e humanas, chegando por isso à exaustão que foi, talvez, a causa mais importante do muito de mau que aconteceu a seguir.

De facto, a impossibilidade de uma vitória militar (hipótese desde sempre muito precária) juntou-se à incapacidade de encontrar uma solução política que permitisse garantir uma comunidade onde permanecessem vivos, no mínimo, os elos socio-culturais da expressão lusitana, resultantes de uma ligação multi-secular entre povos de diversas raças traduzida num convívio quase sempre fraterno e na miscigenação que é

Dai a génese do 25 de Abril, nascido (é certo) de um generalizado descontentamento de cariz corporativista, mas logo dinamizado pela perspectiva de uma solução política para a guerra pelo aval de um chefe militar de grande prestígio que sobre o assunto tomou pública posição (General Spínola e o seu livro «Portugal e o futuro»).

Só que a dinâmica imprimida ao processo pelas forças nisso interessadas (e apoiadas, no selo das FFAA, por grupos de pressão obcecados por factores ideológicos que muitos dos seus componentes não entendiam) conduziu rapidamente ao aventureirismo revolucionário de uns quantos e teve como consequência a precipitada descolonização (dita «exemplar») que inviabilizou, à partida, a desejada (e indispensável) mútua cooperação futura, pois outros colonialismos logo se lhe sobrepuseram.

O REGRESSO À NORMALIDADE

Estava-se sensivelmente a meio da década de 70 quando o País, novamente reduzido às fronteiras de Quinhentos, caiu em si e repudiou com firmeza o clima de agitação e de irresponsabilidade em que vivera. E foram novamente os militares que, no cerne dos acontecimentos, conduziram vitoriosamente o contra-golpe do 25 de Novembro (e não terá sido certamente por acaso que este praticamente coincidiu com o final da descolonização), destinado a repor na sua pureza os ideais do 25 de Abril.

Mas, uma vez mais, a força dos grupos de pressão ainda intocáveis não permitiu que fosse por diante, em toda a sua plenitude, o processo regenerador. Alguma coisa (poder-se-á mesmo dizer que muita coisa), no entanto foi conseguida, pois o di-

namismo, de jovem líder do 25 de Novembro (o tenente-coronel Ramalho Eanes, logo investido nas funções de Chefe do Estado Maior do Exército) — apoiado no prestígio e na capacidade de decisão dos seus mais dilectos colaboradores e apoiantes (e seria imperdoável omissão não distinguir aqui a figura impar de Pires Veloso e a sua actuação no Norte do País) — pôde, em muito pouco tempo, recuperar a coesão e a disciplina do Exército (o mesmo tendo acontecido na Força Aérea e na Marinha) para, a partir daí, lançar os fundamentos da indispensável reestruturação que conduziu à efectiva operacionalidade das FFAA.

O prestígio grangeado nessa missão através de firmes tomadas de posição (inclusive no campo político) logo o apontaram como a personalidade capaz de obter um largo consenso dos Portugueses com vista à eleição para Presidente da República. E os resultados eleitorais de 1976 confirmaram inteiramente as expectativas se bem que, em nosso modesto entender, tivesse sido preferível que o General Ramalho Eanes continuasse como incontestado chefe do Exército onde estava a desenvolver uma notável obra de reconstrução, do que vir a ser um Chefe de Estado que seria prematuramente imolado aos interesses flutuantes da política.

Infelizmente, foi isso mesmo que acabou por acontecer. De facto, as suas indecisões (ele que fora escolhido precisamente pela sua reconhecida capacidade de decisão num período em que o País estava assaz carecido de homens capazes de decidir rapidamente e bem), a deficiente escolha dos seus colaboradores mais directos, o progressivo afastamento dos seus conselheiros mais capazes e os constantes desvios da linha de firmeza que traçara ao tomar posse, permitiram que se

prolongasse, muito para além do que seria admissível, o síndrome da crise permanente que tem afectado o País (e as FFAA) e tornaram a actuação do PR uma das maiores frustrações para os Portugueses no final desta década.

Citem-se, apenas em síntese retrospectiva de 1979, a sua actuação nos casos da lei da amnistia (se bem que inicialmente tenha merecido o seu veto presidencial), da dissolução da Assembleia da República (que pôde, já depois do seu anúncio aprovar definitivamente aquela lei e outros polémicos diplomas) e a nomeação do V Governo (que seria apenas «de gestão» mas se transformou, rapidamente e em força, numa «máquina» de fazer leis...).

Apesar de tudo isto, reiteramos, que atrás dissemos ao considerar o Presidente mais vítima que algoz já que, apesar das suas imperdoáveis falhas e indecisões, não quis esquecer as colagens, os «rótulos», as falsas amizades, e também que reconhecer as manifestas dificuldades da função, agravadas pela crise que, a todos os níveis, o País atravessa.

Até aqui pouco (ou nada) dissemos sobre as FFAA, afinal a razão de ser desta coluna. E isso porque, fundamentalmente, as FFAA são o «espelho da Nação» e, por consequência, o reflexo do que de bom e de mau se estiver a passar no País.

Por isso — e continuando embora a ser o fiel da balança da estabilidade — dependem muito dos vectores económicos, sociais e políticos de âmbito nacional, para além da influência que sofrem das incidências da política internacional e da agitação que prolifera pelo Mundo.

Dai a maior expressão que damos aos factores que, a nosso ver, condicionam ou afectam as FFAA. Mas vamos também a uma breve análise essencialmente militar.

COMO FOI EM 1979

Nos meos militares, o ano de 1979 nasceu sob o signo da calma (se bem que mais aparente do que real) mas é considerado como de certa maneira frustrante, não só pelo já citado caso da lei da amnistia (felizmente objecto de adequado antídoto no que respeita à situação profissional dos militares abrangidos, que serão sempre apreciados pelos respectivos Conselhos Superiores de Disciplina), como pela actuação do Conselho da Revolução que manteve, através de alguns dos seus elementos, o papel desestabilizador a que já nos habituara, e ainda pelo adiamento da solução de algumas questões consideradas fundamentais, de que a lei do serviço militar será certamente a mais importante, para não falar no problema dos saneados, de solução que parece mais política do que militar.

E COMO PODERÁ SER EM 1980

O dealbar de 1980 (não só o ano, mas também a década que, nos nossos anseios, se confundem) apresenta-se sob a expectativa da resolução de algumas daquelas questões embora, à partida, tentado ser considerada a dificuldade de concretização de muitas delas a curto prazo e, por consequência, em condições de ainda se virem a reflectir nalgumas das gerações que mais sofreram o desgaste dos longos anos de guerra e, naturalmente (também, dos militares mais idosos (que foram também, aliás, dos mais afectados).

Em nosso entender, parece já bastante positivo o facto de, pela primeira vez desde o 25 de Abril (para não irmos mais longe porque tal era também uma constante no anterior regime) irmos ter um Governo Constitucional sem militares no seu elenco. Há que não esquecer que, desde há muito tempo, por esta ou por aquela razão, deliberada-

mente ou não, os militares foram os sustentáculos dos sucessivos regimes ou a tónica de força dos diversos governos. Cremos que tal se tornará agora dispensável, por óbvias razões, de que poderão resultar benefícios assinaláveis para o País e as próprias FFAA.

No que se refere à resolução das questões em aberto, parece-nos que teremos de ser repetitivos e voltar a referir os projectos que indicámos para 1979 e que não tiveram (ou não puderam ter) adequado andamento: a já citada lei da defesa nacional e os diplomas dela derivados, como sejam o «estatuto da condição militar» e todos os que respeitam à reestruturação das carreiras militares; os problemas de organização militar, designadamente a criação do SIR (serviço de informações), a reorganização territorial e a integração dos Estados Maiores dos 3 ramos das FFAA e do EMGFA; os programas de reequipamento, particularmente da Marinha e da Força Aérea, com vista às missões que derivam do alargamento do limite das águas territoriais para as 200 milhas; o completo apetrechamento da Brigada de Santa Margarida e a sua prontidão operacional; e, muito especialmente, a resolução (ou, no mínimo, o seu arranque) dos graves problemas de recrutamento do pessoal (há uma lacuna de cerca de 10 anos de quase nulo recrutamento para os quadros permanentes do Exército que urge preencher, designadamente nos quadros de maior tecnicismo) e das motivações dos militares mais antigos que, saturados pela guerra, frustrados pela rotina e (muitos deles) já sem perspectivas de carreira, procuram ainda realizar-se, se não profissionalmente (no selo das FFAA), pelo menos a nível pessoal, fora delas mas ao serviço do País, o que deverá ser encarado a nível global e não obtido individualmente pelo esforço isolado de cada um.

sentido ao Conselho Superior de Disciplina do Exército. Também nestes casos, tem sido norma, ao que nos dizem, o facto de se levar o oficial em causa a ser apreciado no Conselho Superior do Exército e, logo, a ser dado como «não satisfazendo a 3.ª condição geral de promoção (a da competência profissional), quando todo o juízo ampliativo que sobre ele impende, embora vago, genérico e não fundamentado, o indicava para ser ouvido em Conselho Superior de Disciplina. Ora esta acção é, nem mais nem menos, que uma flagrante violação da lei.

De notar ainda nestas situações a passividade do CSE, que alguns militares pensam poder ocorrer por ignorância do sistema de promoções e desconhecimento das competências e responsabilidades dos vários órgãos consultivos que nele intervêm. Será assim?

Pensam os militares prejudicados por estoutro «sistema» montado à revelia da legalidade democrática e do autêntico funcionamento de fundo das instituições militares num Estado de Direito, que tais «desvios» se produzem com a intenção de «triturarem administrativamente a carreira de um oficial, olhando para a cor dos seus olhos e não para a sua competência profissional». E afirma-se, entre outras coisas: «Assim, vão os Conselhos indicando que os oficiais «concluídos com o 25 de Abril não satisfazem as condições gerais de promoção (sem indicar quais, que isso, no seu conceito, nem se torna necessário), enquanto o CEME vai dando o seu apoio, homologando tais decisões e usando um poder descritivo que se afasta largamente da finalidade que a lei lhe confere e que nada tem a ver com o poder que o vincula à finalidade do sistema de promoção».

Diário de Lisboa

Quinta-feira, 3 de Junho

terior do Exército, ao pretendem representar um «consenso das camaradas de Arma», em lugar de constituírem parte de um processo legalmente instruído.

A simples transcrição de alguns desses juízos ampliativos, ilustra as imensas possibilidades de arbitrariedade que contém e que, afirma-se, vêm sendo cometidas. Vejamos a imprecisão e a linha altamente subjectiva de tais juízos:

«... como comandante tomou decisões e atitudes pouco consentâneas com a ética e a dignidade profissionais, com algumas referências desabonatórias à sua conduta pessoal...»

«... o perfil moral e a dignidade profissional definidas de há muito pelo comportamento cívico e militar (...) são considerados acentuadamente desviados da nobreza de atitudes e dos procedimentos que devem pautar a imagem do oficial do Exército.»

«... a sua imagem degradada perante os camaradas que se sentiram traídos na confiança que nele depositavam...»

«... a imagem que os oficiais da Arma têm dele não aconselha, de forma alguma, a sua promoção neste momento...»

«... (sem condições de promoção)... por ter desmerecido da confiança dos seus camaradas de Arma e por não ter revelado a isenção política que a condição militar impôs...»

Ditamos, perante estes exemplos, se se tratasse de uma informação jornalística, que faltava aqui todo o essencial: o quando, como, onde e o porquê. De facto a objectividade do preceito — se preceito se pode chamar a isto que exemplificamos —, deixa muito a desejar. E depois haveria que perguntar a que ideia corresponde a velha e reita citação da «isenção política», o que decerto daria pano para mangas, mesmo no que respeita à «condição militar».

Mas para além das imprecisões dos juízos ampliativos e do processo de intenções que os mesmos representam, acresce que, em muitos casos, se põe em dúvida o comportamento moral e militar dum oficial, sem que a isso corresponda qualquer processo disciplinar organizado ou qualquer proposta para ser pre-

situação admite as palavras que acima reproduzimos com o comado que lhe é devido, não resta dúvida de que nos encontramos perante um ataque aos princípios do Estado de Direito e à própria legalidade democrática.

como um direito de carreira e de forma a proporcionar o aproveitamento dos mais aptos e competentes para o exercício de funções na instituição militar.

Há que interpor que na base do mecanismo das promoções se encontram os Conselhos das Armas e de Serviços que, por lei, têm que elaborar listas (de promoção e de não promoção), listas que após a homologação pelo respectivo CEME, vigorarão por um ano administrativo. Para a elaboração dessas listas, os Conselhos analisarão as perso-

nalidades dos oficiais a promover, com vista a determinar se satisfazem ou não as referidas condições gerais. Tal análise deverá fundamentar-se nos documentos que constituem o processo individual de cada oficial e dos quais fazem parte: as informações periódicas e/ou extraordinárias dos comandantes, *currículum* e nota de assentos e outras informações ou documentos respeitantes à actividade profissional do oficial submetido à observância. Em função do parecer emitido pelos Conselhos e de acordo com a lei, o CSDE terá que se pronunciar, se tiver sido posta em dúvida a 1.ª ou a 2.ª condição geral de promoção, ou far-se-á ouvir o CSE, se houver dúvidas quanto à 3.ª condição geral.

Deste modo, verifica-se que nem os Conselhos das Armas e dos Serviços podem (e muito menos devem) sobrepor-se ao CSDE ou ao CSE, nem a decisão do CEME — sobre se um oficial satisfaz ou não as condições gerais de promoção —, pode ter como apoio, exclusivamente, os pareceres daqueles Conselhos e nunca por nunca essa decisão deve ser uma mera resultante do poder descritivo do mesmo CEME, já que tem de ser devidamente fundamentada e baseada em diligências e processos formalizados expressos na lei.

Ora o que parece estar a acontecer — o que acontece, semindo-

repetimos, as fontes de informação que reiteramos fidedignas —, é que apesar da lei estabelecer os parâmetros de todo o sistema de promoções, é que se torna patente o desvirtuamento dos

princípios legais que autorizam o mecanismo promocional, posto que se entrou numa metodologia que só em aparência se rege pelos princípios enunciados.

Afirma-se, por exemplo, que é flagrante a disparidade de critérios adoptados pelos directores das Armas e Serviços, disparidade agravada pela coherência a tais critérios outorgada pelo próprio CEME, ao homologar pareceres onde são patentes — diz-se — a discriminação e a arbitrariedade. A metodologia dos directores de Armas e Serviços, no que toca a promoções, é muitas vezes ingenuamente apoiada no facto dos Conselhos serem parcialmente eleitos, e daí supor-se estarem escudados por uma hipotética isenção de princípios.

Na verdade, ao falarmos com advogados directos ou indirectamente implicados na solução ou desistência de certas irregularidades quanto às não promoções, acentua-se começar a ser frequente a maneira sinuosa com que os directores de Armas e Serviços se procuram furtar a

uma indicação clara das condições gerais não satisfeitas pelos vários oficiais que figuram na lista da «não promoção». É norma comum apresentar como fundamento de parecer — para a inclusão na lista dos não promovidos —, um juízo ampliativo de imputações vagas, genéricas e imprecisas, sem estar expresso em acta com indicação dos documentos em que se fundamenta e, ainda, com os resultados das votações. Assim, os juízos ampliativos não cumprem as formalidades necessárias para se apresentarem juridicamente válidos e passam a ser utilizados como meros instrumentos de pressão junto do Conselho Su-

Segundo informações que nos têm chegado através de fontes merecedoras de todo o crédito, algo de inquietante se está a passar referente às promoções de vários oficiais do quadro permanente dos três ramos das Forças Armadas. Uma destas informações, colhida há dias, falava-nos de «atropelos ao sistema legal de promoções que se estão a verificar com alarmante regularidade, parecendo que com isto se pretende criar um novo método repressivo acobertado pelo poder descritivo do CEME, em nítido desvio do poder».

Instalando na qualidade moral e factual da fonte por onde nos veio a informação, (e portanto o reflexivo não contempla a hipótese duma informação menos correcta), se na verdade a

De facto, o direito à promoção é um direito de carreira, tal como se estabelece no Estatuto do Oficial do Exército (EOE). A promoção ao posto imediato verifica-se administrativamente, na data precisa em que se der uma vaga nos quadros aprovados por lei, sendo promovido o oficial que se encontrar à frente na lista da ordem de promoções. Esta lista de ordem é renovada anualmente e nela têm direito a figurar todos os oficiais que satisfaçam determinadas condições-base.

Especificadas no EOE, tais condições são designadas como «condições gerais de promoção», comuns a todos os postos e «condições especiais de promoção», inerentes a cada posto.

As condições gerais de promoção recortam o perfil de um oficial quanto ao seu comportamento militar e civil, ao seu espírito e às suas boas qualidades militares, num quadro que caracteriza a 1.ª e a 2.ª condições gerais e, ainda, quanto às suas qualidades pessoais, intelectuais e profissionais para o desempenho de funções no posto imediato, «retrato caracteriológico» que define a 3.ª das condições gerais de promoção.

No que se refere às condições especiais de promoção, contam os tempos mínimos de serviço, de comando de tropas, de permanência no posto e, também o aproveitamento em cursos ao longo da carreira, condições essas variáveis em função do posto.

A importância das condições gerais de promoção é evidenciada pela própria lei ao definir que nenhum oficial pode ser dado como não satisfazendo a 3.ª dessas condições (a da competência profissional) sem ser ouvido o Conselho Superior do Exército (CSE) e ao remeter para

a competência do Conselho Superior de Disciplina do Exército (CSCE), a observância da satisfação das 1.ªs e 2.ªs condições gerais (comportamento moral e militar). Interessa ainda ressaltar a não satisfação das 1.ªs e 2.ªs condições gerais de promoção, implica a punição disciplinar proposta pelo CSCE, obrigando o oficial abrangido a abandonar a situação do activo e transitando, imediatamente, para as situações de reserva, reforma ou afastado do serviço, de acordo com a punição disciplinar aplicável. Por outro lado, a não satisfação da 3.ª condição geral (a da competência profissional), recorta um quadro temporário de preterição que se tornará definitivo (afastando a hipótese de promoção) se tal situação acontecer por três vezes.

Relieve-se que as condições especiais, inerentes a cada posto, são temporais e secundárias para a definição do perfil de um oficial, enquanto que as condições gerais são determinantes e fundamentais para a carreira, por recortarem o perfil profissional do militar em causa.

As promoções até ao posto de coronel, inserem-se na competência exclusiva do chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) que tem realmente poder para promover ou deixar de promover qualquer oficial. Mas este poder define-se por sua vez dentro da estrita observância dos preceitos legais, o que quer dizer que tal poder é limitado pela vinculação à lei.

O CHAVÃO DA «ISENÇÃO POLÍTICA»

Este é, portanto, o quadro legal e genérico que define as promoções até ao posto de coronel e que estabelece a promoção

BREVEMENTE EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Otelo anunciará lançamento da «Unidade Popular»

Aguarda-se para muito breve, provavelmente na segunda quinzena de Janeiro, a divulgação pública de uma proposta formalizada do major Otelo Saraiva de Carvalho para a criação de uma Força de Unidade Popular que concorrerá às eleições legislativas de 1980. Entretanto, prosseguem a bom ritmo as consultas mútuas entre as várias organizações da esquerda revolucionária buscando encontrar plataformas de entendimento que possibilitem um apoio unitário à iniciativa do "General do POVO".

VOZ DO POVO está em condições de revelar aos seus leitores que terá lugar muito em breve na conferência de imprensa convocada pelo major Otelo em que este divulgará uma Declaração Política ao povo português, formalizando a proposta já conhecida de criação de uma Força de Unidade Popular para enfrentar as legislativas de 80. Como é sabido, esta proposta foi detalhadamente divulgada em primeira mão pelo nosso jornal em entrevista publicada nos n.ºs 265 e 266 de Setembro último.

O referido documento será apresentado nas suas travesmeiras a uma reunião multilateral de organizações da esquerda revolucionária a realizar ain-

da durante a primeira quinzena de Janeiro. Essa reunião culminará um longo processo de contactos e debates iniciado logo após a passagem de Otelo à reserva, interrompido ou atenuado durante as intercalares e intensificado depois destas.

O conjunto de reuniões efectuadas terá produzido resultados muito satisfatórios, tudo indicando para a possibilidade de se atingir um acordo bastante amplo sobre diversos problemas políticos considerados essenciais. A articulação da luta em defesa da Constituição com a luta pelo aprofundamento do 25 de Abril, a interpretação estratégica e tática da oposição entre 25 de Abril e 25 de Novembro, o encadeamento da lu-

ta defensiva com a perspectiva ofensiva, o posicionamento perante os partidos reformistas, a atitude relativa ao parlamento, são alguns dos grandes temas que têm estado em debate. Neste momento, o major Otelo possui já em seu poder documentos-memorandos em que várias organizações formalizam as suas opiniões. Segundo o próprio Otelo, confirma-se a tendência para uma aproximação significativa de pontos de vista.

Ainda no quadro dos preparativos para o lançamento da FUP, o major Otelo tem multiplicado os contactos com forças políticas e personalidades visando recolher opiniões e preparar o seu "estado-maior". Foi o próprio major quem nos garantiu possuir já em seu poder um vasto conjunto de nomes para a comissão directiva que se encarregará de lançar a FUP e preparar a sua Conferência Nacional. Otelo procura recolher apoios de um vasto leque político e social evitando cingir-se

às organizações partidárias. Na sua opinião, até agora partilhada pelas organizações mais empenhadas neste processo, os partidos políticos apoiantes da iniciativa deverão trabalhar com os seus aparelhos técnicos e organizativos, abstando-se contudo de procurar hegemonizar o movimento. É opinião unânime que este, para ser efectivamente unitário e não socobrar em divergências, deverá conseguir ultrapassar o quadro criado pelo somatório dos partidos. Para tanto, procurar-se-á um certo esbatimento dos partidos no seio da FUP, privilegiando-se as estruturas unitárias, a verdadeira força da Unidade Popular estará, segundo a opinião expressa do próprio Otelo, "na massa de trabalhadores que não reconhece nos partidos tradicionais da esquerda reformista e que mantém acesa a esperança de uma nova força política realmente empenhada numa transformação revolucionária da sociedade". O major Otelo mantém, entretanto, os seus contactos internacionais que,



como é do conhecimento público, se têm acentuado nos últimos meses. Na primeira quinzena de Janeiro, o estratega do 25 de Abril deslocar-se-á a Paris a convite da Associação política António Gramsci, onde participará em duas conferências, uma das quais na Universidade da

Sorbonne. Nos finais de Fevereiro, começos de Março, nova deslocação levará Otelo de novo a Moçambique, desta feita para apreciar o desenvolvimento dos laços de cooperação e procurar a abertura de novas frentes de entrelaçada com aquela jovem nação africana.

QUEIXA NA JUDICIÁRIA CONTRA A DESCOLONIZAÇÃO

Assinado pelo advogado Joaquim Mendes, de Angola e subscrita por duas dezenas de pessoas foi apresentada queixa, documentada, na Polícia Judiciária contra diversos políticos e militares intervenientes na descolónização dos antigos territórios portugueses de África e da Ásia. Entre os subscritores da queixa figuram os generais Silvério Marques, por duas vezes governador de Angola; coronel Alves Almeida, ex-governador de Timor; general António Augusto

dos Santos, ex-comandante chefe de Moçambique; Rebocho Vaz, ex-governador de Angola; Adriano Pires, ex-governador da Cabinda; Gilberto Santos e Castro, ex-governador do Cuanza Sul e o eng. Luís de Aguiar. A queixa é fundamentada no «Livro Negro» da descolónização, da autoria do eng. Luís Aguiar e num parecer jurídico do prof. Cavaleiro Ferreira, catedrático de Direito Penal da Universidade de Coimbra. Angoem a queixa os advogados portugueses

Miguel Pereira Alves e Brochado Teixeira, Severino Babulo, de Moçambique e Norberto Andrade e João Paulo Cancellia de Albreu. Como figuras citadas na queixa e as quais se atribuem responsabilidades na descolónização figuram Mário Soares, Almeida Santos, Melo Antunes, Costa Gomes, Rosa Coutinho, Vítor Crasso, Otelo Saraiva de Carvalho, Carlos Fabião, Lemos Pires, Leonel Carrilho, Pires Veloso e Vicente d'Almeida Ego.



Tempo 20 Dezembro 1979

SALAZAR — O busto e um grande quadro do prof. António Salazar, a discursar perante as forças políticas da década de 30 no Ministério das Finanças, estiveram muitos anos guardados a recai do dos vândalos que, por ódio, deprimaram valiosas peças do património artístico da nação. O que prova haver ainda funcionários zelosos desse património, independentemente das suas opções políticas. Essas acabam, também, mais cedo ou mais tarde por ficar à porta dos ministérios. Tal como, com o rondar dos ventos, o referido busto e o quadro do grande ditador voltaram aos seus primitivos lugares, encontrando-se expostos até para mostrar às gerações vindouras que não será pelo ódio nem pela censura que se recupera um País.

(...)

Considerem-se os 70 000 apenas como um começo — deve-se continuar.

Na forma de continuar encerra-se o segredo da vitória, na humildade com que avaliarmos as nossas forças consubstancia-se a certeza da vitória: — chegámos onde chegámos porque nos apresentámos sem disfarces. Se queremos ocupar o nosso lugar na luta política de todos os dias, teremos de continuar assim, sem transigências nem ambições imediatas de poder.

Até agora tentámos introduzir-nos no sistema contestando-o globalmente, mas aceitando-lhe as regras. Daqui em diante, com clareza cada vez maior, haveremos de nos projectar no campo político em termos verdadeiramente revolucionários, conquistando a juventude e os trabalhadores, sem concessões aburguesadas e conservadoras. Cristãos teremos que nos proclamar, e afirmar como tais até na vida privada. Revolucionários, não poderemos ceder às tentações comprometedoras do sistema, para não nos deixarmos enlear na teia mole do oportunismo direitista que foi o suicídio de quantos da Direita se passaram para o centrismo, adian do inconsideravelmente a realização do próprio projecto.

Deste modo, quem quiser o nosso apoio terá de nos aceitar assim. Não estamos dispostos a ceder um milímetro. O que se passar connosco há-de passar-se estreitamente ligado a um projecto revolucionário da vida política, onde o utilitarismo do imediato não terá lugar. Dentro das formas tradicionais do nosso nacionalismo — nós queremos erradicar de Portugal a partidocracia, pela representatividade política dos grupos naturais. Podendo aceitar os partidos como meios, recusamo-nos a aceitá-los como fim. O nosso objectivo é a salvação da pátria, dominando as oligarquias partidárias, e a regeneração de Portugal pelo trabalho, organicamente representado no mais alto cume da política. Ninguém deve esperar de nós a menor cedência. Vamos continuar no rigor, na força, na organização e na eficácia.

Na posse do V Governo

Eanes e Sá Carneiro: dois discursos muito diferentes

Carneiro Jacinto

Dois estilos diferentes, duas concepções políticas claramente diferenciadas e dois diagnósticos quase antagónicos estiveram, ontem, em presença, na tomada de posse do VI Governo Constitucional, caracterizados nos discursos produzidos, na ocasião, pelo Presidente da República e pelo primeiro-ministro, Sá Carneiro.

O belo salão azul do velho, mas ainda imponente Palácio da Ajuda, cheio à cumha de políticos conhecidos e desconhecidos, foi pequeno para conter a curiosidade de quantos quiseram assistir à tomada de posse do VI Governo, o primeiro dirigido por um social-democrata e o 12.º desde o 25 de Abril.

Dois avisos

O primeiro-ministro conferiu um cunho essencialmente político à sua relativamente curta intervenção, pondo em evidência a vitória da AD, a necessidade da conjugação do Governo e da maioria parlamentar e considerando que a acção do Executivo se desenvolverá tendo em vista o seu projecto próprio, pela via de reformas, cuja intensidade e ritmo serão determinados pela necessidade da resolução dos problemas do País.

«O Governo — diria Sá Carneiro — será de facto poder executivo, inabalável nos propósitos, coeso e solidário na decisão, moderado e verdadeiro na acção, intransigente-

mente exercido para reforço da democracia representativa, do império da lei e do sentido da responsabilidade e da justiça».

Sá Carneiro faria, ainda, dois avisos: um aos partidos, forças sociais e opinião pública, a quem disse respeitar, mas a quem não permitiria que sejam atribuídas prerrogativas ou influências que desvirtuem o sentido do voto popular ou lhes dêem um poder de decisão incompatível com os princípios ou a prática da democracia».

As forças sociais diria Sá Carneiro que não são «órgãos de soberania»; a opinião pública prometeria respeito, mas «não se deixará de determinar por ela, nem por ela apreciará a sua situação ou a conveniência das suas políticas».

Embora relativamente moderado, o discurso de Sá Carneiro definiu dois aspectos essenciais: por um lado a decisão de que o poder, porque é maioritário, tem legitimidade para agir sem quaisquer preconceitos; por outro lado, a afirmação de que o país tem vivido em dificuldades, a situação económica é terrível e serão necessárias reformas profundas e mudanças duradouras.

Clareza de Eanes

O discurso do Presidente da República, um dos mais importantes — senão mesmo o mais importante — produzidos durante o seu mandato (apesar de excessivamente longo) centrou-se em princípios, estilos e conceitos quase antagónicos. Muito embora Eanes tenha conhecido de antemão o teor do discurso de Sá Carneiro, o que lhe teria permitido responder à letra a certas questões, verificamos que, tanto quanto o jornal captou, as principais linhas de força do discurso do PR estavam prontas desde a semana passada.

Eanes afirmou-se, claramente, sem quaisquer subterfúgios, deixando muito clara a sua posição face ao novo Governo.

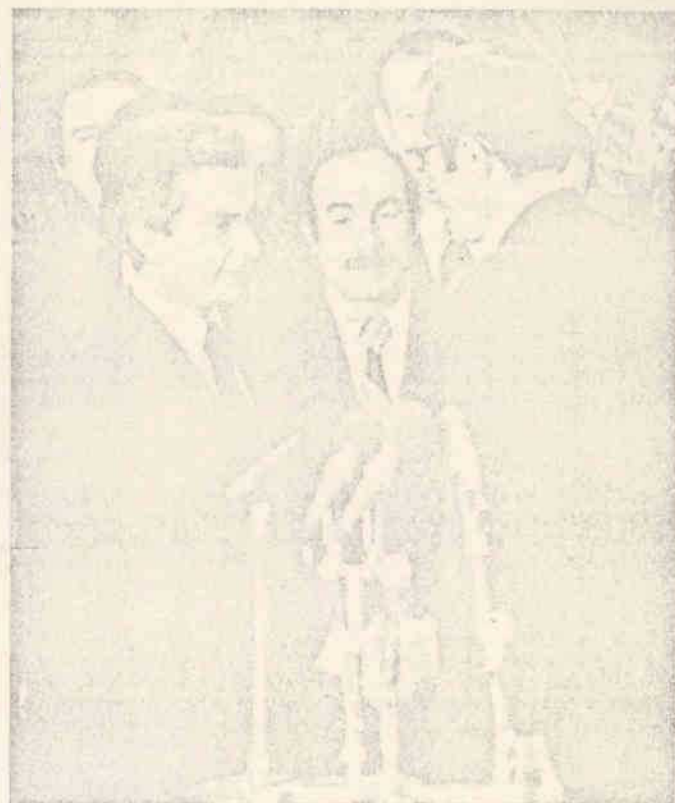
No discurso de Eanes poderemos considerar sete aspectos essenciais: a afirmação da solidez do regime; a chamada de atenção para a necessidade de não se destruir o que de positivo já foi construído; a consideração de que o Governo tem assegurados os meios parlamentarmente essenciais a uma acção governativa programada, racional e eficiente; a repetição da mensagem de Ano Novo, no que respecta à situação favorável no campo económico (pondo em evidência o grande esforço desenvolvido pelos trabalhadores e a atitude passiva de muitos empresários nacionais); a declaração de que o Governo poderá de-

envolver a sua actividade no quadro de posições de política externa bem definidas (o que não oferece dúvidas aos responsáveis pela política externa de outros países, designadamente dos que se encontram na área de relações preferenciais de Portugal); e, finalmente, o reconhecimento pela acção desenvolvida pelos anteriores Governos, realçando em particular o Executivo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Fundação Cuidar o Futuro

A afirmação mais importante de todo o discurso de Ramalho Eanes seria, porventura, a de que «tem-se por certo que nenhuma maioria num Estado de Direito e num regime pluralista, se deixará paralisar no maniqueísmo das decisões antagónicas, vício destruidor da tolerância democrática, premonitório de tendências autoritárias. (...) Compete ao Governo, ainda, assegurar que a noção de maioria política, como condição de estabilidade e coerência governativa, não perca o seu valor, de modo a que o debate do futuro próximo se possa desenvolver num quadro em que várias alternativas sejam possíveis».

O discurso de Eanes foi uma afirmação de esperança e uma declaração clara de que se mantém sinceramente empenhado no cumprimento dos seus deveres constitucionais, sem quaisquer preocupações



Eanes cumprimenta Sá Carneiro
Dois estilos, duas concepções, dois diagnósticos

em desvalorizar o regime.

Sá Carneiro, que não se dirigiu uma única vez ao Presidente da República, fez um discurso sempre preocupado e virado para o seu eleitorado e para os valores que defende.

A tomada de posse do VI Governo permitiu, enfim, perceber por que razão os partidos da AD não apostam na recandidatura de Ramalho Eanes.

Além do Presidente da República e do primeiro-ministro, ministros e secretários de Estado empossados

estiveram presentes a chefe do Governo cessante, Maria de Lurdes Pintasilgo, Teófilo Carvalho dos Santos, em representação da Assembleia da República, o presidente do Supremo Tribunal Militar, os chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas e, ainda, representantes dos partidos políticos da oposição — Herculano Pires e Pedro Coelho (PS), Veiga de Oliveira (PCP), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), para além do provedor de Justiça, Magalhães Godinho.

O País ficou confuso

Através da Televisão, o País assistiu ontem a uma cerimónia singular. Pela primeira vez desde o 25 de Abril, assumiu o poder executivo um Governo "não gerado em gabinetes ou imposto nos bastidores". Uma equipa jovem — a média de idades anda à volta dos 40 anos — chefiada por um primeiro-ministro que tem marcado com a sua coragem e coerência as fases mais difíceis e decisivas da nova vida portuguesa, proclamou aos quatro ventos não temer os riscos nem recuar a esperança. À vista, tem nove meses para mudar Portugal. Sem demagogia, sem preocupações eleitoralistas, sem sectarismos partidários, o discurso de Sá Carneiro foi efectivamente a oração de um homem de Estado, consciente, responsável e realista. Com uma clareza linear e com uma espontaneidade livre de minúcias e de pseudo-questões, o primeiro-ministro sintetizou, como só a ele pertence, as linhas gerais do programa do seu Executivo que tem como regra e meta a pessoa humana, isto é, todos os cidadãos portugueses e os seus problemas concretos.

Da cerimónia de ontem, no Palácio da Ajuda, o povo português teria recolhido apenas o alto significado democrático e a dignidade das afirmações se não fora a confusão e divergência logo registadas com os juízos de valor formulados pelo primeiro-ministro e pelo Presidente da República em relação à conjuntura económico-financeira. Enquanto para o primeiro a degradação continua, com o aumento da inflação e do desemprego, para Eanes os aspectos são nitidamente favoráveis. Tais afirmações, absolutamente contraditórias, lançaram a confusão no espírito dos portugueses, admirados da profusão de números e percentagens apresentadas e que não condizem com as dificuldades quotidianamente sentidas.

No limiar da acção do novo Executivo, ditado pela força dos votos dos eleitores, torna-se indispensável e premente o estabelecimento dum inventário preciso e inequívoco da actual realidade económica portuguesa. Para que não seja possível prolongar a confusão. Para que termine de vez a ambiguidade. Para que fique claro qual é o caminho da recuperação. O melhor caminho e a mais proveitosa recuperação.

Enquanto Sá Carneiro sublinha a "contínua degradação" da situação económica interna, Ramalho Eanes diz que a conjuntura "apresenta aspectos nitidamente favoráveis"

Sexta-feira, 4 de Janeiro de 1980 / Portugal HOJE

Portugal HOJE / Sexta-feira, 4 de Janeiro de 1980

Fundação Cuidar o Futuro

Eanes advertete Governo



Um discurso inadequado

O DIA DE ONTEM ficou assinalado por acontecimentos a que não pode negar-se grande importância, amplo significado e, também, previsivelmente, profunda repercussão futura. Tratou-se da posse do novo Executivo, do recomeço dos trabalhos parlamentares e dos discursos proferidos no primeiro daquelas actos — um pelo primeiro-ministro acabado de empossar e outro pelo Presidente da República empossante. Se do primeiro se poderia dizer ter sido o que poderia esperar-se, na circunstância (com o peccadilho de uma certa extensão, mas sóbrio, claramente definidor das regras de actuação de um Governo consciente das responsabilidades que assume e do mandato de que o investiu uma iniludível maioria do eleitorado), do segundo terá de dizer-se, sem libelozas e francamente, ter sido inadequado — falando de quando em vez a impertinência e envolvendo-se, até, em alguns momentos, de aspectos provocatórios. Penaliza-nos ter de registar esta observação; e desencanta-nos o facto de ela ter plena aplicação. O sr. general Ramalho Eanes, ao invocar «as ideias políticas pelas quais nos temos» a sua acção, desceu, quanto a nós, do lugar que na emergência lhe competia, para exhibir perante o Povo português uma atitude de desafio perfeitamente inapropriada: não foram as ideias políticas do sr. general que estiveram em causa em 2 de Dezembro, e nesse dia o eleitorado afirmou claramente aquelas que entenderam deverem merecer-lhe assentimento e apoio. E, assim sendo, foram irrelevantes e deslocadas, na sua maior parte, as declarações dadas pelo sr. general Eanes na posse do Governo que a maioria do eleitorado, democraticamente, resolveu tornar mandatário dos seus desejos e aspirações. O resto, ou é mau perder, denúncia de preocupantes intenções, ou — como se diz o Povo — «o gato escondido com o rabo de fora! Lamentável, de qualquer modo. Ou, pelo menos, decepcionante.

A POSSE do novo Governo, o VI constitucional, marca, de qualquer maneira, o que poderá ser o começo de uma nova e decisiva fase do regime instituído em Portugal depois do movimento militar de 25 de Abril de 1974. E pela simples, mas significativa razão de, pela primeira vez dispor o Executivo de uma maioria parlamentar que pode garantir-lhe e estabele-

do, facultando à acção governativa a continuidade que permite planejar e executar com coerência, sem os sobressaltos e os compromissos a que obrigavam as soluções transitórias de mero remedeio a que outros elenos ministeriais estiveram obrigados para o simples acto de sobreviverem. Claro que uma e outra dessas condições fundamentais terá de repousar na coesão da própria Aliança Democrática, de boa fé, da lealdade e do empenhamento que as forças políticas que a integram vierem a demonstrar e a praticar, umas em relação às outras — e todas orientadas na prossecução de objectivos comuns. Se foi, como não se duvida, essa mesma coesão que esteve na origem, tornando-a viável, da vitória eleitoral da AD, é de esperar (e, quanto aos eleitores, de exigir) que ela se afirme, também, na exploração da vitória alcançada.

Se as forças reunidas na AD to-ram, todas elas, beneficiárias do pacto de unidade (reprovamos a picardia do «felxe de acordos» usada no discurso presidencial...) que entre si estabeleceram, parece fora de dúvida que umas o terão sido mais do que outras, tendo alcançado, ao nível da acção e do poder estabelecida, uma representatividade parlamentar e política a que, tendo o direito de aspirar, muito difficilmente ascenderia na solidão do isolamento partidário ou do simples paisanismo. Por isso mesmo, também (e em política só vale, verdadeiramente, o que é susceptível de render vantagens...) a convicção geralmente partilhada de que nenhuma delas se deixará atraindo por miragens, sacrificando o que é real e palpável a soluções que não deixarão de surgir-lhes na forma aliciente das pressões e das promessas — mas no fundo se traduz no estereotipado estribilho do «perdo agora, ganharás depois».

Porque (e lição recente demonstrou-o com a evidência que só os cegos por teimosia não acataram a obrigar em tempo útil), igualmente em política se não deve trocar alguma coisa por uma mão-cheia de nada — e um comboio, uma oportunidade perdidos, não se recuperam. Ou, excepcionalmente, só muito tarde, quase sempre fora de horas como «as sopas depois do almoço»...

Ativemo-nos, hoje, ao essencial. Voltaremos aos discursos de ontem, ao Governo novo e àquilo em que ele, pelo menos na aparência, se propõe inovar. — M.F.

AD não apreciou o discurso de Eanes

O discurso ontem proferido pelo Presidente da República não foi bem recebido pelas forças políticas integrantes da Aliança Democrática. A TRIBUNA quis auscultar opiniões e contactou, na Assembleia da República, alguns deputados ligados à coligação maioritária.

Ângelo Correia (PSD): «Não era o discurso que esperava»

Ângelo Correia, do PSD, respondeu à nossa reportagem que «o discurso do Presidente da República foi, acima de tudo, a defesa dos cinco governos que antecederam o da AD. Não foi o da definição das relações entre órgãos de soberania. Não abriu pistas para o futuro, antes retratou apenas o passado».

Nessa perspectiva, Ângelo Correia juntou que «os retratos foram mal tirados, porque se tudo estivesse tão bom quanto o general Eanes quis dizer, o voto nas últimas eleições não teria sido na AD, mas sim no PS ou no PC». Daí que o dirigente social-democrata pergunte por que razão «o povo quis votar na mudança».

Por outro lado, o discurso do PR «pareceu ser o da sua autodefesa, o limite da sua

actuação, do âmbito das realizações da sua política externa». Ângelo Correia disse não perceber, «se o senhor Presidente da República queria autojustificar ou determinar a política externa do futuro Governo».

Para o dirigente do PSD parece claro que «a política externa do futuro Governo, bem como a da defesa nacional, devem competir ao próprio Executivo e não a outros órgãos de soberania».

Ângelo Correia concluiu que «não era o discurso que esperava, mas foi o discurso que o general Ramalho Eanes quis fazer».

Lucas Pires (CDS): «Discurso longo e intencional»

«Foi um discurso bastante longo e cuidado, bastante intencional, na aparência, em alguns pontos» — opinião de Francisco Lucas Pires, do CDS, outro dos partidos da Aliança Democrática.

Nesse particular, referia-se aos «limites de acção do novo Governo e ao acentuar a predominância dos factores políticos externos». Neste último ponto, disse Lucas Pires, «tornou-se sensível o contraste com a linha política do Primeiro-Ministro, insistindo na «tónica da afirmação e da prioridade de uma vontade política interna e democráticas».

No mais longo excerto do discurso que o PR proferiu, Lucas Pires considerou que o general Ramalho Eanes denotou «uma visível preocupação pela justificação da sua própria política», estando nisso implícita, no seu ponto de vista, «a sugestão de que será agora mais fácil, o que pode ocultar para os mais desprevenidos a realidade de que todos os problemas principais continuam sem ser resolvidos».



também a opinião do «reformador» Nuno Godinho de Matos, não tendo sido possível assegurar qualquer ponto de vista do PPM.

Para aquele deputado e político, «foi um discurso no qual o PR retratou, de acordo com um ponto de vista subjectivo e pessoal, as actuais circunstâncias da conjuntura económica portuguesa e das condições de funcionamento político dos órgãos de soberania».

Segundo Godinho de Matos, «as considerações pessoais do senhor PR sobre a actual situação económica do país, dado não serem exaustivas, não definiram todos os limites e dificuldades que o Governo empossado naturalmente vai encontrar, restringindo a sua capacidade empreendedora e de inovação».

Godinho de Matos terminou, sublinhando que «este poderá hipoteticamente levar os portugueses a pensar que a tarefa do actual Governo se encontra simplificada. Aliás, a conjuntura económica é bem mais sombria do que a apresentada no referido discurso».

Para políticos da AD

Discurso irrealista

O inesperado discurso do actual Presidente da República na posse do novo Governo, surpreendeu, e confundiu, a opinião pública, provocando especial perplexidade nos partidos que formam a Aliança Democrática. Na Assembleia da República o nosso jornal recolheu ontem as primeiras impressões de representantes das formações partidárias mais atingidas pelas palavras do general Ramalho Eanes, na continuação, aliás, da sua mensagem de Ano Novo.

Com efeito, Ângelo Correia começaria até por afirmar a "O DIA" que "é necessário iniciar um debate nacional sobre o presidencialismo, a fim de diagnosticar os méritos e deméritos desse sistema e a sua adequação à realidade". No que diz respeito à alocução do Chefe de Estado na Ajuda, o dirigente nacional do PSD acentuaria que "o discurso só falou dos cinco governos anteriores, aprovando o que tinham feito. Não falou do VI Governo — prosseguiu —, do futuro".

Mais "Falou do passado. É mal em alguns casos". A seguir diria ao nosso jornal que "se tudo está bem, como disse, porque é que o Povo votou na mudança, porque é que o Povo votou na AD? Se Eanes estivesse certo, o Povo teria votado no PS ou no PC. Como votou AD, o general Eanes não tem razão" concluiu.

Além disso, considerou por outro lado Ângelo Correia, "o Presidente da República autodefendeu-se em relação ao seu próprio passado". E, continuou, "nada o obrigava a fazê-lo. A não ser o ele próprio se quiser posi-

cionar num sentido diferente do VI Governo. Se não, não seriam necessárias autojustificações, sendo sim necessárias sintonias. Disse ainda o Presidente da República que só este Governo tinha condições mínimas de viabilidade política. Isso significa que o passado não foi claramente em termos que o permitissem, o que significa que o PR fez forte autocritica ao seu comportamento". Acrescentaria aqui que "não o pedimos, mas já que o general Eanes, o fez, registamos".

A terminar, o porta-voz social-democrata diria que "continuamos a respeitar como sempre o fizemos a instituição presidencial, mas não nos coibiremos de dizer o que pensamos". Para Ângelo Correia, "em democracia só a lealdade e a compostura justificam a acção política".

DE DISCURSOS DE MÁRIO SOARES

Abordado também pelo nosso jornal, Naraña Coisôrô, do CDS, considerou, pelo seu lado, que o discurso do Presidente da República na

posse do novo Governo "pareceu a continuação dos discursos do dr. Mário Soares durante a campanha eleitoral, e está na linha das entrevistas copiosas que a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo tem vindo a conceder depois da vitória da Aliança Democrática".

No entender do dirigente centrista "foi evidente o pouco à vontade com que o sr. Presidente empossou ontem o Governo da maioria dos portugueses", aduzindo: "O extenso balanço económico com que pretendeu dar uma visão cor-de-rosa da actual situação económica e financeira do País está em aberta contradição com as dificuldades e agruras que os portugueses neste momento sentem no seu quotidiano".

Finalmente, "O DIA" ouviu Gonçalo Ribeiro Telles, um dos líderes da Aliança Democrática e membro do directorio do PPM, que nos disse: "Foi um discurso extenso, cria uma imagem para o público da situação do País que não nos parece real". Achou igualmente que no discurso do general Ramalho Eanes "os números apontados escondem uma situação económica e cultural muito grave". Portanto, entende Ribeiro Telles que "o trabalho do Governo não é fácil, será árduo" e "deverá transformar radicalmente a política de desenvolvimento económico em que temos vivido".

Godinho de Matos (reformador): «Discurso subjectivo e pessoal»

A TRIBUNA recolheu

Portugal HOJE / Sexta-feira, 4 de Janeiro de 1980

• A escritora e deputada social-democrata Natália Correia pareceu não gostar do discurso do Presidente da República. Fez trejeitos e confidenciou qualquer coisa ao seu vizinho Amândio de Azevedo. Era notória a impaciência com que a escritora aguardava o fim da alocução de Eanes.





Artur Portela

Os bules dogues

4 de Janeiro de 1980 / Portugal HOJE

O Reizinho

O que houve de mais importante na posse do dr. Sá Carneiro foi o general Ramalho Eanes.

Quer no plano político, quer no plano moral.

Com efeito, tendo o dr. Sá Carneiro pretendido fazer o discurso de posse histórico que aptecea a todos os novos Chefes de Governo, o general Ramalho Eanes reduziu a cerimónia à sua proporção de negócio democrático corrente.

Dignificou-a, banalizando-a.

Desdramatizou-a, democratizando-a.

Tendo o dr. Sá Carneiro pretendido fazer o *après le deluge, moi*, o general Ramalho Eanes enumerou as condições favoráveis nas quais este governo inicia o seu trabalho, comparativamente com as condições nas quais iniciaram o seu trabalho governos anteriores.

Tendo o dr. Sá Carneiro evitado o seu discurso de críticas aos executivos que o precederam, o general Ramalho Eanes soube encontrar a palavra de elogio medido e justo para anteriores executivos constitucionais.

O general Ramalho Eanes fez um discurso de estadista, o dr. Sá Carneiro fez um discurso de chefe de facção.

O general Ramalho Eanes fez o seu discurso de uma perspectiva de interesse nacional, de defesa do regime, de futuro.

O dr. Sá Carneiro fez o seu discurso de uma perspectiva de chefe de coligação partidária que toma o poder, de uma perspectiva do interesse de grupos sociais que apoiaram essa tomada de poder, de uma

perspectiva de ajuste de contas.

Curiosamente, há sérias possibilidades de que 1980 seja o ano do termo da carreira política daquele destes dois homens que tem envergadura de estadista, e o ano da reconfirmação no cargo de primeiro-ministro daquele destes dois homens que, em definitivo, não tem envergadura de estadista.

O dr. Sá Carneiro, que chegou ao poder democraticamente, acaba de produzir um discurso de quem *toma o poder*.

Imediatamente, no tom, na violência, contida, e a arrogância implícita, o revanchismo subentendido.

Depois, nas críticas ao passado, à «longa crise política», aos «adversários», ao «clima de impunidade», à «dependência» e ao «provincianismo» da política externa, à «corrupção» ao «arbitrio», à «imoralidade».

Depois, à mística do «nacional», à oposição, que estabelece entre os «interesses nacionais» e os «interesses partidários», à filosofia política que essa oposição revela.

Depois, à distância a que se coloca, a que se quer colocar, das forças sociais, à *neutralidade social* que exhibe, ao cuidadoso silêncio que faz sobre os trabalhadores deste país.

Depois, à nulidade de objectivos, à imprecisão dos compromissos, ao desrepeito pela lucidez e a exigência do País que o ouvia.

Depois, ao vazio ideológico, cultural, moral, ao culto do pragmático, do circunstancial, do táctico.

Depois, à debilidade que as declarações de força, do «poder que ou será exercido», revelam.

Finalmente, ao ataque, que é instinto de defesa e é má consciência, feito aos órgãos de comunicação social.

Não há, neste homem, no momento em que, segundo as suas próprias palavras, *toma o poder*, nem abertura, nem generosidade, nem humanidade, nem humildade, nem optimismo, nem rasgo de futuro.

Há, neste homem, um discurso tenso, rebarbativo e ameaçador.

Claro que este homem não é pragmático, nem deste governo, nem desta vitória eleitoral.

Ele não tem um projecto pessoal, nem energia, nem tempo, nem dimensão cultural e moral, nem endurance, para assumir, com o tom categórico que simula, o poder.

De pessoal, dele, há esta acrimónia, esta desastrada abordagem da grandeza, esta forma sectária de assumir a responsabilidade pelo todo, este auto-retrato verbal, esta confissão.

O poder, o novo poder, claro que tem um projecto de mudança, de transformação, de que este homem é apenas uma circunstância.

A pobreza política, a aridez programática, deste discurso são enganadoras. O conteúdo está lá, para além dos seus homens de mão. Esse conteúdo revelar-se-á, a seu tempo, segundo o espaço que for conquistando, e o recuo que for impondo às forças progressivas deste País.

É aí que jogam um papel determinante os or-

gãos de comunicação social. Aqueles que não sendo um artifício para a conquista do poder, não traduzindo apenas os interesses de pequenas mas poderosas forças de pressão, correspondem, sim, a largos sectores, democraticamente transparentes, da opinião nacional.

O dr. Sá Carneiro afirmou que não confunde a opinião nacional com a opinião dos órgãos de comunicação social.

É interessante. Por um lado, na medida em que, nos regimes democráticos, os órgãos de comunicação social são, na generalidade, veículos da opinião nacional.

Por outro lado, na medida em que o dr. Sá Carneiro talvez não fosse primeiro-ministro se os órgãos de comunicação social que lhe eram afectos não tivessem passado, perante a sua base eleitoral de apoio, por expressão de opinião nacional.

É curioso que alguns desses órgãos de comunicação social, quando descreditavam os órgãos de soberania, os governos socialistas, o V Governo, eram tidos pela Aliança, logo pelo dr. Sá Carneiro, como expressão clara de opinião nacional.

Neste momento, o dr. Sá Carneiro faz questão em afirmar que não identifica órgãos de comunicação social com a opinião nacional.

Isto significa que o dr. Sá Carneiro nunca identificou os órgãos de comunicação social que contribuíram para a sua vitória eleitoral com a opinião deste País.

Isto significa que o dr. Sá Carneiro sempre soube que os órgãos de comunicação que lhe eram afectos *fabricaram a opinião nacional*.

Isto significa que o dr. Sá Carneiro está disposto a governar contra a opinião nacional que os órgãos de comunicação social, no seu conjunto, exprimem.

Pela nossa parte, garantimos ao dr. Sá Carneiro que, além dos jornais que ele tão bem conhece por lhe estarem próximos, há outros.

